

G I L V A N E L I A S P E R E I R A

A P O L I T I C A D E C O N C I L I A Ç A O :

O S I N T E L E C T U A I S E O G O V E R N O M O N I T O R O

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação
1.994

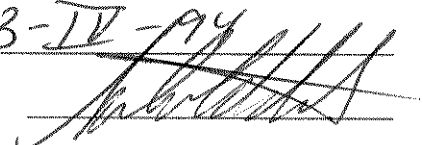
GILVAN ELIAS [PEREIRA] 7/494

A POLITICA DE CONCILIAÇÃO:

OS INIELECTUAIS E O GOVERNO MONTORO

Este exemplar Corresponde à redação final da Dissertação defendida por Gilvan Elias Pereira e aprovada pela Comissão julgadora em 13 de abril de 1994.

Data : 13-IV-94

Assinatura: 

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação
1.994

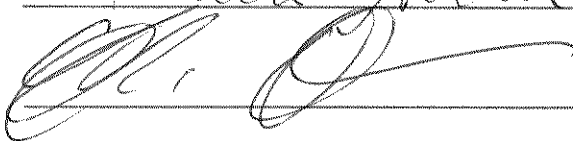


Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de mestre em EDUCAÇÃO na Área de Concentração Ciências Sociais Aplicadas à Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do professor Dr. Salvador Antônio Mireles [Sandoval. *S*]

COMISSAO JULGADORA

A stylized handwritten signature in black ink, consisting of several sharp, overlapping strokes, positioned above a horizontal line.

Rainia Avelar

A stylized handwritten signature in black ink, featuring a large, flowing 'C' or 'S' shape, positioned below a horizontal line.

A amiga e maior incentivadora
Profa Dra Yara M. Nicolau Milan

Ao orientador e amigo
Profo Dr. Salvador Sandoval

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Luis Carlos e Maria Helena.

A Ana Paula, Rodrigo, Luiz Roberto, Carlos Marcelo e Estela.

Ao grande mestre Roberto Elias.
Aos amigos professores Paulino e Maria Angélica.

Ao amigo colega de graduação na PUC-SP José Carlos Gomes da Silva.

Ao apoio financeiro da CAPES.

A direção e colegas da Universidade São Francisco

A Nadir, Wanda e funcionários da secretaria da Pós-Educação - UNICAMP.

Ao Marcos da Prospect Informatica e ao jornalista Luiz Gonzaga Neto.

RESUMO

Esta pesquisa propõe estudar a relação entre os intelectuais e o Poder durante o período denominado Nova República, tomando o governo Montoro, especialmente a Secretaria de Educação, como estudo de caso, visto acreditar-se que este governo traduz as principais características políticas que envolve o cenário nacional nesse momento.

Parte da premissa de que mais uma vez as mudanças ocorreram pelo alto, sob o comando dos homens do Poder, empregando os artifícios mais antigos na cultura política nacional que é a utilização das alianças conciliatórias e da cooptação de lideranças existentes fora da esfera do Poder. Nessa perspectiva, pretende-se analisar o papel do intelectual como importante elemento de legitimação do novo governo, garantindo-lhe credibilidade, ao mesmo tempo que o auxilia ao camuflar o caráter conservador da mudança.

A participação de intelectuais permite ao governo assimilar a retórica oposicionista, desenvolvendo projetos e utilizando o discurso que até então habitava a sociedade civil (universidades, sindicatos, revistas...). Com isso, o governo pôde assumir a condição de protagonista das mudanças almejadas pela sociedade, antecipando-se as reais transformações que poderiam ocorrer sob o comando de setores da sociedade civil, mais organizadas.

A pesquisa analisa o grau de envolvimento da intelectualidade progressista com o governo Montoro e o empenho deste em assimilar as propostas até então consideradas alternativas. Constata-se assim, um considerável número de intelectuais que se dispõe a colaborar, direta ou indiretamente com o governo Montoro o que resulta num impressionante montante de cursos, produção gráfica e intelectual e reformas pedagógicas, que termina distinguindo este governo de seus antecessores e até de seus sucessores.

I N D I C E

<u>INTRODUÇÃO</u>	002
 <u>CAPITULO I - ASPECTOS TEORICOS</u>	010
1. Considerações Gerais e Teóricas	010
2. Estado e Sociedade no Brasil	027
3. Características da Política Nacional	035
3.1. A Política de Cooptação	035
3.2. Estado e Sociedade: Complemento e Contradição ..	040
3.3. A Política de Conciliação	044
4. Os Intelectuais e o Poder	051
 <u>CAPITULO II - A PROPOSTA E O GOVERNO MONTORO</u>	059
1. A Transição Conservadora	059
2. O Projeto Montoro e suas Origens	062
3. Descentralização e Participação como Proposta ..	067
4. Descentralização e Participação na Educação	071
4.1. Mudanças Pedagógicas	078
5. Os Limites das Mudanças	084
 <u>CAPITULO III - OS INTELECTUAIS NO GOVERNO MONTORO..</u>	090
1. Os Intelectuais, a Política e o Poder	093
2. O Intelectual como Ator Político	101
3. Os Intelectuais no Governo Montoro	107
 <u>CAPITULO IV - ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS</u> <u>DA PRODUÇÃO INTELECTUAL NA AREA DE</u> <u>EDUCAÇÃO DURANTE O GOVERNO MONTORO...</u>	112
1. Projetos e Programas	112
2. A Produção da CENP	120
3. Em Busca da Mudança	125
 <u>CONCLUSÃO</u>	128
 <u>NOTAS</u>	136
 <u>BIBLIOGRAFIA</u>	148
 <u>ANEXOS</u>	154

"Frase típica de D. João VI :
- Meu Filho, põe essa coroa na
tua cabeça antes que algum
aventureiro o faça"

OSWALD ANDRADE.
in "Manifesto Antropofágico"

INTRODUÇÃO

Considerando que a década de 80 foi marcada por mudanças políticas significativas, pelo esgotamento do regime militar e por um rearranjo no poder, quando o PMDB, até então principal partido de oposição, consolida seu poder nacional, tomar-se-á esse momento "transitório", denominado "Nova República", como cenário maior das questões que aqui se propõe estudar: a relação entre intelectuais e o poder no governo Montoro.

As especificidades do "novo governo", classificado como governo de transição, chamam a atenção para um processo que, apesar de compreendido por alguns, foi bastante confuso e incompreendido por muitos. Isto principalmente porque as promessas de mudanças e remissão dos erros do passado apareciam como dignas de confiança e credibilidade não só para o povo, como para grande parte das elites esclarecidas.

Nesse sentido, o governo, que no seu início ainda era merecedor de crédito pelos setores mais desejosos de mudanças e discursava como "oposição", desenvolve uma política de cooptação e alianças conciliatórias, conseguindo grande "sucesso", visto que atinge parte dos setores mais progressistas da sociedade. Ou em outras palavras, o Estado consegue trazer para seus quadros grande parte das lideranças civis e políticas,

até então opositoristas.

Assistia-se nesse momento, a nível nacional, a efervescência de um processo que obscurecia o caráter conservador do governo, o qual, em nome de "mudanças", adotava a política de conciliação e cooptação para dar continuidade à transição lenta, gradual e segura do regime militar para o civil.

Marcada pelo uso de um dos artifícios mais antigos na política brasileira, a "Nova República" conseguia através dessa política de "conciliação" envolver, no início, importantes setores da sociedade civil, estabelecendo uma nova relação entre Estado e Sociedade. O Estado aparecia como o protagonista das mudanças onde mais do que o personagem principal do processo político, colocava-se também como interlocutor da sociedade, prometendo, entre outras coisas, saldar as "dívidas" do período anterior.

E a partir desse cenário, que o presente trabalho escolhe o governo Montoro para examinar, dentro de suas particularidades, a euforia dos tempos de "Nova República". Para tanto, eleger-se-á a "participação dos intelectuais no poder", como ponto de referência da pesquisa. Essa escolha se deve, não pelo fato do governo Montoro contar com a participação de "expressivos" intelectuais, o que não é novidade na política governamental, mas por contar com a participação de intelectuais considerados críticos e de oposição. Se já não eram comprometidos com o partido do governo, foram cooptados para servir a ele na

função de formulação de novos projetos ou na reelaboração de antigas reivindicações da sociedade civil. Será examinada, portanto, a participação dos intelectuais enquanto formuladores de novos projetos, mas principalmente como resgatadores ou tradutores de projetos já existentes em propostas originárias nas universidades, revistas, sindicatos, etc.

A hipótese de trabalho que norteou esta pesquisa consiste na idéia de que a cooptação de intelectuais é um (mas não único) processo importante na condução de mudanças que se dão via conciliação, e principalmente, um instrumento imprescindível na formulação de novas políticas para as quais se garante credibilidade, na medida em que se apresentam envolvidas de um caráter retórico carregado de tom mudancista. Antes de tudo é preciso tomar por princípio que esse tom transformador, não tem outra razão de ser senão o impedimento das mudanças originárias de baixo.

Como fundamento teórico da análise, procurar-se-á refletir algumas características gerais do processo histórico brasileiro, assim como da política nacional, destacando-se os recursos da conciliação e cooptação como elementos constantemente usados pelas elites conservadoras, e ainda, esclarecer o enfoque que se dará à temática da relação "o intelectual e o poder". O enfoque dado ao processo histórico e político nacional, marcado especialmente pelas "mudanças vindas de cima", caracterizando a forte presença do Estado enquanto ordenador ou aglutinador da

sociedade não despreza, também o papel das elites locais.

Tais elites serão vistas como lideranças municipais ou regionais cujos interesses nem sempre se contrapõem ao poder central, mas que muitas vezes se complementam, já que a pressão por verbas e serviços se dá em troca da oferta de bases políticas para a legitimação do poder central. Assim, mais do que polarizar a discussão em torno de descentralização ou centralização, o problema será enfocado admitindo-se como inquestionável o forte caráter centralizador do Estado brasileiro. Isso numa perspectiva que não elimina a atuação das elites locais como parte de um processo de barganha em que a conquista de poderes locais pode significar a continuidade da força central.

Por outro lado, também se evitará refletir a atuação da sociedade a partir da visão dos fatos como resultantes de aventuras irresponsáveis (como são vistos os episódios de Tiradentes e outros líderes populares) ou como decorrente de uma ação constantemente organizada em torno de canais institucionais de representação. Procurar-se-á mostrar que as transformações sociais (institucionais ou não) resultam de um processo que supera os limites da legalidade e permeia a sociedade segundo a lógica das contradições que a compõem. As manifestações de protesto ou insatisfação podem ser anunciadas não só em movimentos que buscam a tomada do poder, mas na diversidade dos movimentos populares. Assim, a combinação entre elementos conservadores e mudancistas nos movimentos populares, parece

impossibilitar o seu enquadramento em "modelos prontos".

A respeito da relação entre os intelectuais e o poder, compreender-se-á a atuação desses "servidores do poder" não somente enquanto elementos diretamente ligados ao Estado (seja como funcionários ou não), mas também como funcionários ou ideólogos de grupos privados (como jornais, associações...) e instituições civis, (como Igreja, Universidade, sindicatos...). Em qualquer dessas formas o intelectual pode estar a serviço do poder, elaborando ou reelaborando explicações a cerca de problemas nacionais e criticando a atuação conjuntural do governo, escondendo-se, nesse caso, por trás de um discurso aparentemente combativo.

Apesar dessa visão ampla da atuação do intelectual em relação ao poder, o presente trabalho se interessa especialmente pela sua participação direta nos órgãos governamentais. Estará voltado para compreender a colaboração do intelectual militante de oposição, pressupondo que mecanismos de cooptação tenham sido de grande importância na incorporação de boa parte dos intelectuais servidores.

Sobre a colaboração do intelectual em relação ao poder será admitida a formulação ou reformulação de projetos políticos e técnicos que são apresentados à população, buscando dar credibilidade as promessas de "mudanças". Nesse sentido, o setor educacional funciona bem, permitindo as mais diversas

experiências, sem que o risco do fracasso comprometa a atuação do governo. A proposição de novos projetos torna-se mais importante que seus resultados práticos, os quais não podem ser mensurados ou avaliados pelo público. Talvez se pudesse falar em projetos de impacto ou de caráter propagandístico que têm penetração popular via meios de comunicação, e aceitação científica por serem assinados por nomes academicamente respeitados ou por estarem fundados em propostas teóricas consideradas avançadas.

O conceito de intelectual aqui não tem um sentido universal, sendo possível encontrar desde o intelectual militante até o chamado intelectual "sem vínculos" ou intelectual burocrata. Da mesma forma, também se pode encontrar intelectuais de primeiro escalão ou de escalões inferiores, variando segundo o grau de aquiescência em relação ao poder.

Antes de se tratar da dimensão política que o intelectual exerce, estando ligado direta ou indiretamente ao poder, vale a pena lembrar Bourdieu quando diz que "enquanto detentores de capital cultural, os intelectuais são uma fração (dominada) da classe dominante e que muitas das suas tomadas de posição em política, por exemplo, se devem à ambigüidade de sua posição de dominados entre os dominantes.(...) O fato de pertencerem ao campo intelectual implica em interesses específicos, não somente em Paris mas também em Moscou, cargos universitários e também sinais de reconhecimento e gratificações freqüentemente imperceptíveis para quem não pertence ao universo em questão, mas através das quais ocorrem todos os tipos de

pressões e censuras sutis".(1)

E a natureza ambígua dos intelectuais que muitas vezes torna difícil a compreensão de suas práticas. Não é raro se encontrar discursos progressistas seguidos de práticas servilistas e incoerentes. E é por isso que esta dimensão da prática intelectual levou Francisco de Oliveira, no alvorecer da Nova República, a classificar tais intelectuais como "aves de arribação", dizendo: "o fato é que os intelectuais estão abandonando suas pesquisas, suas salas de aula, seus laboratórios, para transformarem-se em gestores do poder, migrando para o controle da burocracia da pesquisa, para postos governamentais nos níveis federal e estadual. Mais: a arma da crítica foi sendo gradualmente posta de lado, substituída por uma sublitteratura apologética, justificada pelo papel do intelectual na construção da democracia e pelos riscos a que essa 'novidade', está sujeita".(2)

Da mesma forma fala Otávio Ianni dos intelectuais que estão sempre à sombra do poder, dos salvadores da pátria permanentes, que se pautam pela capacidade de se adaptar a cada mudança política, reciclando-se, modernizando-se e mudando o discurso segundo os novos interesses. São enfim intelectuais com a "vocação da coisa pública, oficial."(3)

CAPITULO I - ASPECTOS TEORICOS

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E TEORICAS

A história da educação brasileira neste século tem sido marcada por avanços e retrocessos. Reivindicações que no início do século estavam na ordem do dia, ainda hoje estão por se realizar e parecem compor os discursos mais progressistas, haja visto que a questão do combate ao analfabetismo continua em pauta. Cabe indagar por que não se conseguiu ainda realizar o básico em termos de educação no Brasil.(4) Por que ainda se luta para colocar ou preservar a criança na escola; para alfabetizar os milhões de adultos analfabetos; para tornar a escola mais eficiente e próxima da realidade; para tornar as leis mais democráticas e abrangentes; para melhorar a formação do professor e sobretudo para fazer o Estado cumprir as leis de ensino.

Antecipadamente poderiam afirmar alguns que não se trata de um problema meramente educacional, mas de ordem social e econômica. Enquanto o Brasil for um país pobre e dependente, continuará sofrendo não só as marcas do analfabetismo e da alta seletividade escolar, como também as marcas de um povo privado de todos os benefícios e direitos sociais, ou seja, longe da tão almejada "modernidade".

E questão a ser considerada e respeitada colocar a problemática da educação no contexto do desequilíbrio social

como consequência da extrema desigualdade de acesso às conquistas sociais ou aos chamados "avanços e benefícios" proporcionados pelo capitalismo. Entretanto, é necessário lembrar que por muitos anos se acreditou que o Brasil teria todos os problemas resolvidos com a industrialização e após alcançar um nível de desenvolvimento econômico semelhante ao dos países desenvolvidos europeus, teria eliminado diferenças sociais, resolvendo os graves problemas sociais. Esse tipo de visão atrelava o processo de industrialização ao rompimento dos laços de dependência. Acreditavam nisso setores progressistas e setores conservadores da sociedade. Em nome da industrialização (ou modernização) e do nacionalismo registram-se composições políticas até mesmo entre setores antagônicos.(5)

Apesar de se evidenciar um aspecto que não pode ser desprezado, esta análise pretende romper a visão macro que poderia servir de pano-de-fundo, não só para o Brasil como também para qualquer outra nação do Terceiro Mundo, a fim de identificar os aspectos históricos particulares. Assim, deve ser objeto deste trabalho analisar aspectos endógenos que caracterizam a história brasileira e que ainda são percebidos nos dias de hoje. É preciso saber por que grandes mudanças não ocorreram e por que toda "mudança" no Brasil teve e tem um sabor conservador.

Sob o ponto de vista político-institucional, analisar a história recente do Brasil significa, entre outras coisas, analisar a história da "República Brasileira". O Brasil já iniciou este século sob a bandeira dos ideais republicanos. A

transformação política que marcou a Proclamação da República introduziu no cenário novas idéias, embora ignorando que o Brasil continuava sem grandes avanços em relação aos problemas do Império. A República não saiu do palanque e "pregadores liberais" esqueceram-se de que a realidade não se desfaz ou se constrói por discurso. A tradição liberal, que no Império foi incapaz de se colocar contra a escravidão, na República mostrava ser incapaz de combater a estrutura arcaica e primitiva da exploração do trabalho que sucedeu ao escravismo colonial. A República tornara-se no Brasil uma continuidade do Império, destacando apenas uma euforia que se limitou ao discurso. Era, portanto, incapaz de estender ganhos sociais à população, haja visto, por exemplo, que até mesmo a questão do trabalho escravo não era consenso entre os republicanos.(6)

Na tentativa de redimir os erros dos primeiros republicanos, muitos proclamavam, já na década de 20, a necessidade de uma republicanização do Brasil. As elites brasileiras continuavam acreditando que a realidade poderia ser modificada em cima do palanque, a golpe de leis ou ainda, o que é mais provável, as elites falavam de mudanças para evitar que verdadeiras transformações ocorressem (sic), ou talvez evitar que esse processo escapasse de seu controle. Por isso, após o fracasso da República, novas fórmulas de mudanças foram buscadas para, em nome de consertar os erros do passado, colocar o Brasil nos trilhos da justiça social e do desenvolvimento. Acreditou-se até que a educação pudesse ser o principal instrumento.(7)

As elites dominantes ou as classes dominantes procuraram, ao longo deste século até os dias atuais, manter o controle de todo tipo de processo ou projeto de mudança e o fizeram com bastante "eficiência". O uso da força ou da conciliação foi uma constante na história brasileira. A força foi usada para destruir os movimentos que não podiam ser cooptados ou as lideranças que não aceitavam a conciliação. Este talvez possa ser considerada o instrumento mais eficiente do processo.

Em nome da preservação da ordem, do espírito pacífico e cordial do homem brasileiro, a conciliação sempre apareceu como proposta originária dos grupos no poder. Era preferível conciliar a radicalizar, abrindo, se necessário, algumas concessões. As soluções conciliadoras eram, portanto, esvaziadas de qualquer caráter de mudança radical e se pautavam por serem lentas, graduais, paternalistas e autoritárias. Tinham na oposição o elemento legitimador do processo, visto que a cooptação de lideranças ou de "acordos" entre setores do poder e oposicionistas colocavam o processo sob controle.

Não se pode negar o espírito de luta de setores populares, como se a ideologia do "povo bom", da "índole pacífica" do homem brasileiro, do "espírito de resignação" fosse aqui aceita. Admite-se sim que o processo histórico brasileiro tem sido permeado, desde a Colônia até nossos dias, por um autoritarismo repressivo ou paternalista. Isto significa dizer que quando os movimentos populares não foram massacrados, foram

tratados paternalmente, como fonte legitimadora das ações do poder. A postura repressiva dos colonialistas ou dos militares é contraposta pelo romantismo populista de esquerda ou de direita.

Tudo isso não é suficiente para concluir que no Brasil não ocorreram movimentos autênticos em que o compromisso de mudança não pôde ser negociado por concessões ou prebendas do Estado. Há que se analisar os movimentos de mudanças institucionais, não como resultados da ação direta dos movimentos populares, mas encontrando neles um fator importante no processo. Ou seja, as mudanças institucionais sempre vieram para resolver um processo de transformação não institucional que se verifica de maneira diversa na sociedade. Significa dizer que essas mudanças podem ser a antecipação conservadora do que poderia ocorrer de modo radical, sob o comando dos movimentos populares ou dos políticos de oposição.

Não se trata aqui de dizer que a sociedade civil está ou esteve sempre organizada e que todo movimento originário das bases é de caráter progressista (crítico ao regime). Trata-se apenas de resgatar o papel de setores da sociedade que são normalmente, colocados no esquecimento, retratados como fator insignificante ou ainda como "aventura irresponsável".

Apesar de se admitir uma forte dose de passividade e aceitação da sociedade, visto que nos golpes de mudanças autoritárias e inconstitucionais, nem sempre ocorreram fortes reações sociais, é preciso vê-la não como um todo homogêneo, mas como resultante de grupos e segmentos divergentes que "se

organizam" ou "não se organizam", também sob a "lógica" das contradições. Isto pode resultar em que um mesmo grupo apresente posturas progressistas e em seguida conservadora, ou vice-versa. O mesmo ocorre com partidos: embora se afirme constantemente que o Brasil carece de partidos com bases ideológicas, não é raro partidos de esquerda se aliarem ao poder.

Não se pode negar que as transformações sociais (institucionais ou não) são resultantes de um processo que supera os limites da legalidade. Permeiam a sociedade segundo a lógica das contradições que a compõem e as manifestações de protestos ou insatisfação podem ser anunciadas não só em movimentos que buscam a tomada do poder, como na diversidade dos movimentos populares.(8)

Mas recuperar ou revalorizar aqui a importância dos movimentos sociais no processo de mudanças (apesar do caráter contraditório que os permeiam) não significa relegar a segundo plano o papel dos setores dominantes. Pelo contrário, são dois lados de um mesmo processo, onde as elites, enquanto detentoras do poder, são capazes de fazer prevalecer seus interesses e impedir mudanças substanciais. A história entendida como resultado da ação de "grandes nomes", ignora por completo o papel dos movimentos sociais (por mais frágeis que possam ser). Traduz também uma idéia de realidade inquestionável na qual as mudanças institucionais se apresentam comandadas pelos "grandes homens", sejam eles dissidentes ou não da elite detentora do poder.

O que se deve ressaltar aqui é o caráter conservador e até retrógrado das elites brasileiras. Basta constatar que os processos de independência ou de repúblicanização, que deveriam estar permeados pelo "radicalismo liberal"(9), ocorreram como movimentos de continuidade, em que as mudanças não conseguiram romper a retórica do discurso ou a formalidade da lei. As elites souberam sim aliar-se ou não a setores populares, retirá-los ou não de cena, sempre em conformidade com seus interesses e com a possibilidade da ação repressiva, pacífica ou violenta. Pode-se afirmar, portanto, que se houve conquistas populares ao longo da história, ocorreram contra a vontade dos homens do poder ou para evitar um "mal maior".

Qualquer análise mais atenta da história do Brasil seria suficiente para constatar diversos fatos. A República foi a continuidade "modernizada" da Monarquia (senão piorada). A revolução de 1930 apesar de anunciar o rompimento com as oligarquias tinha nas suas fileiras, homens delas originários (dentre eles o próprio Vargas). Sem poder conter o processo inevitável de crescimento dos setores urbanos, implantou um regime que adiava a derrota final das oligarquias regionais. A redemocratização de 1945 foi comandada pelos mesmos homens do "Estado Novo", ou seja, o projeto de democracia vinha de homens que ajudaram a construir o Estado autoritário de Getúlio. Tanto o período getulista como o período pós 45 foram marcados pelo respaldo popular através da política populista, para que as

classes trabalhadoras não superassem a condição de "ator coadjuvante" do processo. O golpe militar de 1964 se deu para evitar que rompimentos políticos e econômicos pudessem viabilizar um projeto nacionalista esquerdizante, portanto mais próximo dos interesses populares, para garantir a continuidade do modelo econômico de desenvolvimento internacionalizado. A "Nova República" foi resultado de um processo de "abertura política" com total controle dos militares. Isso significou um processo de transição sem traumas ou prejuízos para os homens do regime militar, mas benéfico, pois teriam nos líderes do novo regime, homens saídos das fileiras do regime precedente mas conciliados com uma oposição já incapaz de traduzir os interesses populares.

Neste processo contínuo de mudanças conservadoras (ou de não mudanças) a educação tem sido um elemento importante na composição dos discursos legitimadores das ações governamentais. É uma constante, na história brasileira, a proclamação de discursos avançados os quais frequentemente falam em modernização, em justiça social mas em momento algum traduz a retórica em prática. Ao contrário, servem para impedir que ocorram mudanças efetivas. A apresentação de propostas novas, de "projetos mirabolantes"(10), de uma legislação até certo ponto avançada, parece ser o caminho mais fácil para conter as pressões sociais e se descomprometer com as mudanças, visto que entre a legislação e a realidade existe uma distância quase que insuperável.

A simples análise de leis e projetos governamentais não seria suficiente para se entender a dinâmica social no Brasil. Leis e projetos não faltam. Mas por que não se tornam realidade? Afirma Dermeval Saviane que é preciso distinguir numa lei, os objetivos proclamados dos objetivos reais. "Os objetivos proclamados indicam as finalidades gerais e amplas, as intenções últimas. Estabelecem pois um horizonte de possibilidade situando-se num plano ideal onde o consenso, a identidade de aspirações e interesses é sempre possível. Os objetivos reais, em contrapartida, indicam os alvos concretos da ação, aqueles aspectos dos objetivos proclamados em que efetivamente está empenhada a sociedade, enfim, a definição daquilo que se está buscando preservar e/ou mudar. Diferentemente dos objetivos proclamados, os objetivos reais situam-se num plano onde se defrontam interesses divergentes e, por vezes, antagônicos determinando no curso da ação as forças que controlam o processo. Nesse quadro, os objetivos reais podem se configurar como concretizações parciais dos objetivos proclamados mas apenas podem também se opor a eles, o que ocorre com bastante frequência. Neste caso, os objetivos proclamados tendem a mascarar os reais".(11)

Seguindo a perspectiva apresentada por Saviane, poder-se-ia dizer que em termos de legislação educacional, os objetivos proclamados não têm estado longe do ideal ou das aspirações. Apesar da primeira LDB ter sido promulgada em 1961, a legislação garante a obrigatoriedade do ensino primário desde a Constituição de 1937. Não se quer dizer aqui que as leis

educacionais no Brasil tenham se pautado pelo tratamento ideal da educação. O caráter elitista da legislação educacional foi sempre um sério problema à superação do dualismo educacional, que separava a educação elementar e/ou profissionalizante do povo, do caráter propedêutico do ensino secundário, este ocupado pelas elites como instância para se chegar às universidades.

Embora as leis possuam um horizonte formal capaz de permitir grandes modificações, na prática educacional isso não acontece. Assim, apesar das deficiências da legislação, a realidade ainda está muito aquém do que pode ser realizado. Decorre daí que os objetivos reais nem sempre corresponderam aos objetivos proclamados. Desde a incongruência entre os ideais republicanos de extensão da cidadania a toda sociedade e o imperante analfabetismo até a educação profissionalizante de caráter compulsório aliado à vertical decadência da qualidade da educação escolar, provocada pelo processo de "democratização" do ensino, o que se tem observado é a total desadaptação do sistema educacional aos princípios republicanos, assim como, às necessidades do sistema produtivo.

A educação no Brasil não deu conta de estender a cidadania a toda a população, assim como de atender as demandas do sistema produtivo oferecendo mão-de-obra qualificada. Talvez seja possível dizer que ela foi eficiente ao constituir uma massa de mão-de-obra desqualificada e barata impedindo, com isso, uma atuação política transformadora da população. A verdade é que a

ineficiência do sistema teve o seu lado eficiente e "lucrativo", pois se assim não fosse, com certeza as mudanças necessárias já teriam ocorrido, seja sob o patrocínio dos homens do poder ou como conquista social.

Em termos de legislação, tem-se assistido a alguns progressos principalmente a partir de 1930. Até a Proclamação da República a educação se encontrava quase que totalmente sob os cuidados da própria sociedade civil, em especial da Igreja. A partir da República, embora comece a se delinear a necessidade de um Estado garantidor dos serviços educacionais, o que se vê é uma continuidade do espírito que já vigorava na Legislação imperial. O Ato Adicional (1834) delegava a responsabilidade pela educação básica às Províncias, mas o Estado nunca ofereceu qualquer condição financeira para sua efetivação.

Mesmo com a Proclamação da República, o Estado no Brasil ainda não assumira a responsabilidade pela educação básica. Isso só começa a se delinear a partir de 1930, quando as reformas de ensino, inicialmente a "Reforma Francisco Campos" e em seguida as "Leis Orgânicas" de Gustavo Capanema, procurarão dar uma estrutura nova de ensino e estabelecer uma política de educação. É preciso lembrar, entretanto, que apesar de o Estado demonstrar interesse em organizar o sistema educacional, na "Reforma Campos" o ensino primário ainda é totalmente esquecido, aparecendo uma legislação específica só na década de 40, com a "Reforma Capanema".

As mudanças sócio-econômicas que ocorreram a partir da década de 20 começam a demonstrar a importância da escola não só como instrumento de extensão da cidadania, mas também como fator de desenvolvimento. Se na Primeira República a escola é respeitada porque os direitos políticos de participação e decisão nas eleições só podem ser exercidos na condição de escolarizado ou pelo menos alfabetizado, a partir de 30 a ideologia do desenvolvimento, da necessidade de industrializar o Brasil vai levantar a questão a respeito do papel da escola não só na formação da cidadania, mas na preparação para o desenvolvimento sócio-econômico. Não significa entretanto, que a escola tenha assimilado essa função, mas que, pelo contrário, até 1971 preservou-se a escola para a elite de teor extremamente acadêmico, com um currículo voltado à preparação para o curso superior. Por outro lado, o ensino profissionalizante se desenvolveu, senão como uma estrutura à parte (como o SENAI, o SENAC, às Escolas Técnicas...) mas uma estrutura totalmente reservada às classes populares dentro da escola regular, o que deu ao ensino brasileiro como um todo uma dimensão ambígua, por força de seu dualismo.

Ainda em termos legais, a conquista da primeira LDB em 1961, já prevista na Constituição de 1946, aparece como fator importante no processo em que o Estado vai assumindo completamente a obrigação de estruturação do sistema escolar, como aspecto indispensável para sua configuração.

Mas se a nível legal, embora com atraso em relação ao restante do mundo e as exigências das revoluções burguesas, o Estado assume a tarefa de estruturar a educação de forma a oferecê-la pública e gratuita à população, estabelecendo-a como direito de todo cidadão, na prática as mudanças são pequenas, ou muito lentas. A extensão da rede escolar é uma realidade, mas o ritmo ainda não é o suficiente para se visualizar a superação completa do analfabetismo e muito menos para garantir uma escola de qualidade e moderna para todos, enquanto estimuladora da formação científica. A escola se expande na mesma proporção em que perde a qualidade. Os investimentos, a não ser em projetos "mirabolantes" e de impacto como o Mobral, não são suficientes chegando a ser irrisório se comparados com outros países, mesmo os do Terceiro Mundo.(12)

A verdade é que a educação tornou-se assunto permanente em todo discurso político, seja qual for sua origem ideológica. Todo candidato ou governante ao tomar posse, ou coloca a educação como prioridade, ou salienta sua importância prometendo dar-lhe especial atenção. A idéia de que não se constrói um país desenvolvido e "civilizado" senão pela educação, investindo como fez o Japão e outros países desenvolvidos, tem sido uma constante não só nos discursos oficiais como na mentalidade do homem comum. Falar sobre a importância da educação, ou prometer investir nela dá voto ao candidato e credibilidade ao governo eleito. Faz parte do consenso popular que "todo governo que se preza" deve apresentar um projeto (faraônico) de "erradicação do analfabetismo", de "melhoria da

merenda das criancinhas" e assim por diante.

O discurso, a propaganda oficial e a legislação parecem ser o suficiente para agradar ou para convencer a população. Não interessa se fez ou não fez. Interessa que esteja no papel e seja do conhecimento público. A sociedade dispõe de poucos meios para avaliar se o governo investiu ou não na educação, se estendeu ou não a rede escolar, se melhorou ou não a merenda e o salário dos profissionais, etc. Os dados oficiais veiculados em propagandas de TVs e jornais, durante os mandatos governamentais e principalmente em tempo de eleição, são os únicos disponíveis à população. O discurso oficial confunde-se com a própria realidade na mentalidade popular.(13) Ou no dizer de Edgar Morin em Para sair do Século XX, "a virtude insustentável da informação é a irrupção do real na idealidade que tende a ser tomado pela realidade" (14).

Muito mais do que provar realizações, o setor de educação permite ao candidato ou ao governante(seja legislativo ou executivo) que ele faça promessas à vontade, porque oferece condições de dispor de um discurso vago e abstrato. Principalmente impede que a população questione ou controle o governante.

Seja no discurso populista ou tecnocrático, a educação aparece permeada por uma série de recursos de linguagem, que fazem do discurso um fim em si mesmo. O uso de uma linguagem

inflamada ou rigorosamente técnica, auxiliada pelos meios de comunicação de massa, faz da propaganda uma forma de promover o governo sem grandes riscos, pois as mensagens nem sempre apresentam dados objetivos sobre a viabilização do projeto ou sobre o seu controle.

A partir do que foi falado até agora, poderiam ser sintetizados os seguintes pontos:

1- que as mudanças políticas no Brasil são tipicamente conservadoras por serem promovidas sempre pelas elites dominantes, seja através de ação repressiva ou de ação pacífica de caráter conciliador. Isso porque:

A- As mudanças políticas no Brasil ocorrem para impedir mudanças sociais mais profundas que alterem substancialmente a composição de interesses econômicos, sociais e políticos. Nesse sentido, decorre o uso do processo de conciliação através de abertura de concessões e cooptação de lideranças ou organizações de oposição.

B- As transformações em nível legal pouco ultrapassam o caráter formal, fazendo da lei instrumento de legitimidade do poder e dissimuladora da necessidade de mudança concreta.

2- Que o fator educacional permite ao governante

fazer promessas e apresentar projetos sem grandes riscos de cobranças e controle social. Logo, a educação permite a formulação de discursos muitas vezes vago e abstrato.

3- Que a propaganda oficial do governo (de caráter populista ou tecnocrático) tende a ser identificada pela mentalidade popular como correspondente à própria realidade, reforçando a inexistência de parâmetros de julgamento entre o discurso e a prática.

A análise desses pontos poderia auxiliar na busca de resposta à questão colocada relativa ao por que grandes mudanças não ocorreram e por que toda "mudança" no Brasil teve e tem um "sabor" conservador. Ver-se-á no decorrer do trabalho que a questão será tratada no sentido de identificar historicamente algumas características do sistema político brasileiro. Nesse sentido vale lembrar que muitos países, os quais "conseguiram instituir sistemas político-partidários estáveis contaram, via de regra, com a participação inicial ativa da burguesia ascendente no esforço do controle, racionalização e subordinação relativa da autoridade política aos interesses sociais". Mas por outro lado, para o caso brasileiro, apesar dos inúmeros esforços de seguir a experiência européia, o que se tem constatado através da "análise da estrutura burocrático-patrimonial (...)e suas consequências ao nível da participação política que esta é uma esperança vã."(15)

O entendimento da estrutura burocrático-

patrimonial do Estado brasileiro talvez seja importante para se compreender o predomínio do "sistema de cooptação" sobre o "sistema de representação", apesar das variações características de cada período histórico. O certo é que a supremacia do Estado sobre a sociedade impediu o seu desenvolvimento autônomo o qual pudesse gerar um sistema político com bases firmes no sistema de "representação", cujo sistema de poder se subordinasse aos interesses sociais numa relação de baixo para cima, gerando consequentemente partidos fortes e autônomos. Assim, o que se constata no Brasil é a existência do modelo inverso, visto que a predominância do Estado em relação à sociedade faz dele o "promotor" da participação, instituindo canais de dependência que se traduzem no conceito de cooptação o qual é bastante usado por Simon Swartzman.

2. ESTADO E SOCIEDADE NO BRASIL

Quando se fala em Estado no Brasil, torna-se difícil transpor as análises explicativas da realidade européia para a brasileira. O processo de formação e desenvolvimento do Estado Nacional no Brasil se deu de forma distinta do caso europeu, porém sofrendo condicionantes inegáveis.

No dizer de Raimundo Faoro, o Estado brasileiro chegou pronto nas caravelas de Cabral, ou melhor dizendo, o Estado antecipou-se à própria sociedade, caracterizando um processo inverso ao europeu. Antes que a nação brasileira tivesse se constituído, a Coroa portuguesa já implantava um governo capaz de agir e representar seus interesses no Brasil, impondo à nação ainda inexistente, o ritmo da Metrópole. A nação ou a sociedade veio a reboque do Estado e apesar da infinidade de lutas e revoltas originárias das dificuldades de adequação aos interesses da Metrópole, o processo de organização e evolução da ordem pública perseguiu o modelo europeu-burguês, pois o processo colonizador introduziu, oficialmente ou não, as idéias filosóficas e políticas reinantes na Europa.

A ausência de uma burguesia nacional não impediu que, no Brasil, já no final do século XVIII, as idéias liberais se fizessem presentes. Inicialmente apareciam de forma tímida nos

movimentos de revoltas, mas, com a Proclamação da Independência, se assistiu na primeira Constituição de 1823, à presença clara dos princípios liberais. Não é à toa, entretanto, que D. Pedro ao dissolver a constituinte de 1823 outorga uma nova Constituição em 1824, quando então os princípios liberais reapareceram de modo deformado. Presenciava-se a instalação de uma ditadura constitucional com a introdução de elementos conservadores aos liberais, como por exemplo, a instituição do poder Moderador e do senado vitalício.

Enquanto a Europa era sacudida pelas revoluções burguesas no séc XIX, o Brasil vivia uma Monarquia quase que Absolutista, com um regime social e econômico calcado no escravismo. As idéias burguesas que aqui chegavam instalavam-se nos movimentos opositores ao regime monárquico ou adequavam-se aos interesses da "Monarquia Cabocla", que proclamava princípios liberais sem abrir mão de mudanças sociais, como o fim do escravismo.

Um país de economia agrário-exportadora, totalmente dependente do mercado externo, fazia das idéias liberais não mais do que figura de retórica de alguns poucos ilustrados ou oponentes ao regime. Mesmo na Proclamação da República, os ideais burgueses, defendidos por oligarcas do café ou por militares positivistas, serviam com eficiência para derrubar a Monarquia e instituir uma República sem grandes mudanças. O novo discurso mostrava-se incapaz de transformar,

pois falava em mudança para instituir o domínio definitivo da oligarquia cafeeira.

A instituição de um Estado forte "antecipador de mudanças" ou capaz de conduzir e controlar a sociedade parece ser inquestionável. Não se nega com isso a força dos interesses privados traduzidos pelo coronelismo ou qualquer outra forma de manifestação do localismo na política nacional. A sociedade brasileira esteve longe de organizar-se politicamente e reivindicar para si o direito de participar e definir o processo político. A não ser o coronelismo, todo tipo de organização e tentativa de participação da sociedade civil se deu de forma pouco ordenada e, na maioria das vezes, de modo completamente despolitizado.

Pelo menos até a década de 20, o que se viu foram movimentos populares, combinando elementos conservadores com reivindicações de mudanças, como foi Canudos, e movimentos de caráter elitista e intelectual sem grande penetração popular. As forças políticas institucionalizadas, como os partidos ou mesmo a Igreja, eram incapazes de ir além de divergências que não ultrapassavam o círculo restrito das elites dominantes.

A Proclamação da República foi incapaz de abrir canais de expressão e representação dos setores populares. A não ser com o surgimento do Partido Comunista em 1922, nenhum partido foi capaz de propor um projeto diretamente ligado aos interesses da classe trabalhadora. O surgimento das primeiras greves

operarias, das ideias anarquistas e socialistas e que marca as tentativas iniciais de expressar os seus interesses. Foi, portanto, preciso que o Brasil desse os primeiros sinais de industrialização e urbanização para que a classe trabalhadora se organizasse em torno de projetos mais bem definidos. Até então, a economia agrária e a falta de comunicação entre os trabalhadores rurais impossibilitavam a sua organização. Não quer dizer que não se admitam os movimentos populares como de importância no processo histórico, já que não se pode negar a relevância dos movimentos negros, religiosos e outros.

A consolidação de um Estado forte e a ausência de períodos democráticos conforme o modelo clássico dos países europeus foram e são motivo de polêmicas na ciência política brasileira. Afirma Héglio Trindade que se o Brasil não teve um regime democrático segundo o modelo clássico, um ethos liberal se difundiu na subcultura brasileira. Por isso ele diz que "o conceito de regime democrático aparece, geralmente, na literatura e no discurso político associado a um qualificativo restritivo: 'democracia coroada', referindo-se à monarquia parlamentar do Segundo Império (1840-1889) ou 'democracia populista' caracterizando o regime gerado na euforia democratizante do pós-guerra (1945-1964). Mais recentemente, após quase duas décadas de autoritarismo de base militar, o novo modelo proposto pelos mentores da 'abertura política' se autoproclamou 'democracia relativa.'"(16)

Se houve ou não democracia no Brasil, quais são suas particularidades, são especulações que levam à reflexão da relação "Estado e Sociedade", eixo das principais polêmicas teóricas a respeito do caso brasileiro. Longe de se cair no reducionismo de que o Estado é forte porque a sociedade é frágil ou vice-versa, a questão deve ser considerada importante e a polêmica indefinida. O fato é que o pluripartidarismo, a liberdade civil e um legislativo forte nem sempre existiram no Brasil e, quando existiram, tiveram característica extremamente limitadas ou deformadas.

Por outro lado há que se dizer que a análise desses elementos característicos da democracia liberal não é suficiente para se entender o caso brasileiro. No Brasil uma Constituição, um aparato jurídico democratizante ou a presença de instituições liberal-democráticas não bastam para se falar em democracia. Da mesma forma em que nos períodos de ditadura encontram-se elementos ou instituições de caráter democrático inseridos na ordem autoritária, como partidos e eleição, em momentos ditos democráticos somente a presença das instituições liberais como as que sustentam na Europa os regimes democráticos, parece ser insuficiente para romper com as práticas não democráticas, já entranhadas na ordem política brasileira. "Embora seja certo que somente o Estado Novo varguista(1937-1945) prescindiu por completo da intermediação partidária, o que se constata é que o poder central brasileiro sempre conviveu com partidos frouxamente organizados e, mais do que isto, parece ter sempre dificultado ou procurado impedir deliberadamente o

fortalecimento desta instituição."(17)

O caráter patrimonialista, cooptativo e clientelístico do Estado brasileiro parece ser uma constante que atravessa tanto os períodos autoritários como os democráticos. (18). As práticas políticas decorrentes dessas características constituem uma "cultura política" que limita profundamente a instituição de um modelo próximo ao clássico europeu, dando a impressão de haver um dado histórico-cultural próprio do Brasil e de condição quase que irremovível. Nesse sentido, vale a pena lembrar Coutinho quando diz que "a tendência objetiva que tem a transformação social no Brasil de se realizar por meio de um 'conciliação pelo alto' marca de vários modos o conteúdo da cultura brasileira. Antes de mais nada, surgem entre nós manifestações explícitas da ideologia 'prussiana', que em nome de uma visão elitista e autoritária - defendem a exclusão das massas populares de qualquer participação ativa nas grandes decisões nacionais".(19)

Talvez não fosse exagerado dizer que a lógica da política no Brasil tem seu lado visível, racional e controlável, que segue as prescrições legais e se mantém sobre um relativo controle do Estado. E há outro que se exerce no dia-a-dia e não está prescrito na ordem jurídica, mas se faz independente desta ou para alterá-la, sem romper os limites formais. O clientelismo, a troca de favores, o nepotismo, os casuísmos, os golpes e muitos outros elementos característicos da ordem política brasileira são

o reverso da moeda das leis perfeitas e progressistas.

Não seria o caso de se falar em dois "brasis", mas talvez, de se chamar a atenção para o fato de que no Brasil não basta o estudo das instituições, das leis ou dos acontecimentos realizados em conformidade com a legislação. É preciso entender por que nem sempre a ordem jurídica é capaz de transformar substancialmente a realidade concreta, de romper ou eliminar, por exemplo, as práticas que comandam a estrutura política e submetem o papel dos partidos e do legislativo.(20)

As propostas de mudanças parecem não ir além do papel ou do discurso. Mesmo os projetos mais progressistas, são sempre vistos com desconfiança, principalmente se originários do governo. Isso porque no Brasil é comum se falar em mudanças para evitar que elas ocorram, ou pelo menos para submeter ao controle o processo já em andamento, evitando que haja alterações profundas no jogo do poder.

O fato é que mesmo se considerando os períodos mais democráticos como o de 46 a 64 ou recentemente o da Nova República, o Brasil "nunca teve uma prática irrestrita da moderna democracia representativa, se considerarmos que esse sistema supõe a ocorrência simultânea de pelo menos três condições: 1) altos níveis de mobilização social, 2) partidos de massa, em contraposição a partidos meramente oligárquicos ou de notáveis, 3) a possibilidade de que haja alternância no poder entre tais partidos, uma vez determinada por um processo eleitoral legítimo,

se processe sem maiores traumas."(21)

Apesar das evidentes mudanças e até avanços que têm ocorrido a partir da década de 30 com a industrialização e o crescimento da população urbana, tem-se assistido a mudanças nas formas organizativas ou associativas da sociedade. Veja, por exemplo mais recentemente, o aumento da participação dos sindicatos e movimentos sociais, o aparecimento dos partidos com fortes bases sociais, como o PT, ou mesmo o dos partidos comunistas. Poder-se-ia ainda acrescentar uma série de outros elementos como a eleição de uma Assembléia Constituinte ou a eleição direta do Presidente da República.

3. CARACTERISTICAS DA POLITICA NACIONAL

3.1. A política de cooptação

Duas tendências têm permeado o pensamento político brasileiro. Uma "que vê no Estado o pólo aglutinador de uma sociedade onde a organização das classes é frouxa e a que vê na força do localismo oligárquico a base real de poder, fazendo do Estado uma resultante dos compromissos entre os vários localismos".(22) Estas duas tendências apesar de aparecerem como excludentes, são importantes, não por divergirem entre si, mas por tratarem de aspectos reais que traduzem a organização político-social brasileira.

A primeira tendência, a que vê no Estado o pólo aglutinador da sociedade, e frouxa a organização das classes tem Raimundo Faoro (23) como seu principal representante. Mostra esse autor o crescente processo de centralização administrativa que ocorreu no Brasil após o fracasso das Capitâneas Hereditárias e paralelamente à constituição de uma burocracia forte (Estamento Burocrático) que, ao ocupar o aparelho de Estado, passa a impor sua hegemonia sobre a ordem política fazendo prevalecer seus interesses.

A segunda tendência, a que acredita que a base real do poder se encontra na força do localismo oligárquico, tem

seu principal representante em Nestor Duarte.(24) Ele vê as bases do poder do Estado, ou a sua força material, na ordem privada ou no "senhoriato territorial", que o tornam uma instituição a serviço dos interesses privados fundada na ordem local.

Diante dessas tendências, não seria o caso de sair em defesa de uma ou de outra, fazendo deste trabalho uma revisão teórica ou uma "profissão de fé", mas de se captar nelas aspectos capazes de traduzir a ordem política brasileira, permitindo a compreensão da realidade atual. Talvez a melhor opção seja concordar inicialmente com Fernando Henrique Cardoso, quando fala que "em períodos determinados, a história do país se caracterizou ora por uns, ora por outros dos pólos das dicotomias com que se costuma pensar o Brasil".(25)

A idéia de que as classes dominantes no Brasil foram incapazes de implementar um projeto modernizador que permitisse, antes de tudo, uma maior distribuição da riqueza e a de que no Brasil as mudanças possuem sempre um sabor conservador, devido à manutenção do "status quo" ou ao caráter antecipador e paternalista dos processos de "mudanças", pode encontrar alguns dos elementos explicativos da ordem política brasileira no Estado forte e patrimonial, no imobilismo da sociedade e nas práticas políticas do tipo corporativista e cooptativa.

Tratar da questão do Estado no Brasil, ou em qualquer outro país latino-americano, impõe algumas dificuldades, das quais já se falou aqui, visto que o desenvolvimento

histórico-cultural econômico desses países dificulta transposições de modelos explicativos, sejam de origem liberal ou marxista.(26) Não se nega que o Estado seja um aparelho dominador, a questão principal é compreender quais são os mecanismos que sustentam e caracterizam esta dominação.

Não se pode falar do Estado como uma instituição autônoma e independente da vida social; ele parte dela e reflete as relações de contradição que a permeiam. O Estado é, sem dúvida, a instituição de poder que busca viabilizar ou representar os interesses dos setores dominantes. Não se deve, então, compreendê-lo como algo independente, mas como parte da sociedade.

Referindo-se a Reinhard Bendix, Simon Schwartzman propõe uma alternativa de análise que fuja as propostas deterministas que procuram enquadrar o "fenômeno político como decorrentes das habilidades e virtudes do chefe político" ou como "delegação explícita e delimitada por um contrato social" onde "a política se faz em função de interesses e propósitos de grupos dentro da sociedade". Afirma portanto o autor que "o fato é que coexistem, em todos os sistemas sociais, sistemas de interesses que tratam de orientar e delimitar a ação do Estado, e uma autonomia mais ou menos significativa do Estado que trata de influenciar a vida da sociedade civil".(27)

Segundo a sugestão de Schwartzman é possível dizer

que no caso brasileiro esta coexistencia se registra entre a ação autonoma da sociedade e a imposição do Estado sobre ela mas com um forte predomínio do segundo aspecto. A história brasileira tem sido marcada por uma intensa presença centralizadora do Estado juntamente com algumas embrionárias experiências de participação e representação em regiões como São Paulo, o que permite a formação de uma sólida burocracia pública, assim como a predominância de práticas políticas de caráter corporativo ou cooptativo.

A cooptação política é um fenômeno comum em sociedades marcadas pela presença de um Estado forte. Contrapõe-se um outro modelo em que a participação deixa de ocorrer pela cooptação para se dar pela representação. "É possível pensar sistemas sociais autônomos que desenvolvem seus recursos econômicos e institucionalizam e desenvolvem suas estruturas de interação social, de produção e difusão de símbolos e pautas culturais e educativas, tudo isso de forma independente do sistema de poder. Estas sociedades tratarão, tanto quanto possível, de subordinar o sistema de poder aos interesses. (...) Nesse caso, o conceito de representação corresponde bem a este tipo de articulação de interesses e vontades de baixo para cima, buscando influenciar, dirigir ou mesmo comandar".(28)

É bem distinta a situação em que o Estado prepondera: a atividade econômica, a criatividade cultural, o sistema educativo tudo depende de seu beneplácito, incentivo e direção. Nessa situação, a participação política não se faz por

representação de interesses junto ao Estado, mas antes, como bem o diz Apter, por representação do Estado junto aos diversos setores da sociedade (...). A esta participação essencialmente situacionista, dependente, corresponde bem o termo Cooptação."(29)

O sistema de cooptação depende, portanto, do beneplácito do Estado. Ele é o elemento principal, pois é através dele que a participação se fará ou não, que as reivindicações serão atendidas, o que significa a debilidade ou dependência da participação.

Segundo Simon Schwartzman, duas condições são necessárias para a existência do sistema de cooptação. A primeira "é que algumas pessoas e grupos sociais, previamente fora da arena política, tratem de participar dela e fazer-se ouvir" e a segunda a "de que os que controlam o sistema político tenham meios para comprar ou, de alguma forma, incorporar esses esforços de participação, de tal maneira que sejam estabelecidos vínculos de dependência entre os detentores do poder e as lideranças políticas emergentes. Assim, a participação política deixa de ser um direito e torna-se um benefício outorgado, em princípio revogável".(30) Ainda cabe lembrar, como dado importante, que nesse sistema quanto maior for o acesso do líder à burocracia governamental, maior sua força política, "já que terá mais recursos para manter o controle de suas bases".

Feitas essas considerações, deve-se ressaltar por fim que o sistema de cooptação caracteriza-se pelo processo em que o Estado trata de submeter à sua tutela formas autônomas de participação e que esse tipo de sistema tende a "predominar em contextos em que estruturas governamentais fortes e bem estabelecidas antecedem (grifo nosso) historicamente os esforços de mobilização política de grupos sociais".(31)

3.2. Estado e Sociedade: Complemento e Contradição

Diante do que se falou sobre "Estado e Sociedade no Brasil", para compreensão do modelo político brasileiro não se pode deixar de reconhecer o peso da atuação do Estado, assim como do papel das elites organizadas como, por exemplo, os coronéis ou chefes locais. Mesmo que se admitisse como fator inquestionável a preponderância do Estado sobre a Sociedade, não há como negar os determinantes do localismo político brasileiro. Neste sentido, esta análise ultrapassa a sugestão de Fernando Henrique Cardoso quando diz que em cada período determinado da História, o país se caracteriza ora por um, ora por outro pólo da dicotomia entre Estado forte e interesses privados locais fortes.

A questão talvez exija que se analise o processo político brasileiro considerando os dois aspectos como inseparáveis e até interdependentes, onde um tende a se tornar dominante em relação ao outro, nos diversos períodos históricos. Isto levaria inicialmente ao questionamento da dicotomia

constantemente presente nas análises teóricas entre Estado e Sociedade. Crítica essa que o próprio Fernando Henrique faz: "Não é difícil demonstrar a parcialidade, se não a inadequação, destes esquemas como forma de caracterização do 'processo político brasileiro'. Sua fragilidade é maior ainda quando o estilo de organização política é encarada como o resultado do conjunto de qualidades reiteradas do 'povo brasileiro' ou da 'cultura cívica nacional'".(32)

O que se propõe aqui não é a negação dos elementos corporativos e cooptativos que se sobrepõem aos elementos de caráter representativo na política nacional, mas enfocar o caráter complementar e contraditório entre Estado e ordem privada, entendendo esta não simplesmente como sociedade civil mas como a parcela econômica e politicamente organizada nas instâncias locais do Estado Nacional.(33)

Talvez seja possível afirmar que o governo central ou o Estado, através das suas diversas instâncias, atua como árbitro das oligarquias locais e nesse sentido existe uma convivência entre estes dois pólos: os grupos locais pressionam por verbas, serviços e favores enquanto oferecem as bases políticas para legitimação do poder central.

Decorre daí que o Estado não é uma instituição acima da sociedade ou que se autolegitima, mas busca nas bases locais a sustentação ou a legitimação do poder. Isso o torna uma

instituição organizada a serviço dos grupos hegemônicos, entretanto, por outro lado, tem seu fundamento último nos setores oligárquicos retrógrados do privatismo local.

Nessa perspectiva, o uso da cooptação na política pode acontecer em todas as instâncias como forma de se buscar forças políticas. A incorporação da sociedade deixa de ocorrer através dos mecanismos autônomos de representação para se arregimentar, via cooptação. Assim, é possível dizer que a classe política tenta reunir aliados como forma de ganhar força na negociação com as instâncias superiores. Esta lógica é válida tanto para a relação municípios x estados, como estados x união.

A incorporação de lideranças ou das massas através da cooptação ou da concessão de favores faz com que este processo negue o povo ou a sociedade organizada como "sujeito histórico", e a veja unicamente como fator de fortalecimento de interesses. Por isso Getúlio combateu as oligarquias e as práticas coronelistas buscando apoio nas massas, sem jamais garantir a autonomia organizativa da classe trabalhadora. O mesmo continua se dando com todos os políticos que trabalham sustentados no "curral eleitoral" ou ligados a grupos devido aos interesses corporativos, o que acontece com frequência até entre os sindicalistas.

A aliança de lideranças de grupos com os chefes políticos ou com os homens do poder passam a ser, com raras exceções, permeada pela troca-de-favores e com base em aspectos

meramente corporativos. O exemplo mais recente ou "moderno" deste fenômeno antigo é o que hoje se chama "sindicalismo de resultados": a tática é alinhar-se onde os resultados imediatos forem mais favoráveis. E não é por acaso que esse tipo de sindicalismo gerou um ministro, exemplo maior de cooptação.

Talvez a partir dessa perspectiva se compreenda uma das questões cruciais deste trabalho que é o fato do Estado discursar em nome da modernidade, apresentando projetos avançados e até de vanguarda, mas permeados por uma prática conservadora ou retrógrada. O que se poderia dizer, não como explicação única mas como fator importante, é que a busca de sustentação política nas lideranças locais (comumente conservadoras) faz com que os projetos apresentados não tenham respaldo na suas bases políticas.

E preciso salientar também, que no Brasil o Estado carrega a obrigação de ser responsável pelas tarefas que, em outras nações, são exercidas ou impulsionadas pelas elites modernizantes. Isso significa que além de garantir os serviços públicos essenciais, como água, luz, telefone, etc., ou os serviços públicos necessários a reprodução do capital, como atividades ligadas à siderurgia, energia, transporte e até financeiras, o Estado no Brasil acumula a função de impulsionar os setores educacionais e culturais. Esta é uma característica, quase universal do Estado Moderno, mas no Brasil ganha maior peso, visto que as elites dominantes, em especial suas bases

locais, se pautam pelo conservadorismo retrogrado. É possível dizer, por exemplo, que se o Estado não tivesse assumido a Educação, pouco teria ocorrido.

Em síntese, uma marca política brasileira é o fato de que o Estado se funda nas oligarquias retrógradas, mas ao mesmo tempo deve assumir as funções de modernização. Daí, então, a questão dos projetos progressistas e da realidade conservadora, ou em outras palavras, belos projetos no papel e no discurso, mas que não se convertem em prática.

Se fosse preciso responder à pergunta de como superar ou resolver esta questão, nada haveria a dizer ou esperar. O sistema de cooptação em que a sociedade é incorporada pelo Estado, ao mesmo tempo em que caracteriza este vínculo, demonstra uma relação de simbiose, parecendo comprometer a vida caso seja rompida. Por outro lado, este processo quase que inevitável de cooptação não leva e provavelmente não levará jamais à incorporação da massa como "sujeito da política", mas apenas como "massa de manobra."

3.3. A Política de Conciliação

Se é possível definir alguns traços frequentes na história política brasileira, um deles é a "conciliação". Longe de se admitir uma visão estrutural ou cíclica, em que os fatos se repetem do modo idêntico, pretende-se aqui admitir o fenômeno da

"conciliação" política como um instrumento costumeiramente usado pelas elites dominantes como forma de ampliação de suas bases de poder e/ou como forma de evitar os "riscos" de uma organização autônoma da sociedade.

Não se deve entender a conciliação como fenômeno que se repete sempre da mesma forma, mas segundo a conjuntura histórica do momento em que se recorre a esse recurso. Por outro lado, deve-se reconhecer na conciliação manifestação de entendimento, baseado na concessão de benesses e na cooptação de lideranças. Caracterizado antes de tudo, por envolver apenas parte da sociedade estando sempre sob o comando dos grupos dominantes. Destaca-se, portanto, o fato de a conciliação no Brasil não ser um fenômeno de entendimento que envolve a sociedade como um todo, comum em regimes democráticos europeus, mas apenas alguns segmentos no comando social.

Afirma Michel Debrun que "a conciliação, no Brasil, nunca foi um arranjo entre iguais, mas o reconhecimento, por parte de um pólo social ou político menor, da primazia de outro pólo, mediante algumas benesses e sobre o pano de fundo constituído pela exclusão da grande massa da população. Em outras palavras, o fosso - econômico, social, cultural e político - que, desde as origens, existiu entre grupos dominados, sempre foi utilizado pelos primeiros para facilitar a própria reprodução desse fosso, através da cooptação de elementos menos dominantes, ou mesmo tirados das camadas subalternas".(34)

Pode-se dizer que a conciliação tem sido um recurso usado com maior frequência no Brasil principalmente a partir do século passado, quando a intensificação do processo de urbanização, marcado pelo aumento da população, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, pelos progressos da divisão do trabalho, torna a relação entre Estado e Sociedade menos vertical. É possível compreender então o uso da conciliação como "mecanismo de controle de uma sociedade mais complexa e com atores menos previsíveis", no dizer de Michael Debrun.

Admitindo esta relação entre o aumento das relações sociais horizontais e o uso da conciliação como forma de conter a expansão da organização autônoma da sociedade, podem-se negar as teses autoritárias e conservadoras de que a fragilidade da vida social torna necessário um Estado árbitro, organizador da sociedade, como meio para se alcançar um estágio posterior em que os indivíduos e grupos consigam organizar-se por si mesmos. Ou em outras palavras, é possível dizer que a conciliação é a perpetuação da incapacidade de mobilização da sociedade, embora apareça como proposta de superação dessa incapacidade. A conciliação no Brasil parece mostrar, então, menos a possibilidade de superação das dificuldades de mobilização, organização e transformação da sociedade (como pensam muitos) e mais como sintoma reforçado dessa incapacidade.

A mobilização da sociedade civil torna-se um recurso apenas para "ampliar ou aumentar o cacife dos que, por

certas particularidades individuais ou coletivas, tem condições e o eventual desejo de participar no jogo da conciliação."(35) Assim, nem sempre a mobilização social significa o verdadeiro caminho para a autonomia frente ao poder, mas uma forma de garantir aos seus líderes a participação no jogo da conciliação.

Os maiores beneficiários da conciliação são geralmente os setores da elite dissidente em que "a conciliação com o poder sempre se afigurou - logo de entrada ou depois de algumas veleidades de rebeldia - como o caminho normal, praticamente inevitável".(36) Isso significa que a conciliação aparecia como forma de evitar a marginalização, mesmo que isso "implicasse uma posição caudatária face aos donos do poder". Tem-se como exemplo a conciliação dos constitucionalistas de 32 que aos poucos aderem caudatariamente ao governo Vargas, a adesão lenta das elites dissidentes no período que segue a Nova República, onde, tanto no governo Sarney quanto no de Collor se assistirá à assimilação gradual dos quadros do "antigo" regime e o exemplo citado por Michel Debrun, a Revolução Praieira.

Além das elites dissidentes, é comum a conciliação de setores da intelectualidade, assim como da militância de esquerda e até sindical. O processo mais usado tem sido a cooptação via concessão de benesses, sob a proteção de argumentos ideológicos. Foi assim que Vargas conciliou e/ou cooptou o movimento trabalhista, ou ainda, foi assim que o Partido Comunista andou (não rara vezes) de namoro com o poder, ancorado nas propostas de alianças interclassistas.

A conciliação de setores dissidentes ou de "menos poder" e de setores subalternos, tem sido realizada quase sempre via cooptação. Pode ser classificada, segundo Michel Debrun, a partir de duas modalidades: a primeira, quando o cooptado foi vencido no campo de batalha, como ocorreu com os farroupilhos, os liberais da Revolução Praieira, os paulistas constitucionalistas, etc. A segunda, quando a integração é antecipada, isto é, quando um setor é cooptado antes de sua capacidade de automobilização e organização ter alcançado um grau ameaçador, como ocorreu com a integração do operariado por Vargas, com as classes médias depois de 1968, quando se expandiu as facilidades de Consumo, etc.(37)

O espírito conciliador, que marca constantemente a atuação das elites burguesas brasileiras, é bem analisado por Florestan Fernandes em Nova República?. Apesar de sua reflexão estar voltada para a compreensão de um momento histórico definido, suas explicações não são apenas conjunturais e se envolvem por uma profunda discussão sobre o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro e seus desdobramentos políticos. Daí sua rica análise ultrapassar as circunstâncias conjunturais da Nova República.

Pergunta Florestan Fernandes "por que a conciliação se erige na via de mão única que as classes possuidoras e suas elites percorrem nos momentos de perigo? Qual é o segredo dessa forma covarde de congelar a história e de

ganhar tempo?"(38). A resposta vem em seguida mostrando que deve ser rejeitada a visão simplista de que a conciliação abre caminho da reforma.

A conciliação não gera reforma nem condição para chegar lá: ela apenas demonstra a incapacidade dos conservadores de impedir a reforma. Justamente por isso que eles "passam do conservadorismo ao liberalismo, do racionalismo ao democratismo, construindo suas tocas no terreno adversário. E, de lá, trabalham contra as reformas, solapando-as, desfibrando-as e esterilizando-as - ou seja, a reforma perde qualquer sentido radical ou revolucionário. Nasce morta. (grifo nosso)".(39) É um movimento de auto defesa, que visa impedir uma desagregação incontrolável ao invés de garantir o processo de democratização. Assim, "não há dúvida de que a posição auto defensiva das classes burguesas e de suas elites se vincula à defesa conservadora (ou reacionária) da ordem e a resistência à mudança".(40)

A conciliação, não só como resistência à mudança mas como esterilização da mudança demonstra a "importância relativa das classes burguesas" em viabilizar no Brasil as reformas tipicamente capitalistas ou burguesas, por exemplo, a própria reforma agrária.(41) A conciliação torna-se "em si e por si mesma, a contra-reforma, o expediente para banir e excluir a reforma social da história viva", assim como destrói a vitalidade intrínseca ao desenvolvimento capitalista na burguesia periférica".(42)

Cabe concluir, junto a Florestan, que o mito de que a conciliação elabora as condições históricas de um ponto de partida e prepara o caminho da reforma "nem merece discussão". A conciliação é o impedimento de qualquer perigo de mudança originária das bases. Tem sido uma constante na história do Brasil, repetindo-se com poucas alterações, desde o colonialismo.(43)

4. OS INTELECTUAIS E O PODER

De modo geral, o papel dos intelectuais, diretamente ligados ao poder, pode ser resumido na missão de elaboração do "discurso ideológico" ou na elaboração de teorias explicativas (científicas ou não) que tratem dos problemas nacionais e/ou que justifiquem a ação do Estado.

Esse discurso pode ser realizado de forma direta ou indireta, pois em "cada época da história sempre que ocorre algum rearranjo das forças sociais que controlam o Estado, mudam os intelectuais que escrevem o discurso do poder. Alguns mais visíveis, notáveis. Outros, a maioria, em posições secundárias, auxiliares, subalternas, na sombra".(44)

E preciso lembrar uma particularidade marcante na relação entre o intelectual e o poder na formulação do discurso oficial: o fato de que em momentos de mudança política nem sempre se registra a troca do intelectual servidor. Nesse sentido como diz Ianni "pode ser o de antes, no depois. Mas já não é o mesmo. Muda na travessia. Pode desenvolver-se, atualizar-se, modernizar-se, reciclar-se. Adquire outro horizonte. Há intelectuais que estão sempre à sombra do poder. São salvadores da pátria permanentes, natos, dedicados tempo integral. Têm sempre propostas novas para os dilemas das forças que se

organizam no âmbito do Estado. Tem a vocação da coisa pública oficial".(45)

O conteúdo do discurso ideológico formulado pelos intelectuais do poder prima muito mais pela sua lógica (coerência) interna ou sofisticação na elaboração dos conceitos, do que pela potencialidade reveladora ou até transformadora do real. De acordo com cada momento histórico ou político, o discurso ganha contornos diferentes sem deixar de possuir uma racionalidade que garanta sua coerência interna. Se no período militar o discurso possuía fortes ingredientes economicistas e tecnocráticos, na Nova República ele ganha caráter mais sociológico, retomando preocupações com questões de ordem social e política. Entretanto não é raro encontrarem-se discursos oficiais da "Nova República" com a mesma tonalidade dos discursos de oposição do período anterior.

A elaboração do discurso normalmente se dá amparada em dados e informações capazes de justificar ou legitimar o exercício do poder. "Nesse sentido, oferecem dados, recuperam experiências nacionais preteritas; conhecem ilustrações extraídas da história de outras nações". (46) Por outro lado, oferecem uma "argamassa cultural e jurídica, científica, literária, filosófica - que articula, desenvolve ou coroa o predomínio dos interesses dos grupos e classes dominantes. Há os que se colocam na perspectiva cosmopolita, narrando princípios universais. Outros pensam, falam e escrevem como se viessem de

fora, do exterior, estrangeiros".(47)

Se os intelectuais servem ao poder como seus ideólogos (nem sempre visíveis) procurando traduzir os interesses dos diversos grupos dominantes isso não pode ser considerado de maneira una ou monolítica, pois muitas vezes são permeados por "divergências" internas ou externas. O discurso oficial do poder pode receber complementação de grupos organizados de forma autônoma, ou que não estão diretamente ligados a ele. Esses grupos, que possuem seus próprios intelectuais, divulgam via jornais, revistas, entidades de classes, associações, etc, seus projetos como complementares ao discurso oficial, aparecendo muitas vezes com "pitadas" críticas, mas que servem apenas para criar a impressão de autonomia.

Faz parte ainda da lógica do discurso do poder a incorporação de reivindicações de grupos e classes populares. "Nenhum bloco do poder pode subsistir se não levar em conta, em alguma medida, as reivindicações e lutas de operários, empregados, funcionários, camponeses, índios, negros e outros. Sem esquecer que levar em conta não significa resolver, atender".(48) Esse aspecto não falta nem mesmo nos discursos mais autoritários. A lógica conservadora do governo supõe que os detentores do poder falem em nome das classes oprimidas para assegurar sua continuidade no exercício da dominação assim como escamotear o caráter classista do poder, enquanto representante de interesses.

Alem da incorporação de reivindicações sociais, existe também a incorporação do linguajar popular. Por essa razão o discurso oficial usa, muitas vezes, uma linguagem originária da realidade popular. Nesse sentido, é por um mecanismo de reinterpretação que o "Estado, através dos intelectuais, se apropria das práticas populares para apresentá-las como expressões da cultura nacional". Afirma Renato Ortiz que "se existem duas ordens de fenômenos distintos, o popular (plural) e o nacional, é necessário um elemento exterior a essas duas dimensões que atue como agente intermediário. São os intelectuais que desempenham esta tarefa de mediadores simbólicos. Sílvio Romero, Gilberto Freyre, Roland Corbisier são na verdade agentes históricos que operam uma transformação simbólica da realidade sintetizando-a como única e compreensível".(49)

E preciso lembrar ainda que a submissão dos intelectuais ao poder não se dá única e exclusivamente através dos serviços diretamente prestados ao Estado. Atuam não só como ideólogos ou tradutores da realidade popular, mas também através da atuação em "organismos privados". No dizer de Carlos Nelson Coutinho "os intelectuais já não são mais necessariamente ligados ao Estado ou aos seus aparelhos ideológicos; eles podem se articular agora com essa esfera de organismos 'privados', exercendo suas atividades (e, entre elas, a de lutar pela hegemonia política e ideológica do grupo que representam) através e no seio dessas formas autônomas de criação e de difusão da cultura".(50)

Resgatando a noção gramsciniana de "hegemonia", Coutinho procura mostrar que é também ao nível da "sociedade civil", ou das instituições civis, que se desenvolvem relações sociais de carácter político-ideológico com a função de complementar a dominação estatal, assegurando o consenso dos dominadores. E nesse sentido, as instituições como Igreja, Universidade, Sindicatos, Partidos, Jornais, etc. passam a ter no Estado burguês a função de legitimar uma organização social e seu Estado, os quais não têm legitimidade em si mesmo, visto que carecem do consenso da sociedade civil para se legitimarem. Resumindo, a ação do "Estado em sentido estrito" se completa com o processo de hegemonia que por uma ideologia unificadora cimenta a sociedade civil.

Decorre daí o conceito também gramsciniano de "intelectual orgânico", entendido como intelectual ligado à sua classe de origem (ou de adoção) que atua em defesa de seus interesses através da mediação representada pelos aparelhos privados de hegemonia. Assim, "começam a surgir fenômenos desconhecidos em épocas anteriores: o intelectual de partido; o intelectual ligado ao sindicato; o intelectual que trabalha nos jornais, nas editoras, etc.; de associações de variados tipos; de corrente de opinião. Em suma: o intelectual que já não é funcionário direto do Estado (um burocrata executivo); nem tampouco um intelectual 'sem vínculos' (Mannheim), que em sua atividade cultural - julga comprometer apenas a si mesmo. (Esse seria o caso típico do 'intelectual tradicional': e em Voltaire,

na França do século XVIII, poderia expressar o que Gramsci figura com esse termo). Sem necessariamente perder sua autonomia e sua independência de pensamento, o 'intelectual orgânico' tem uma maior consciência do vínculo indissolúvel entre sua função e as contradições concretas da sociedade".(51)

Não é rara, em toda a história a ligação estreita entre os intelectuais e o Estado, ou intelectuais e instituições de poder. Durante o período Colonial e Monárquico brasileiro, o papel do intelectual não passou de ornamento do poder ou então de cumpridor de atividades administrativas. No sistema escravista devido a "ausência de sociedade civil"(52) tornava-se desnecessária uma classe de intelectuais enquanto ideólogos do poder ou formuladores de teorias explicativas da realidade nacional. "Os intelectuais, os poucos que havia estavam diretamente ligados à administração colonial, à sua burocracia, ou então à Igreja (que era na época um aparelho ideológico direto do Estado Colonialistas)".(53)

Essa desnecessidade dos intelectuais enquanto ideólogos servidores do poder, durante a Colônia e até mesmo o Império, deve-se ao fato de que o exercício da dominação não impunha grandes dificuldades. A sociedade civil quase que se resumia à massa da população escrava de um lado e aos latifundiários de outro, o que gerava um grande vazio entre essas duas classes fundamentais. Nesse sentido afirma Coutinho que "os latifundiários escravocratas precisavam dos intelectuais apenas

como mão-de-obra qualificada para a implementação das atividades administrativas do Estado que controlavam. Não precisando legitimar sua dominação através da batalha de idéias, as classes dominantes de então incentivavam uma cultura puramente ornamental, que servia para conceder status tanto aos intelectuais quanto aos seus mecenas, mas que não tinha incidência efetiva sobre as contradições reais do povo-nação".(54)

O intelectual, salvo raras excessões, aceitava ser cooptado pelos setores dominantes. Ligava-se ao Estado ou a um poderoso latifundiário para ser agraciado por empregos e prebendas, livrar-se da condição de trabalhador (estigmatizado na época devido ao escravismo) e desfrutar do ócio das classes dominantes.

A produção intelectual no período Colonial e Imperial não passou do ornamentalismo "indianista" e/ou "naturalista" e evitava tratar dos problemas mais graves romantizando a realidade ou dando explicações de caráter fatalista ou natural.

Só as mudanças ocorridas neste século, em especial a partir da década de 20, permitem pensar um quadro diferente do que foi traçado anteriormente. Os impulsos capitalistas da industrialização tornam a composição da sociedade mais complexa, na medida em que introduzem novas classes e com elas novas formas associativas. Isto permitiu não o fim da submissão dos

intelectuais ao poder mas o aparecimento mais articulado de manifestações intelectuais vinculados a setores autônomos da sociedade civil. A obra de Lima Barreto, o Modernismo, o romance nordestino, as análises marxistas (como as de Caio Prado Jr.) aparecem com mais vigor e sem caráter cooptativo comum no período anterior.

Deve-se lembrar entretanto, que o servilismo do intelectual ao poder prossegue de modo crescente, justificando as ideologias do Estado Novo, como fizeram Oliveira Vianna e Amadeu Amaral, passando pelos intelectuais do ISEB até a Escola Superior de Guerra e a Tecnocracia militar. A questão é que a crescente complexidade da sociedade civil permite o aparecimento de novas posturas, mesmo que muitas vezes de modo inibido.(55)

CAPITULO II - A PROPOSTA E O GOVERNO MONTORO

1. A transição Conservadora

O final da década de 70 e o início da década de 80 foram marcados por mudanças políticas que se tornaram conhecidas como "Transição Democrática". O esgotamento do regime militar impôs um processo de transição comandados pelos homens do regime, com todos os cuidados da tradição brasileira de "mudança pelo alto".

O controle do processo de "transição" comandado pelos homens do poder (e consentido pela maioria da oposição) objetivava antes de tudo impedir mudanças originárias da base, evitando assim, colocar em risco a estabilidade das instituições políticas e o tão temido "revanchismo".

O ciclo militar dava sinais de esgotamento após a euforia do "milagre econômico" os quais se faziam sentir mais agudamente no período recessivo do governo Figueiredo. A euforia econômica já não existia para conter as insatisfações políticas e o país vivia a conjunção do descontentamento político e econômico. Era, portanto, "melhor" ceder a ter que perder...Assim, uma transição lenta, gradual e sem traumas seria o ideal e já fazia parte dos projetos militares, considerando os setores moderados da Corporação.(56)

O desfecho dessa transição comandada pelos próprios militares só foi possível devido à participação do maior partido de oposição, o PMDB. A assimilação do projeto de transição pela oposição comandada pelo PMDB (apesar do descontentamento de alguns a essa opção) traduzia o que foi uma constante na política brasileira: a "conciliação e cooptação". A conciliação entre os principais agentes situacionistas e oposicionistas dava mostras do sucesso da transição conservadora no Brasil.

O rearranjo no poder excluía grupos "radicais" (tanto de esquerda quanto de direita) e colocava novos grupos conservadores, que, sob inspiração liberal, procuravam traduzir os ideais de liberdade e democracia de modo a fazer crer que se instituiu uma "Nova República." Mas por ironia do destino, teria como presidente o então fiel partidário do antigo regime, senador José Sarney, político que já ocupara a presidência do PDS, conhecido tanto pelo servilismo ao poder, assim como pelas formas arcaicas e coronelistas de fazer política. O novo presidente aparecia agora como defensor da democracia e da liberdade. Estão em sua companhia dissidentes do PDS como Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel, bem como setores progressistas e moderados do PMDB, como Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Paulo Brossard, Franco Montoro e outros. O Brasil virava mais uma página da sua história repetindo a velha prática da mudança conservadora.

Mais uma vez o povo teve sua participação reduzida a "ator coadjuvante". Não assistiu "bestializado" como na Proclamação da República, pois não se pode negar a importante participação dos movimentos organizados da sociedade civil durante as décadas de 70 e 80, haja vista a atuação da OAB, CNBB, sindicatos, jornais, movimentos de bairros, etc. Mas, se não assistiu "bestializado", ignorando os fatos, foi golpeado por uma transição conservadora que mascarou o processo aos mais desavisados. Assim, o povo foi novamente o "parceiro fantasma" da história, como já lembrava Weffort referindo-se à transição de 1946.

A constante repetição do passado não elimina o surgimento de novos elementos ou de fatos inusitados. O movimento "Diretas-Já" ou a fundação do Partido dos Trabalhadores podem mostrar, por um lado, o potencial participativo de um povo taxado de "passivo" e, por outro lado a capacidade inovadora de exigir do processo político novas práticas negadoras da conciliação e cooptação como meios de se atingir determinados fins.

2. O PROJETO MONTORO E SUAS ORIGENS

E das fileiras do PMDB, principal partido opositor à ditadura militar, que sai o Governador Montoro. Apesar de suas origens políticas antecederem em muito o PMDB, em 1952 Montoro já era vereador em São Paulo pelo PDC (Partido Democrata Cristão) e é naquele partido que ele vai ganhar destaque nacional e amadurecer seu projeto político crítico à ditadura.

Como senador opositor à ditadura, Montoro centrou sua luta na proposta da "descentralização de decisões e recursos", na "participação popular" e na geração de empregos. Atribuindo severas críticas à centralização e ao autoritarismo que marcaram a ditadura militar, ele pôde, sob inspiração cristão-liberal, propor a descentralização do poder e participação popular como pré-requisitos para a instituição de um regime verdadeiramente democrático. Para ele, a luta pela democracia fazia-se inseparável da luta pela descentralização do poder e a participação popular nas decisões. Não foi à toa portanto, que sua campanha ao governo em 1982 centralizou-se em torno dessas propostas. Após a vitória, ele atribuía a luta pela descentralização das decisões e recursos como condição fundamental de governabilidade.

Pode-se considerar a militância política de Montoro no período militar como de fundamental importância, pois

foi no combate ao modelo autoritário, centralizador e elitista imposto ao país que ele defendeu a descentralização e a participação como condição de democratização.(57) Mas os princípios filosóficos e doutrinários inspiradores de seu projeto já vinham de décadas passadas quando compunha as fileiras do Partido Democrata Cristão. Inspirava-se Montoro em documentos da Igreja Católica, como as encíclicas papais, as de João XXIII, a "Rerum Novarum" de Leão XIII, a "Quadragesimo Anno" de Pio XI; as decisões do Concílio Vaticano II, assim como em pensadores como Jacques Maritain, Tailhard Chardin, Louis Lebret, Emmanuel Mounier, Alceu Amoroso Lima, etc.

De modo geral, os princípios norteadores do humanismo cristão de Montoro eram "a dignidade pessoal do homem, o bem comum, a descentralização ou pluralismo comunitário, a prioridade extensiva a todos; conciliação entre igualdade e liberdade, a harmonização do Capital e Trabalho; a participação dos trabalhadores nos lucros, na propriedade e na gestão das empresas". Ou de modo sintético sua proposta política definia-se como "Capitalismo Social fiscalizado pelo Estado".(58)

Os pressupostos liberais de Montoro evidenciam-se mais claramente na sua proposta de Governo apresentada na campanha eleitoral de 82. Denunciava o enfraquecimento do Poder Legislativo, a supressão de eleições a importantes cargos do Executivo durante a ditadura e reivindicava a volta ao Estado de Direito e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte...Por

outro lado, salientava ainda a fundamental importância do direito a cidadania, que se encontrava naquele momento limitado pela legislação e pelas desigualdades sociais.(59) Cabe lembrar, entretanto, que o liberalismo político de Montoro não se estende ao campo social e econômico, devido à sua formação católica e à sua afinidade com doutrinas menos ortodoxas como a CEPAL, por exemplo.

Segundo Leda Aparecida Pedroso "é na definição de 'democracia participativa' que se encontram, com maior propriedade, os fundamentos da democracia cristã". Isto porque a proposta de "democracia participativa" negava o que a doutrina social da Igreja tachava como "individualismo dispersivo e anárquico" (referindo-se ao liberalismo) e o estatismo centralizador e totalitário (referindo-se ao Comunismo). Nesse sentido a proposta de Montoro falava em "participação solidária" como forma alternativa ao modelo vigente e "o regime democrático pretendido não seria apenas representativo e formal mas incluiria as dimensões essenciais da democracia moderna: pluralista, participativa, aberta, não só no plano político mas também no plano social, econômico e cultural."(60)

O princípio inspirador da "democracia participativa" pode ser buscado na Doutrina Social da Igreja que salienta o conceito de homem como "agente" e não como "objeto" de seu próprio desenvolvimento. Isso já está claro na encíclica "Rerum Novarum" de 1891, quando diz que "a pessoa humana como tal não só pode ser considerada como mero objeto ou elemento passivo

da vida social, mas muito pelo contrário, deve ser tida como sujeito, o fundamento e o fim da mesma".(61)

Os fundamentos cristãos de valorização do homem, a busca de um modelo equilibrado, longe do individualismo e do totalitarismo, levariam Montoro a propor um capitalismo humanizado, dando nova vestimenta ao Liberalismo, de tal forma que ficava patente a crítica aos modelos que comprometiam a dignidade humana, mesmo que alcançassem altos índices de desenvolvimento. E nesse sentido que Montoro citava João XXIII ao dizer que "quando as estruturas e o funcionamento de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, enfraquecem o sentido de sua responsabilidade ou impedem seu poder de iniciativa. Esse sistema é injusto, ainda que a produção atinja altos níveis (desenvolvimento econômico) ou seja, distribuída conforme as normas de justiça e de equidade (desenvolvimento social)".(62)

Essa visão cristã de desenvolvimento e sociedade viria permitir que os princípios liberais pudessem ganhar uma nova roupagem, talvez mais próxima da social-democracia. As críticas ao Liberalismo já podiam ser constatadas no trabalho apresentado por Montoro em Helsinki, Finlândia, 1968, a convite do "Internacional Council of Social Welfare", órgão consultivo da ONU. Nesse trabalho Montoro questionava o otimismo liberal o qual esperava que o livre jogo das liberdades estabelecesse como consequência natural, a harmonia social e econômica. Entretanto,

Montoro afirma que "a experiência não confirmou esse otimismo. O regime de plena liberdade, proclamado nos códigos, foi, na realidade, acompanhado de uma situação de opressão e miséria de grandes massas. O pauperismo, a fome, o desemprego, o proletariado, o campesinato marcam o quadro dessa trágica realidade em que plena 'liberdade' -solenemente proclamada- foi, na realidade, o instrumento que facilitou aos poderosos a exploração dos mais fracos".(63) Prossegue falando da necessidade de uma atuação fiscalizadora do Estado na garantia dos direitos individuais, condenando portanto, o princípio liberal da abstenção do Estado.

A promoção do "bem comum", retirada da Doutrina Social da Igreja, substituiria os perigos do individualismo e do desenvolvimento, que era a qualquer preço defendido pelos economistas capitalistas contemporâneos. Decorre daí, o princípio da "subsidiariedade" que "não significa proceder de tal jeito que o Estado intervenha o menos possível, pois seria, na realidade, regressar a uma versão mais ou menos moderna, da tese liberal. Diferentemente, o que o princípio significa é isto: proceder de maneira que o Estado não intervenha sem que seja para ajudar os indivíduos e as sociedades inferiores".(64)

Estes princípios iriam aos poucos esclarecendo as propostas de descentralização e participação de Franco Montoro: o homem, enquanto agente ativo da história, não poderia ser excluído do processo de participação e decisão.

3. DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMO PROPOSTA

Cabe neste momento tornar claros os argumentos usados por Montoro na campanha de 1982 para justificar as vantagens da descentralização e participação na eficiência da ação governamental e na instituição da prática democrática.

Sob a assessoria de 20 grupos de trabalhos, compostos por intelectuais, acadêmicos e técnicos ligados ao PMDB, (alguns sem filiação partidária), o governador Montoro apresentou na forma de um documento ("Proposta Montoro") a sua plataforma de campanha eleitoral que baseada em estudos político-teóricos, procurava abranger todas as áreas de alcance social. As orientações centrais dessa proposta giravam em torno da participação popular, da descentralização do processo decisório e da geração de empregos.

"Não se pode afirmar que a 'Proposta Montoro' era a proposta do PMDB", já que "a rigor, o PMDB não tinha uma proposta consistente, pois não era propriamente um partido político, mas uma frente oposicionista que abrigava aqueles que, por uma razão ou outra, não se afinavam com o governo federal".(65) A proposta fora apresentada na Convenção Peemedebista que oficializou a candidatura de André Franco Montoro ao governo do Estado em 20/6/82, dentro de um quadro já quase definido em torno do seu nome, mas que ocorria meio as

divergências que compunham os diferentes segmentos do partido. A proposta privilegiava aspectos liberais em detrimento das teses de esquerda, mas era capaz naquele momento de evitar os conflitos internos do partido.(66)Entretanto, é de fundamental importância lembrar que esses conflitos não poderiam ser evitados durante o decorrer de quatro anos de governo.

Afirmava a proposta logo no início que "a construção de uma democracia participativa no Brasil não será feita por um homem só, por um grupo de homens e, nem mesmo, por um partido político, é uma tarefa de todos. Esta é um livro aberto, que se coloca como ferramenta da luta pela participação comunitária. Você pode e deve continuar a escrevê-lo, na prática, através de sua atuação concreta na comunidade em que vive."(67) Tais palavras evidenciavam a necessidade não só da democracia, mas especialmente da democracia participativa, levando à supervalorização da atuação da "comunidade". Era um discurso que traduzia a realidade daquele momento em que a participação da sociedade civil vinha se ampliando cada vez mais através de associações, sindicatos, grupos religiosos, etc.

A proposta de mudança pela base, através da descentralização e participação, levava Montoro a encontrar, no povo, a solução dos problemas nacionais. Chegava a dizer com exagero e com tom fortemente populista as seguintes palavras: "somente um regime com raízes no povo será capaz de resolver os verdadeiros problemas nacionais. A grande aspiração no País é o

fim do autoritarismo e a tomada do caminho autenticamente democrático e da participação efetiva da população.(68)

A Proposta evidenciava a necessidade de lutar contra os "hábitos administrativo centralizadores, arraigados na autoritária máquina do Estado, habituada a servir aos interesses das classes dominantes". Isso só seria possível se a comunidade fosse chamada a participar da solução dos seus problemas. Daí a afirmação da Proposta de que "tudo o que puder ser decidido e realizado pelo bairro, pelo município, pela região, não deverá ser absorvido pelos órgãos superiores da administração. Tudo o que puder ser previamente debatido com as comunidades de base, as organizações de moradores, as entidades de classe, não deverá ser resolvido nos gabinetes fechados. A população é que conhece melhor seus problemas específicos. Por isso, deve ser ouvida sempre."(69)

A participação popular enquanto caminho real para a democracia se completava com a descentralização das decisões e recursos tornando-se mais eficiente a atuação do Estado. Nesse sentido, diz a proposta que "a descentralização possibilita maior economia do dinheiro público, diminuindo o custo da burocracia do modelo centralizador que, em alguns programas sociais do regime anterior gastava 90% de seus orçamentos em esquemas burocráticos da máquina administrativa. Com o modelo descentralizador, o custo da máquina do Estado é aproximadamente 7% do custo global de cada unidade."(70)

A proposta de melhoria da prestação de serviços públicos através da descentralização estava ainda sustentada pela promessa de "moralização e austeridade na aplicação dos recursos governamentais", visto que "a passagem de maiores poderes às unidades municipais possibilitaria o melhor controle sobre a administração de funções e programas públicos localmente orientados. A fiscalização da cidadania impedindo a corrupção, o desperdício e o clientelismo é vista como condição fundamental para que o poder público recupere sua dignidade".(71)

4. DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Diferentemente do princípio da desconcentração, em que o governo central apenas delega a autoridades locais o poder de colocar em prática as decisões tomadas a nível central, o princípio da descentralização da administração pública prevê que as administrações locais tenham meios materiais, humanos e financeiros para o exercício do poder sobre os assuntos de interesses da localidade.

O princípio da descentralização só se realiza com a participação, ao passo que a desconcentração pode prescindir da participação, visto que se limita ao cumprimento de ordens. O grande perigo que envolve tanto um como outro princípio é que na prática tudo não passe da transferência de encargos do Estado para o governo local. Nesse sentido, a descentralização deixaria de ser uma das condições para a efetivação da administração e se tornaria o seu oposto, na medida em que esconderia por trás do discurso democrático a continuidade do centralismo autoritário.(72)

Em termos de educação, afirma Jane Shirley E. Pranstretter que "descentralização deve ser entendida como instrumento que possibilite encontrar com a população interessada a melhor forma de superar as deficiências locais de modo a garantir o maior número de anos da melhor escolarização

possível."(73) Isso significa que a descentralização, enquanto instrumento da democratização do ensino, tem no seu limite a melhoria da qualidade do ensino, e mais ainda que essa qualidade só é possível com a participação da população na busca das soluções para deficiências do sistema escolar.

Pelo seu caráter geral e vago, a proposta pouco define os meios para se alcançarem os objetivos estabelecidos, da mesma forma que não evidencia os graves problemas que impedem a democratização da educação. Em outras palavras, pode-se dizer que o discurso "salvacionista" esconde a realidade, evitando os aspectos práticos, para cair em afirmações fatalistas e mágicas. Montoro propõe na campanha "recuperar a dignidade da escola pública". Afirmava ele que pela "descentralização do ensino" e pela "participação no processo decisório", pretendia impor uma "dinâmica irreversível no processo de democratização".

Mas "para alcançar tal intento, mudanças eram anunciadas. Entre elas constavam: descentralização e desburocratização da Secretaria de Educação; elaboração de convênios entre os Estados e os municípios, visando à municipalização do ensino, das construções escolares e da merenda escolar; revalorização dos currículos às reais condições de aprendizagem dos alunos; fim das práticas fisiológicas e clientelistas."(74)

A respeito das decisões concretas adotadas durante

todo o governo Montoro deve haver cautela ao concluir se houve ou não efetivamente um processo de descentralização e participação que tenha contribuído para a democratização das relações entre governo e sociedade. Lembra Ignea Caetana Silva que "no início da gestão Montoro, descentralização parecia significar, principalmente, delegação de competência. O Decreto Estadual nº20.885, de 29/3/1983, por exemplo, descentralizava competências que eram do governador para os secretários de Estado. A seguir, descentralização foi sendo empregada como sinônimo de regionalização, vista como estratégia administrativa eficiente para as atividades do Estado, ocasionando a criação de novas regiões administrativas de governo (...). Finalmente, descentralização passou a ser entendida como desconcentração ou repasse de serviços que, de alguma forma, sobrecarregava os órgãos da administração central."(75)

As medidas tomadas pelo governo iniciavam-se já no primeiro dia com a transformação da Secretaria da Desburocratização em Secretaria da Participação e Descentralização, que tinha por objetivo transformar o quadro administrativo governamental segundo os princípios básicos apresentados na proposta de campanha.

Ao nível da educação, os princípios da descentralização e participação vigoraram pelo menos no início do governo, quando foi formado o Grupo de Atendimento ao Magistério (Resolução S.E. de 01/8/1984) pela Secretaria da Educação, ao mesmo tempo em que se orientavam as escolas a abrir suas

atividades a comunidade. A criação do periodico "Educação Democrática" (Resolução S.E. nº120 de 08/6/1983), órgão de divulgação oficial da Secretaria, que proclamava constantemente a necessidade de abrir a escola à participação da comunidade. Além disso, instituiu-se o Fórum de Educação do Estado de São Paulo (Resolução S.E. 21.074 de 12/7/1983).

Ainda nesse primeiro momento foi elaborado o "Documento nº1" (Resolução S.E. nº 118 de 16/6/1983) dando início ao debate sobre a situação da educação e a discussão junto aos integrantes do magistério o que permitiria a elaboração de projetos específicos. Dentro desse espírito, o documento constata inicialmente a quase completa ausência de uma "Política Educacional" e dizia que "uma avalanche de legislação e de providências administrativas vinha sufocando a desejável iniciativa criadora das escolas, favorecendo o embuste educacional".(76)

O "Documento nº1" tratava de vários pontos polêmicos como a burocratização da educação, a autonomia da escola, a degradação social e profissional do magistério, a remuneração do professor, etc. Suscitou muitas controvérsias, visto que despertou interesse e empenho, pois pela primeira vez as bases estavam sendo consultadas. Também gerou indisfarçável desconfiança, especialmente da APEOESP que alegava serem inviáveis as propostas do governo caso não houvesse alteração nas relações de poder dentro da Secretaria.(77)

Se nesse primeiro momento do Governo abriram-se muitos canais de estímulo a participação, o mesmo não se pode dizer a partir do transcorrer do 2º ano de governo, quando houve, segundo Ignia C. Silva, "um arrefecimento dos ânimos". Cessaram-se as atividades do Grupo de Atendimento ao Magistério assim como o "Forum de Educação".

Esse "arrefecimento dos ânimos" corresponde ao período de desgaste do poder do secretário Paulo de Tarso. O desaparecimento de diversas experiências iniciadas no 1º ano de governo foi ocorrendo de acordo com o desenrolar dos conflitos entre a equipe do secretário e o PMDB. Todas as iniciativas inovadoras no setor educacional não eram bem vistas pelos políticos do partido, especialmente aquelas que envolviam grande autonomia em relação à Secretaria, como foi o "Fórum de Educação" que contava com integrantes de outros partidos. Paulo de Tarso, que fora ministro de João Goulart, mantinha como secretário da Educação do Estado de São Paulo, o "radicalismo católico" que o levava a se aproximar de forma oficial ou não dos quadros do Partido dos Trabalhadores.(78)

A partir de 1984, a participação passou a ocorrer através da representatividade dos dirigentes das entidades que podiam se afastar para o exercício do mandato (lei Complementar nº343 de 06/01/1984)(79). Foi elaborado, então, num processo de discussão junto às entidades, o Estatuto do Magistério Paulista (Lei Complementar nº 444 de 27/12/1985), em que apareciam

novidades inspiradas nos princípios da participação e descentralização, como por exemplo, a instituição do Conselho de Escola: órgão deliberativo e composto por representantes de professores, funcionários, pais e alunos. Isto significava importantes mudanças, visto que os dois estatutos existentes anteriormente foram elaborados em gabinetes. Mesmo assim não é demais destacar que poucas foram as escolas que tiveram conselhos funcionando efetivamente. No dizer de Cunha, para isso "Concorreram não só a tradição de impermeabilidade da escola diante dos pais, até mesmo para as mais simples informações, como também a prioridade que a população dava a outros serviços públicos (como saúde) e à solução de problemas mais imediatos (como salário e moradia) quando a participação tornava-se uma possibilidade objetiva e subjetivamente reconhecida."(80)

Com o transcorrer do governo, assistiu-se a alterações de secretários, que refletiam mudanças políticas e conseqüentemente mudanças na concepção de descentralização e participação, que iria se consolidar no Governo Quéricia, haja vista a criação de unidades de despesas nas Delegacias de Ensino em 1987 (Decreto Estadual nº26.978) que "permitia às escolas um acesso mais rápido às verbas destinadas a pequenos reparos e compra de material escolar e de consumo. Em outros termos, significava levar as decisões sobre a destinação de recursos financeiros à instância próxima às unidades escolares."(81)

Antes da criação das Unidades de Despesas,

realizada por Quêrcia, ainda na gestão de Montoro o governo estadual municipalizou a merenda escolar (Lei Estadual nº4021 de 22/5/1984 e Decreto Estadual nº 22.379 de 19/6/1984) assim como as construções escolares.

Segundo avaliação do governo, a municipalização da merenda significava possibilidade de oferecer maior variedade de alimentos, com produtos naturais, carnes, peixes, ovos, leite, substituindo os alimentos formulados. Por outro lado, a compra dos alimentos na própria região diminuía os custos, dispensava complicados processos de licitação e gerava aumento de empregos.

Apesar de algumas vantagens, a avaliação da municipalização da merenda coloca graves problemas. "Estudos da UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação) mostram que o governo do Estado repassava de 25% a 35% das despesas com a merenda, sendo que o restante deveria ser coberto pelo município. Outro problema é que um dos artigos do convênio dizia que o Estado repassaria verbas de acordo com suas possibilidades (...). Outra questão, ainda, seria o crescimento populacional (de até 10% ao ano em alguns municípios), o que acarreta uma defasagem no número de alunos que é calculada com base no número de matrículas em novembro do ano anterior"(82)

Findado o governo Montoro, a municipalização do ensino, que tantas polêmicas gerou, praticamente não ultrapassou os setores da merenda e da construção escolar. Nesse sentido, afirma Leda A. Pedroso que "na educação, os debates sobre a

descentralização não foram suficientes para viabilizar uma reestruturação da Secretaria de Educação, em seus órgãos e funções. O que houve foi a descentralização política, uma vez que se deu maior autonomia às prefeituras, através de convênios com áreas específicas. Entre eles encontram-se a municipalização da merenda escolar e das construções escolares. Medidas descentralizadoras mais abrangentes, como a municipalização do ensino de 1º grau por exemplo, embora tivesse sido muito discutidas não chegaram a ser efetivadas. A mudança no sistema de escolha dos diretores de escola, delegados de ensino e diretores regionais sequer foi discutida, embora reivindicada principalmente pela APEOESP."(83)

4.1. MUDANÇAS PEDAGOGICAS

Se houve novidade ou tentativa de mudança no setor educacional, durante o governo Montoro, aconteceu principalmente no primeiro ano, na gestão do seu primeiro secretário, o professor Paulo de Tarso. Pode-se dizer que todos os outros que o seguiram poucas iniciativas tiveram em termos de estímulo ou abertura a participação e descentralização das decisões. "Avalia o prof. Gadotti que a proposta de participação havia acabado quando o prof. Paulo Renato assumiu a Secretaria de Educação, sendo que ele teria somente administrado a crise, resolvendo os problemas mas sem trazer uma proposta nova".(84) Entretanto, a

questão não é tão simples como coloca Gadotti, pois as idéias de participação continuam presentes nos documentos do governo, da mesma forma que permeando algumas práticas, veja por exemplo, que o Estatuto do Magistério foi discutido e criado na Gestão de Paulo Renato.

A política educacional adotada pelo professor Paulo de Tarso, inspirava-se nos princípios da descentralização e participação, cujo objetivo principal era a democratização da escola e sua autonomia. Compreendia ele por democratização não apenas o aumento do números de vagas mas a melhoria da qualidade de ensino, o que significava antes de tudo necessidade de expansão orçamentária.

Preocupado em romper com a imagem negativa da Secretaria de Educação, enquanto repartição burocrática, o secretário tomou desde o início medidas democratizantes e participativas, tais como a medida simbólica de retirar os balcões da Secretaria, democratizando o espaço; a criação do jornal "Educação Democrática" e a extinção do GCAAP (Grupo de Controle de Atividades Administrativas e Pedagógicas).(85) Após essas medidas iniciais começaram as propostas que possibilitaram maior participação do professor: discussão do "Documento nº1" o "Fórum de Educação"; elaboração de estudos técnicos por comissão composta por representantes de entidades de classe e da Secretaria de Educação com objetivo, entre outros, de analisar as perdas salariais dos últimos 20 anos.

As iniciativas de Paulo de Tarso não seriam concluídas devido à crise política que o levaria a deixar a Secretaria. Segundo Leda A. Pedroso, a saída do secretário se deu por falta de apoio político dentro do partido e do governo. A descentralização administrativa da Secretaria de Educação não chegou a ser realizada, fazendo com que a permanência da estrutura antiga acirrasse os conflitos entre funcionários nomeados por critérios políticos e funcionários da burocracia. O secretário não suportou as pressões: não conseguiu quebrar a hegemonia do grupo que tinha o poder no governo anterior, assim como o poder dos políticos peemedebistas (prefeitos e deputados) que faziam as indicações para as nomeações de cargos políticos.(86) E para acirrar ainda mais o conflito, a aproximação do secretário com quadros do Partido dos Trabalhadores o distanciava mais das bases pumedabistas.

Apesar das dificuldades enfrentadas por Paulo de Tarso, foram propostas algumas práticas participativas inovadoras e a instituição de novos projetos pedagógicos como a implantação do Ciclo Básico e do Fórum Estadual de Educação. Deve-se adiantar, entretanto, que não se pretende neste momento avaliar os resultados dos projetos nem as dificuldades encontradas nas implantações.

Pode-se dizer que a rejeição dos professores em aceitar as "inovações" (mesmo quando vinham ao encontro de antigas reivindicações) é um aspecto a se considerar. Por outro

lado, as dificuldades estruturais que extrapolavam os limites da Secretaria e até do estado de São Paulo não podem ser esquecidas. Por fim, as próprias dificuldades políticas impostas pela letargia da máquina burocrática, ou mesmo pelas pressões de lideranças políticas do partido que aceitavam as inovações no papel mas as dificultavam na prática.

A implantação do Ciclo Básico (Decreto SP 21.833 de 28/12/1983) vinha como resposta ao "Documento nº 1", para combater os altos índices de evasão e repetência da rede escolar, especialmente nos primeiros anos.(87) Para tanto, os objetivos do Ciclo Básico eram "assegurar ao aluno o tempo necessário para superar as etapas de alfabetização segundo seu ritmo de aprendizagem e suas características sócio-culturais." Procurava uma nova "praxis pedagógica", fundada num novo conceito de alfabetização e de avaliação e respeito a construção da inteligência segundo o ritmo de cada criança. Ou no dizer de Cunha: "A idéia era a de que os alunos provenientes de classes populares, ao contrário das classes médias, não dispunham dos estímulos que propiciavam sua alfabetização em uma só série, a 1ª do 1º grau. Aqueles alunos precisariam de mais tempo - não necessariamente o mesmo para todos, devido a heterogeneidade sócio-cultural das crianças matriculadas na escola públicas. De todo o modo, não se pretendia diminuir a extensão do conteúdo total das duas primeiras séries. mudando o ritmo da alfabetização e eliminando a possibilidade de repetição do fim do 1º ano letivo, esperava-se que houvesse o emparelhamento dos diferentes

rítimos ao fim do 2o ano letivo (88).

Algumas medidas foram tomadas para implantar o Ciclo Básico: aumento de duas horas no período escolar, suplementação da merenda, distribuição de material escolar às crianças em fase de alfabetização, treinamento de professores e supervisores através do Projeto Ipê, remuneração das horas adicionais para sessões de avaliação e limitação do número de alunos por turma em 35.

Uma das novidades do Ciclo Básico foi a introdução da promoção automática, isto é a integração dos dois primeiros anos de estudo o que gerou muitas controvérsias, como explica o prof. João Cardoso Palma Filho, então coordenador da CENP. Segundo ele a resistência ao Ciclo Básico estaria principalmente na promoção automática da 1o para a 2o série, "porque os professores teriam sido convencidos, durante anos, de que 50% de seus alunos têm que ficar retidos, para demonstrar que o processo de ensino está bom, que é de qualidade." (89) A prova disto é que "em Certas escolas houve professores que tentaram recuperar este poder, matriculando novamente alunos na 1a série, como se ainda não tivessem iniciado o processo de escolarização. (90)

Há muitos outros obstáculos ao Ciclo Básico como lembra Leda A. Pedroso: "1) Práticas tradicionais de ensino/aprendizado e avaliação, no que diz respeito à implantação de unidades pedagógicas de dois anos; 2) a burocracia do sistema escolar, geradora de resistência à mudança; 3) a não superação da

seletividade social, decorrente do modelo econômico implantado no país, que mantém as causas estruturais da evasão e repetência; 4) a não priorização da educação pelos governos, mesmo dentro desse modelo".

Mesmo diante das dificuldades acima enumeradas é possível afirmar que houve inovação no setor educacional, durante o governo Montoro? Sob o ponto de vista teórico, os projetos mostravam muita fertilidade, introduzindo ou incorporando o debate que vinha sendo realizado na Universidade, isso talvez porque seus autores no governo estivessem ligados a ela ou dela se originassem. Há que se lembrar que a candidatura Montoro contou com grande receptividade entre os intelectuais.

A questão que não pode ser respondida neste momento é se as novas propostas alteraram qualitativamente a prática educacional e, se alteraram, até que ponto. Ou até que ponto as propostas se transformaram em práticas ou simplesmente acobertaram com um novo discurso a velha e tradicional prática pedagógica. Admitindo-se que os resultados tenham sido insignificantes, qual seria a razão dos avançados projetos não alcançarem a base?

5. OS LIMITES DAS MUDANÇAS

As eleições de 82, que representaram um marco na política nacional, foram a resposta nas urnas de um povo descontente que exigia e acreditava na mudança. A oposição, vencedora em 10 estados, passava a controlar os principais estados da nação, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A "Reforma Partidária", o "voto vinculado" não foram capazes de conter as mudanças que vinham ocorrendo desde o final da década de 70.

O PMDB, como principal tradutor desse descontentamento aparecia como uma expressão real de mudança. No caso de São Paulo, a candidatura Montoro sintetizava a negação do regime militar. "Frente à corrupção e ao arbítrio de quase vinte anos de autoritarismo que havia em São Paulo, com o malufismo engendrando sua expressão talvez mais perversa, o PMDB se apresentava aos eleitores como uma proposta simples mas suficientemente atraente, estruturada em torno da tríade participação, descentralização, e criação de empregos."(91)

A euforia do começo da década de 80 foi sendo dissipada com o passar dos anos, quando os governos estaduais de oposição e a "Nova República" demonstravam sua incapacidade para atender as demandas populares. A história iria aos poucos

revelando as limitações da "transição conservadora". Nada mais era do que a continuidade do regime autoritário, ou o ato de um projeto totalmente controlado pelas elites conservadoras com uma tonalidade liberal-progressista garantida pela cooptação de setores progressista da oposição, assim como de intelectuais e técnicos de renome.(92)

Apesar dos balanços apresentados durante e ao final do Governo Montoro(93), mostrando entusiasticamente o sucesso da "descentralização e participação" é preciso analisar qual foi o alcance dessa proposta, que para muitos não passou do discurso. Isso porque "as orientações participativas e descentralizadoras, proclamadas nas propostas de governo, não desencadearam ações que, a nível da realidade concreta fossem capazes de promover mudanças radicais nas relações de poder estabelecidas entre os órgãos dos diferentes níveis da Secretaria."(94)

Tanto a participação como a descentralização não passaram de ensaios concretizados unicamente nas instâncias que não alteravam ou não colocavam em perigo as relações de poder constituídas. A nível mais geral, a restrição ao processo participativo pôde ser evidenciada logo no início do governo com a nomeação do prefeito da capital, que não contou com nenhum tipo de consulta a sociedade, com a inércia da máquina estatal para ouvir e incorporar os movimentos sociais, com a ausência de discussão na formulação orçamentária, etc. (95)

Em termos de educação, a democratização não ultrapassou os muros das escolas. O discurso da participação criou apenas a ilusão de que a Secretaria de Educação havia se democratizado, a partir do momento em que a comunidade passava a partilhar das decisões tomadas a nível da escola. Assim, "enquanto se fazia crer que o diretor de escola era o pólo irradiador do autoritarismo existente na rede estadual de ensino, se desviava a atenção no tocante às verdadeiras providências desse autoritarismo".(96)

Enquanto as decisões continuavam a vir de cima, o princípio da descentralização cada vez mais se identificava com o da desconcentração. Se no início descentralização significou delegação de competência, com o decorrer do governo significou regionalização e repasse de serviços. Assim, a municipalização da merenda e a organização da secretaria segundo as novas regiões de governo são muito mais exemplos de desconcentração do que de descentralização, visto que as relações de poder a nível de Secretaria continuavam inalteradas.

A afirmação de Conyers de que "a verdadeira razão da descentralização não é repartir o poder, e sim manter a eficácia central"(97) seria válida para o governo de Montoro? Ou concordar com Maria Tereza de Macedo Almeida que "as políticas de descentralização possuem poucas evidências de que funcionam ou poderiam funcionar, pois há provas consideráveis de que não funcionam, isto é, nem sempre aumentam a eficiência

administrativa, nem a eficiência, nem a participação local."(98)

Se essas palavras são bastante severas para se avaliar o governo Montoro, especialmente as intenções de seu projeto, não são entretanto para se concluir, de modo geral, que a descentralização não é suficiente para proteger o indivíduo contra a "tirania ou centralização do poder", como proclamava a proposta Montoro.

As dificuldades da proposta Montoro quando colocada em prática no setor educacional, esbarrariam, por um lado, na estrutura autoritário- burocrática da Secretaria de Educação e, por outro lado, na contradição entre governo e essa Secretaria. Isto sem contar com a resistência do próprio magistério, o que levou, na implantação do Ciclo Básico, o secretário a agir contra o proclamado princípio de participação, impondo o projeto.(99)

A estrutura autoritário-burocrática da Secretaria colocava em oposição os quadros políticos nomeados pelo secretário com os quadros de carreira, "antigos funcionários do tempo do autoritarismo". Os conflitos entre os funcionários nomeados por critérios políticos e os funcionários da burocracia persistiram devido à ausência de uma reforma administrativa na Secretaria, o que inviabilizou a proposta da descentralização e participação. Nesse sentido afirma Gadotti que "as práticas participativas iniciadas por Paulo de Tarso não tiveram continuidade. O esforço feito não foi suficiente para quebrar a

hegemonia. Assim, o governador Montoro e o secretario Paulo de Tarso tomaram posse do governo mas não tomaram o poder".(100)

Paralelamente às dificuldades impostas pela estrutura burocrática, havia as práticas clientelistas e fisiológicas dos homens do partido que pressionavam pela nomeação de seus apadrinhados. Com isso o secretário não obtinha a lealdade dos subordinados, a qual era dispensada ao deputado ou ao prefeito que os indicara.

Como resultado de tudo isso "manteve-se o estilo administrativo centralizador que o governo Montoro tanto queria mudar. A burocracia administrativa, enquanto possuidora do 'conhecimento técnico e especializado' mediador do 'saber' e do 'fazer', não 'inverteria o sinal', continuando em 'direção de mão única,' isto é, dos órgãos centrais da Secretaria de Educação para os diretores, professores e alunos".(101)

Na Verdade a proposta da descentralização e Participação feita por Montoro, apesar de antiga reivindicação, estava colocada num momento em que diversos e distintos segmentos a defendiam, tais como: a) os neoliberais que viam nela um forma de diminuir a presença do Estado; b) os defensores do privatismo educacional que viam no localismo a instância mais favorável de atuação e transferência de recursos públicos; c) setores marxistas que defendiam o ensino público sem ser estatal. Cabe ressaltar, portanto, que de modo geral, o apoio a orientação

CAPITULO III - OS INTELECTUAIS NO GOVERNO MONTORO

A relação entre o intelectual e a política sempre existiu e foi motivo de muitas polêmicas na filosofia ou na sociologia. Max Weber foi duro em relação aos marxistas ao condenar a visão de ciência comprometida com a militância Política, ao passo que os marxistas viam na neutralidade científica - reivindicada por Weber- uma forma velada de servir àqueles que detêm privilégios. O intelectual sempre reclamou um papel especial no processo histórico. Veja, por exemplo, os ideólogos do Estado Novo que acreditavam ser responsabilidade dos intelectuais a formação da cultura e a direção das "massas cegas". Ou de modo diferente, a "intelligentsia" dos anos 50, que, engajada em organizações civis ou estatais (ISEB,CPC,MEB,MCP...) e sob a bandeira do nacionalismo acreditava em sua vocação para mudança e organização da sociedade. Enfim, o que se quer dizer é que de modo paternal ou autoritário, sob a égide do Estado ou não, como tecnocrata ou ilustrado, como intelectual orgânico ou tradicional, o intelectual brasileiro sempre participou da política, e não raras vezes do próprio Poder.

Mas se a presença do intelectual na política ou no Poder variou a cada época da História a questão que se coloca é saber qual a postura do intelectual brasileiro na década de 80, e

qual a sua participação na constituição da "Nova República". Para a realização deste estudo será tomado o caso Montoro, tentando analisar a atuação dos intelectuais na Secretaria de Educação. Levar-se-á em consideração não só a atuação dos intelectuais "notáveis" ou daqueles que ocuparam cargos no primeiro escalão do governo, mas também daqueles que estiveram em posições secundárias e auxiliares ou à sombra do Poder.

Este trabalho, como já demonstrou o capítulo inicial, admite que as características políticas da década de 80 preservam os aspectos fundamentais da "conciliação" fundada na cooptação que marcou a história da política brasileira desde os primórdios.(103) Ou que as mudanças políticas no Brasil, apesar de nuances liberais e democráticas, sempre tiveram um caráter conservador, seja do tipo autoritário, seja do tipo paternalista. Isso porque as "mudanças" sempre foram promovidas pelas elites dominantes que procuravam antecipar os movimentos, de modo a impedir que pudessem vir pela base.

A opção de analisar o papel dos intelectuais no Poder, deve-se ao fato de que naquele momento, mais do que em qualquer outro, a presença do intelectual de oposição, militante político contra a ditadura, dava ao governo pontos de legitimidade e credibilidade. O tom mudancista dos novos projetos assimilados por intelectuais de renome era capaz de esconder as limitações de um governo que ascendeu sem abrir mão dos instrumentos arcaicos da conciliação conservadora.

Por fim, é necessário relembrar que a escolha da Secretaria de Educação como foco das análises deve-se ao fato de se considerar que o setor educacional tem algumas especificidades no governo, considerando-se a lógica do Poder. Esse setor permite a formulação de discursos progressistas, sem necessitar que o próprio governo mantenha essas posturas, e por outro lado não permite o controle ou a cobrança da população. O discurso no setor educacional quando não possui apenas caráter retórico, é baseado em projetos academicamente avançados, mas que não se traduzem em prática: o discurso educacional promove o governo sem o risco do controle social.

2. OS INTELECTUAIS, A POLITICA E O PODER

Colocado o problema, a questão a ser pensada talvez não seja só de saber por que os intelectuais buscam o Poder, mas por que o Poder busca os intelectuais. Ou, de maneira geral, de saber até que ponto os intelectuais brasileiros são cooptáveis.

A relação dos intelectuais com a política ou com o Poder é difícil de ser compreendida, na medida em que os intelectuais não constituem uma classe e nem mesmo um grupo social homogêneo. A princípio se poderia dizer que os intelectuais, enquanto categoria social "não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extra-econômicas da estrutura social; do mesmo modo que os burocratas e os militares se definem por sua relação com o político, os intelectuais situam-se por sua relação com a superestrutura ideológica. Quer dizer: os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológicos-culturais".(104)

A definição de intelectuais como grupo social responsável pela criação de produtos ideológico-culturais não é ainda capaz de revelar as especificidades desse grupo enquanto categoria política. Bourdieu diria que o intelectual de Paris, de

Moscou ou de qualquer outro lugar e o mesmo porque na essência o intelectual constitui o setor dominado das classes dominantes e possui interesses específicos como cargos acadêmicos, resenhas, cargos universitários...(105)

A definição de Bourdieu chama atenção pois coloca em evidência o aspecto fundamental da condição política do intelectual, a ambigüidade decorrente de sua posição de dominado entre os dominantes. Talvez o conceito tivesse sido analisado pelo aspecto corporativista podendo ser contestado através do conceito político de "intelectual orgânico" segundo Gramsci. Entretanto, Bourdieu toca uma questão central, que é o fato do intelectual possuir os mesmos interesses "corporativos" em qualquer lugar do planeta, mas interesses e posturas conflitantes enquanto categoria política.

Tratando-se da questão dos intelectuais no Brasil, afirma Daniel Pécault que "a ideologia lhes permite ser elite quando necessário, ou povo quando conveniente". No caso especial da América Latina, o hiato entre o social e o político torna possível aos intelectuais "erigir em mediadores indispensáveis, substituindo as classes - visto que, melhor do que elas mesmas, conhecem os seus interesses profundos - e colocando-se na posição do Poder, pois tanto quanto este, se projetam acima do social".(106)

Essa ambigüidade ou essa "privilegiada" posição de

trânsito dos intelectuais entre as classes certamente se manifesta com maior ou menor intensidade em contextos culturais diferentes, haja visto o caso da América Latina citado por Pecauly. Mas talvez esse caráter ambíguo da intelectualidade possa ser compreendido ao se considerar este grupo social com especificidades em relação ao conjunto da sociedade. Afirma Lowy que "o comportamento dos intelectuais é, em certa medida, não só determinado por sua origem de classe individual, mas também por sua filiação à categoria social comum, do mesmo modo que o burocrata e o militar (salvo em tempo de crise) primeiramente como membros de sua categoria".(107)

Longe de admitir a neutralidade científica de uma "intelligentsia" acima das classes—como fez Mannheim— a autonomia intelectual sofre tempestuosas flutuações. Elas são vistas por Lowy como "balões em noite de São João", um estado provisório, pois os intelectuais "terminam, geralmente cedendo à lei da gravidade, sendo atraídos por uma das grandes classes sociais em luta (burguesia, proletariado, campesinato) ou então pela classe que lhes é mais próxima: a pequena burguesia".(108)

No Brasil, a relação dos intelectuais com as classes e o Estado ganha particularidades. A fragilidade das organizações de classes, a força do Estado e a condição social da intelectualidade que normalmente integram as classes médias altas, seriam capazes de explicar em parte as especificidades da relação entre os intelectuais e o Poder. Eles nunca foram ignorados pelo Estado, visto que, tanto em momentos autoritários

como em democraticos, a tentativa de cooptação da intelectualidade foi constante. Da mesma forma eles nunca resistiram aos sabores do Poder, adaptando suas teorias ao ritmo das conjunturas. E por essa razão que Pecauly afirma que "em todas as épocas, ou quase, os governantes pareceram querer se apropriar das representações do fenómeno político propostas pelos intelectuais, e estes, com frequência, estiveram prontos a inspirar-se nas representações professadas pelo Estado".(109)

Durante o período Colonial e Imperial brasileiro o intelectual serviu ao Poder como burocrata ou como formulador de teorias naturalistas sob inspiração da literatura europeia. A desnecessidade da intelectualidade no exercício efetivo do Poder diante de uma sociedade fundada na escravidão tornou o intelectual peça de ornamento do Poder, visando apenas atender às vaidades tanto do próprio intelectual quanto de seus mecenas.

A diversificação da economia ocorrida a partir da República introduziu novas classes ao cenário político, pressionando pela extensão da cidadania para além das oligarquias latifundiárias. O fracasso da Primeira República provocou fortes reações na década de 20, sendo os grandes protagonistas os intelectuais. Acreditavam poder salvar a República ou republicanizar a fracassada República que nunca "existiu". Assim entre tantas idéias nacionalistas e anti-liberais tinha-se em Alberto Torres a inspiração deste projeto que prosseguiria sob o comando de Oliveira Viana e Azevedo Amaral no Estado Novo.

Os intelectuais deixaram de ser peça de ornamento e passaram a acreditar que poderiam salvar a República ou retirar as "massas cegas" da ignorância: através da educação no combate ao analfabetismo (110), ou do Estado Paternalistas Corporativista e Populista.

A partir de 1920, o engajamento dos intelectuais deixou de se reduzir a exaltação do "caráter brasileiro", para buscar a participação no engajamento político, incluindo a filiação partidária. Assim, Mário de Andrade militou no PD(Partido Democrático) fundado em 1926; Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Oswald de Andrade no PRP (Partido Republicano Paulista). Por outro lado, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Afonso Arinos e Carlos Drummond de Andrade, entre outros, participariam do poder, ocupando cargos na máquina estatal.

Na década de 30, os intelectuais foram chamados a participar da propaganda nacionalista em que o Estado, através da negação do "liberalismo artificial", procurou realizar o modelo político brasileiro, "longe das receitas européias". Com isso o intelectual entra no cenário não só como teórico mas também como militante. Nesse sentido afirma Daniel Pecauly: "Esses intelectuais, tão desafiadores em relação aos antigos partidos políticos, via de regra tão desdenhosos em relação ao liberalismo político, estavam longe, portanto, de se limitar à teorização política. Militavam, agiam, fomentavam planos e complôs. Foram

exceções os que escaparam dessa política que, tão frequentemente, desejavam apolítica..."(111)

Assim, durante o getulismo a marca da participação dos intelectuais era a adesão ao Estado, seja de modo direto, ocupando cargos no governo, seja através do consenso ideológico. A preocupação do Estado Autoritário Paternalista de Getúlio era conciliar as diversas tendências simpatizantes do regime, o que não excluía a intenção clara de cooptar os intelectuais, "mesmo os reticentes para com o autoritarismo".(112)

O Estado Autoritário de Getúlio em momento algum desprezou os intelectuais, pelo contrário, tratou-os como parte importante da elite. Na democracia corporativista de Getúlio, as organizações sindicais e produtoras valiam mais que o parlamento e a opinião pública se expressava pela intelectualidade. Desse modo, excetuando-se os comunistas, a relação do Estado com a intelectualidade foi boa, ou melhor dizendo a cooptação dos intelectuais pelo Estado foi eficiente. A prova disso é que na revista "Cultura Política"(113) colaboravam intelectuais diretamente ligados ao Poder como Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes, intelectuais independentes como Gilberto Freire, Guerreiro Ramos, Vieira Pinto, Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré; intelectuais que ocupavam postos na administração pública e que também reivindicavam independência, como Carlos Drummond de Andrade, Augusto Meyer, Le Corbusier, Oscar Niemeyer e Mario de Andrade.

A partir da década de 50, o nacionalismo mudou de face e a intelectualidade reivindicava o título de "intelligentsia", acreditando que podia ir ao encontro do povo ensinando, aprendendo e fundindo-se a ele. Diferentemente da década de 30 em que para os intelectuais não havia povo, nesse momento não se duvida mais da força popular. Como "ideólogos" ou "pedagogos da desalienação", os intelectuais, muitas vezes com a bênção governista, propunham-se a organizar o povo através da "conscientização" ou "tomada de consciência". Assim, o CPC quis chegar até o povo assimilando sua cultura e reformulando seus sentimentos. "Os pensadores do ISEB assumiram explicitamente a tarefa de inventar a ideologia que iria presidir a 'revolução brasileira'...(114)

Mas esses intelectuais, enquanto portadores da "consciência crítica", ao mesmo tempo em que procuravam estar próximos do povo, também não se afastavam do Estado. O ISEB talvez tenha sido o canal mais eficiente na manutenção dos intelectuais na órbita do Estado. Nesse sentido, apesar da conciliação do intelectual militante em contraposição ao intelectual elite, o fascínio pelo Estado persistia entre os intelectuais nacionalistas tanto de esquerda quanto de direita.

A proximidade do discurso dos intelectuais militantes com o discurso dos intelectuais no poder tornava-se cada vez mais convergente aos mesmos temas. "Esse encontro não decorre do fato de que os que agem diretamente sobre a sociedade

estejam convencidos de que somente o Estado pode promover as mudanças necessárias. Decorre do fato de se situarem muito naturalmente, ainda que com posições diferentes, num plano acima do social, e de se considerarem co-autores da produção das representações do plano político".(115) Isto leva Daniel Pecauly a concluir que nessa complementariedade entre o poder e os ideólogos, nessa busca prioritária da modernidade, "os homens de 1960 adotavam a mesma atitude de 1930". (116)

A partir de 1964, especialmente depois de 1975, a crença no Estado como agente de formação do social praticamente desapareceu: as mudanças na busca da interferência no social se afastaram da órbita do Estado, tendo nele seu principal inimigo. Mas cabe destacar que a participação do intelectual no poder não deixou de existir, porém ganhou características predominantemente tecnocráticas.

A ideia de democracia e o conceito de sociedade civil tornaram-se os pilares de atuação política dos intelectuais. Não mais a democracia enquanto consenso de interesses que tem no Estado Corporativo seu grande árbitro, mas a democracia que pressupõe garantias legais ou "Estado de Direito".

2. O INTELLECTUAL COMO ATOR POLITICO

A atuação política dos intelectuais a partir de 64, quando foi instituída a ditadura militar, passou por fases mais ou menos distintas. Na primeira, a luta dos intelectuais ganha conotação corporativa e profissional, fortalecendo-se através de associações e institutos de pesquisas; na segunda, correspondente ao período de Abertura, os intelectuais inserem-se à Sociedade Civil, e aos partidos de oposição e passam a atuar em torno de reivindicações liberais de democracia e "Estado de Direito".

Durante todo o regime militar os intelectuais sofreram os mais diversos tipos de ação repressiva, sendo caracterizados por ele como "suspeitos de 1ª fila". A partir de 68, a imprensa, os artistas e professores foram vítimas diretas da repressão. Muitos professores foram aposentados por decreto, estudantes perseguidos e jornais submetidos à censura implacável.

Mas a repressão não foi capaz de eliminar por completo os atos de contestação que sobreviveram através das produções intelectuais e artistas realizadas no exílio; estas através da música, da arte, do teatro, onde as metáforas de cunho político passam a ser o principal canal de expressão com o público. Paralelamente a isso, triunfa na Universidade o

paradigma marxista, gerando uma correspondência direta entre estar contra o regime e ser marxista.

Ainda antes de intensificar a militância político-partidária do intelectual no interior do MDB - partido de oposição institucionalizado pelo próprio regime e que com o tempo passou a abrigar todas as tendências oposicionistas - os intelectuais procuraram orientar-se através de um movimento de "profissionalização". Nesse sentido, afirma Daniel Pecauly que "os intelectuais continuam a se atribuir uma legitimidade propriamente científica e não é por acaso que privilegiam ainda mais o tema da profissionalização".(117) Assim, a descoberta da democracia deu-se gradativamente, sem o abandono total das antigas concepções de nação e desenvolvimento.

O impulso da profissionalização somado à euforia do "Milagre"- período em que os recursos governamentais para a pesquisa científica chegam até mesmo a crescer, gerou a expansão tanto do ensino superior, com a abertura de faculdades privadas e públicas, como o aparecimento de muitos institutos particulares de pesquisa, como CEBRAP, IPESP, IUPERJ, CEDEC, etc.

Deixando de lado os efeitos negativos dessa expansão, caracterizada especialmente por um forte movimento de privatização do ensino superior, ao lado de uma queda de qualidade irreparável (118), o que se quer mostrar é a importância de alguns Institutos de pesquisas ao reunir

importantes cientistas e pesquisadores que souberam conciliar as exigências do rigor científico com as necessidades de compreensão da realidade conjuntural.

A luta dos intelectuais pela profissionalização vai também pressionar o Estado no sentido do reconhecimento oficial das profissões. Exemplo disso é o caso das ciências sociais, que passam a reivindicar não só o reconhecimento profissional como também tratamento igual ao dado às ciências exatas. Isso traduzia uma nova mentalidade nas ciências sociais, que renunciava a "erigir as ciências sociais em ideologia da nação, à maneira isebiana, ou em formulação de um projeto nacional". Aliavam-se, portanto, aspectos corporativos a reivindicações de autonomia e liberdade no cumprimento das tarefas científicas.

Essa luta no contexto da ditadura, aparece como a tentativa de se organizar como ator político, levando-se em conta um momento em que ciência e tecnologia tornam-se componentes centrais do Estado Tecnocrático Militar. Ou melhor dizendo, "a referência profissional constitui uma forma de os intelectuais se organizarem como um ator político capaz de, em nome de sua função na produção do conhecimento, remeter-se a uma racionalidade própria contra as opções de uma tecnoburocracia que pretende confiscar o uso da ciência em proveito de seus próprios projetos".(119)

Pode-se dizer, portanto, juntamente com Daniel

Pecault que "a profissionalização não implicava de forma alguma a abstenção política: ao contrário, oferecia um argumento nesse combate. A estratificação profissional é acompanhada por uma outra estratificação fundada no grau de destaque de cada professor ou instituição na área da intervenção política. Os centros de maior prestígio são os que exigem ao mesmo tempo 'profissionalização' e exercício de uma influência política".(120)

Assim, a legitimidade alcançada por instituições como a SBPC, o CEBRAP, o IUPERJ e mais tarde o CEDEC, vai escorar a intervenção política, garantindo uma postura acima dos partidos e isenta das "ideologias de salvação". Isso faz com que a nova identidade do intelectual forneça meios para "combater a tecnocracia em seu próprio terreno" e fure as barreiras da atuação política impostas dentro do autoritarismo.

Mas é o processo de abertura política iniciado na metade da década de 70 que levou a intelectualidade a se constituir efetivamente como ator político. Naquele momento a intelectualidade brasileira reuniu força e credibilidade, visto que instituições de respeito como a OAB, ABI e a SBPC posicionaram-se de maneira crítica ao regime sinalizando a entrada dos intelectuais no jogo das relações de força.

A descoberta da sociedade civil e da democracia política é a marca mais importante desse momento. Traduz um

processo de revalorização da dimensão política chocando-se com a vulgata marxista, ou mesmo com as teorias da Dependência, onde a dimensão política perde força diante dos aspectos estruturais. Nesse sentido afirma Daniel Pecault que essa evolução política "enraíza-se talvez na crise de referências que serviam antes para garantir sua identidade: o nacionalismo, o populismo, a configuração da sociedade pela via estatal. Esse fenômeno, porém, remete sobretudo à necessidade de levarem em conta o contexto no qual intervêm, à adoção de estratégias de racionalidade limitada e à adaptação forçada às condições de incertezas".(121)

Se em 1972, muitos intelectuais se pronunciavam pelo voto nulo, em 1974, muitos participavam da campanha do MDB. Sem abandonar as reivindicações corporativas, os intelectuais voltaram-se também para os partidos e os movimentos sociais. É um momento de conciliação, em que as diferenças ficam suspensas e o MDB torna-se o ponto de convergência.(122)

Apesar das regras do jogo político ficarem sempre por conta do regime e a política de abertura se desenrolar em condições incertas, as vitórias do MDB nas urnas e a mobilização da sociedade civil abriam uma precária possibilidade de se legitimar o regime através da ocupação dos espaços. Entretanto, a conciliação dos intelectuais em torno de pontos comuns não eliminava diferenças que pressupunham, a princípio "duas alternativas: recusar a se prestar às regras da democratização autoritária ou elaborar estratégias que as levem em consideração".

E o grau de adesão a "política do possível" que diferenciara as posições intelectuais. As divergências entre os adeptos dos esquemas incrementalistas colocaram Fernando Henrique, Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Nelson Coutinho de um lado e Florestan Fernandes de outro.

O crescimento dos movimentos de base no final da década de 70 intensificou ainda mais as diferenças entre os que "continuam a dar prioridade à atuação institucional e aos avanços eleitorais e os que depositam suas esperanças nos processos de auto-organização dos atores sociais".(123) O desfecho dessa cisão vai desembocar na criação do PT em 1979, que por sua vez atuará sempre na linha da rejeição da transição negociada e na valorização da mobilização das bases. Essa posição é criticada pelo PMDB, especialmente por Fernando Henrique Cardoso que a classifica como "populismo religioso" depreciativo de qualquer representação política.

3. OS INTELECTUAIS NO GOVERNO MONTORO

A análise acima, sobre a participação política dos intelectuais a partir de 64, de modo especial após a segunda metade da década de 70, quando passaram a militar com maior intensidade em partidos, associações, sindicatos e até concorrer a cargos eletivos no Legislativo, tem grande importância em São Paulo. Nesse estado constata-se maior solidez das instituições intelectuais, intensidade dos movimentos sociais e destacado papel do MDB local em comparação com o MDB de outros estados, como do Rio de Janeiro que chegou a colaborar com o regime. Também é em São Paulo que nasce o PT, um partido de trabalhadores, já contando na sua fundação com parte dos "melhores" quadros intelectuais da esquerda paulistana.

A intensa atuação do intelectual paulista nos movimentos civis e políticos e até nos quadros partidários de oposição prepara o caminho para a sua participação no Poder, o que se dará mais marcadamente na fase de euforia da Nova República, isto é, nos primeiros anos de Nova República.

Não se nega a participação do intelectual no Poder antes da Nova República. Mas enquanto o intelectual que compunha os quadros dos governos da Ditadura Militar o faziam como tecnocrata, o intelectual que viria participar dos governos da

Nova Republica o fariam não só como técnico mas também como agente legitimador de um governo "democrático e popular" que buscava credibilidade também na apresentação de nomes "respeitáveis" em seus quadros.

E claro que muitos intelectuais que já participavam do governo precedente, aos poucos se adaptaram ao "novo governo", principalmente depois de passado os primeiros anos de experiências peemedebista no Poder, quando a euforia se esvazia e abre-se espaço para intelectuais mais moderados.

Na década de 80, com a eleição dos candidatos de oposição à grande parte dos governos estaduais, assistiu-se a migração da intelectualidade aos quadros do governo. Apesar das exceções, restritas praticamente a intelectuais independentes ou do PT, os intelectuais reanimavam a crença, suspensa durante a ditadura, de que a mudança passa pelo Estado, o que justificava a participação deles no poder.

A vitória do projeto conciliador sob a liderança do PMDB não prescindiu em nenhum momento da participação do intelectual. A Abertura política favorecia cada vez mais a busca de novas teses defensoras da "política possível". A conciliação em torno de uma "Frente Ampla e Democrática" era visto como alternativa possível, apesar de significar a reedição de antiga fórmula, em que a conciliação e a cooptação permitem a antecipação de mudanças inevitáveis, porém sob o controle velado

das classes dominantes.

A eleição de Franco Montoro ao governo de São Paulo acontecia, num contexto em que a oposição saía vitoriosa em 10 estados da União, incluindo-se os principais estados. Assim, "no cômputo total dos votos, o PMDB e o PDS equivaleram, entretanto, os partidos da oposição arrebataram o governo dos principais estados em termos populacionais e econômicos". Por outro lado, "o PDS perdeu, também, a maioria na Câmara Federal, mantendo-a no Senado Federal devido aos absurdos senadores biônicos, que exercem um abusivo mandato de oito anos para o qual não foram eleitos".(124)

As eleições de 82 significavam um passo a frente na implementação do projeto de redemocratização conservadora que, apesar das ameaças de retrocesso, parecia ser inevitável. O PMDB se colocava como alternativa concreta de Poder, (125) visto que esse partido, além de aderir com facilidade às regras do jogo de transição, perdia os setores mais radicais para os novos partidos, como o PT. Era um momento importante no sinuoso processo de Abertura que iria desembocar na frustrada Campanha das "Diretas-já", onde o espírito de conciliação viabilizou a eleição indireta do presidente civil.

A transição negociada e conservadora ganhava, sob a liderança do PMDB, a adesão de amplos setores da sociedade, incluindo artistas e intelectuais, estes com participação ativa na Campanha de Montoro. Esse fato deve ser visto não só pelo

aspecto da euforia do momento, em que o PMDB dava um passo à frente na luta contra a ditadura, mas também como elemento legitimador e diferenciador da proposta oposicionista.

Intelectuais progressistas ou de reconhecido renome acadêmico davam às candidaturas de oposição a credibilidade necessária para garantir o "caráter mudancista" das propostas e esconder os elementos conservadores da política conciliatória e negociada.

Franco Montoro, sem fugir às características do momento, apresentou sua proposta, a "Proposta Montoro", formulada por um grupo de "intelectuais notáveis" que desenvolveram estudos político-teóricos nas diversas áreas de alcance social. A proposta traduzia ou incorporava idéias e projetos originários de intelectuais que coordenaram os grupos que a elaboraram. Especialmente na educação, a participação de intelectuais gerou grandes debates em torno de teses diferentes e até antagônicas.

Os intelectuais que participaram da Campanha de Montoro eram intelectuais, na sua maioria, engajados ao partido ou intelectuais-burocratas, como Guimar Namo de Mello, João Cardoso Palma Filho, Paulo Renato Costa Souza, Wagner Gonçalves Rossi. Ou mesmo, de outras matizes ideológicas, como Moacir Gadotti, Paulo de Tarso Santos e José Mario Azanha, Jorge Nagle, Ana Maria Quadros, Maria Leila Alves.

Mas a participação dos intelectuais no Governo Montoro ganhou novos contornos, na medida em que, por razões políticas alguns vão se distanciando do governo e outros se aproximando. Por outro lado, a atuação da Secretaria foi se definindo de acordo com a posição dos escalões inferiores, que no correr do processo foram apresentando os projetos. Alguns intelectuais atuaram como burocratas, outros eventualmente como prestadores de serviços propondo projetos de origem acadêmica e com grande credibilidade devido à instituição de origem ou a assinatura do autor.

CAPITULO IV - ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA PRODUÇÃO
INTELLECTUAL NA AREA DE EDUCACAO DURANTE O GOVERNO
MONTORO.

1. Projetos e Programas.

Na esfera governamental tornou-se inquestionável a importância da participação do intelectual na gerência da coisa pública. A necessidade de técnicos, especialistas e assessores políticos passou a ser condição fundamental na administração do aparelho burocrático. Entretanto, há que se distinguir aquele que atua como técnico, apenas assegurando o funcionamento da máquina - ou em outras palavras, garantindo meios para se atingir fins - daquele que exerce função eminentemente política, prestando assessoramento aos homens do poder, sendo que nesse caso sua atuação é no sentido de definir estratégias ou de fundamentar e legitimar em bases racionais e até científicas, decisões a serem tomadas.

Nesta pesquisa, como já se falou anteriormente, as atenções estão voltadas especificamente para a Secretaria de Educação, procurando nesse órgão caracterizar a "novidade" do perfil governamental adquirido durante a Nova República, em especial no governo Montoro. Nesse sentido, vale lembrar também que a totalidade dos dados e informações coletados dizem respeito à Secretaria de Educação.

Dentre as principais prioridades da Secretaria de Educação no início de 1983 estavam a melhoria da qualidade de ensino de 1º e 2º graus, a racionalização administrativa, a valorização do magistério e do livro escolar. Entretanto, ao se analisar os Planos de Trabalho Anual e os programas de orçamento enviados à Assembléia Legislativa, podia-se destacar 4 programas: valorização do ensino de 1º grau, valorização do ensino de 2º grau, administração e assistência ao educando.

O programa I, referente à valorização de ensino de 1º grau, destacou-se basicamente pela implantação do Ciclo Básico (o principal projeto de todo governo na área de educação), do Projeto IPE e do PROFIC, além de outras iniciativas voltadas para o ensino noturno.

O Programa II, referente à valorização do 2º grau, não se destacou por nenhum projeto prioritário ou especial, mas voltou sua atenção para a habilitação-magistério, reabilitação das escolas técnicas e ensino noturno.

O Programa III, referente às questões administrativas, dedicou-se à aprovação do novo Estatuto do Magistério, realização de concursos e construções escolares.

O Programa IV, referente à assistência ao educando, preocupou-se com o Plano de Municipalização da Merenda e com o Fundo do Livro Escolar.

Diante da forma em que a Secretaria de Educação organizou seu programa de ação e destinou seu orçamento, é preciso lembrar que os dados coletados por esta pesquisa limitou-se basicamente ao programa I, que por sua natureza está ligada aos aspectos intelectuais. Isto não significa que não se esteja levando em consideração os gastos dirigidos aos outros programas, mas apenas ressaltando que o preocupação com o setor intelectual foi bastante relevante nesse período governamental, relevância esta que se caracterizou não só pelo montante da produção intelectual, mas pelos seus aspectos qualitativos que podem ser percebidos ao se levantar os nomes de intelectuais e instituições envolvidos na produção (126).

Antes de dar prosseguimento à caracterização da produção intelectual da Secretaria de Educação na gestão Montoro, vale a pena apresentar o montante das realizações no setor de treinamento e aperfeiçoamento de professores e especialistas para se ter uma idéia da atenção dispensada pelo governo nessa área, o que ganha proporção destacável se comparado em relação aos governos anteriores ou mesmo em relação aos governos que o seguiram.

Segundo relatório da Secretaria de Educação, no período entre 1983 e 1986 foram promovidos ou produzidos:

A. 930 cursos ministrados em convênios com as Universidades (66 em 1983, 56 em 1984, 259 em 1985 e 549 em 1986, atendendo a 37.851 professores sendo 2.640 em 1983, 2.140 em

1984, 10.280 em 1985 em 22.791 em 1986).

B. 401 cursos, encontros, seminários, reuniões de orientação técnica à professores e especialistas, ministrados pelos órgãos da própria secretaria, atendendo 37.984 pessoas. Veja a tabela abaixo:

TABELA 4.1

CURSOS OFERECIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E, CONVENIO COM AS UNIVERSIDADES

: : ANO	: :	Quantidade de cursos	: :	número de professores atendidos	: :
: 1983	:	66	:	2.640	:
: 1984	:	56	:	2.140	:
: 1985	:	259	:	10.280	:
: 1986	:	549	:	22.751	:
: Total	:	930	:	37.811	:

Fonte: Relatório S.E. 1983-1986. Biblioteca do NEPP - UNICAMP.

C. O Projeto IPE, que buscava promover a atualização e o aperfeiçoamento do professor de 1º grau, através de programas de televisão, com material de apoio, além de ensinar a produção de 53 programas de televisão, mencionados no item seguinte, propiciou a criação de telepostos (127), em número de 2.431 em 1984, 1.396 em 1985 e 1500 em 1986, tendo 84.858 participantes em 1984, 239.271 em 1985 e cerca de 100.00 em 1986. Este projeto proporcionou ainda o desenvolvimento de 27 fascículos de apoio em 1985, num total de 1.300.000 exemplares, e de 5 documentos em 1986, num total de 760.500 exemplares. Veja a

tabela abaixo:

TABELA 4.2
PROJETO IPÊ

: ANO	:	1983	:	1984	:	1985	:	1986	:	total	:
: nº de	:		:		:		:		:		:
: telepostos	:	-	:	2.431	:	1.396	:	1.500	:	5.327	:
: nº de par-	:		:		:		:		:		:
: ticipantes	:	-	:	84.858	:	239.271	:	100.000	:	424.129	:

Fonte: Relatório S.E. 1983 - 1986. Biblioteca do NEPP - UNICAMP.

D. 221 programas de televisão, sendo:

- "Projeto Ipê", 53 programas (6 programas em 1984, 27 em 1985, 20 em 1986), em cooperação com a Rádio e Televisão Cultura.

- "Prioridade Educação", 65 programas (26 programas em 1985, 39 em 1986), em cooperação com a Rádio e Televisão Cultura.

- Programas voltados para o 1º grau, 100 programas, em 1985, em cooperação com a Rádio e Televisão Cultura.

- Programas voltados para o 2º grau, 3 programas (em 1985), em cooperação com a Rádio e Televisão Cultura.

E. 798 programas radiofônicos, sendo:

- "Primeira Questão", 399 programas de 30 minutos de duração (139 programas em 1985 e 260 em 1986), em cooperação com a Rádio e Televisão Cultura.

- "Matéria Prima", 399 programas de 2 horas de duração (139 em 1985 e 260 em 1986), em cooperação com a Rádio e Televisão Cultura. Veja a tabela abaixo:

TABELA 4.3

PROGRAMAS DE TV E RADIO PRODUZIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM COOPERAÇÃO COM A RADIO E TELEVISÃO CULTURA.

: Nome do		: Quantidade de programas por ano				: total :	
: Programa		:-----:-----:-----:-----:				: total :	
:		: 1983	: 1984	: 1985	: 1986	:	:
:-----:-----:-----:-----:							
: : Projeto	:	:	:	:	:	:	:
: : IPE	:	-	6	27	20	53	:
:-----:-----:-----:-----:							
:V : Prioridade	:	:	:	:	:	:	:
: : Educação	:	-	-	26	39	65	:
:-----:-----:-----:-----:							
:R : Primeira	:	:	:	:	:	:	:
:A : Questão	:	-	-	139	260	399	:
:-----:-----:-----:-----:							
:I : Matéria	:	:	:	:	:	:	:
:O : Prima	:	-	-	139	260	399	:

Fonte: Relatório S.E. 1983 - 1986 - Biblioteca do NEPP - UNICAMP.
Relatório Projeto Ipê 1936 - CENP/S.E. Biblioteca da S.E.

* A tabela não apresenta dados específicos sobre os programas referentes à Reforma Curricular que somou em torno de 100 programas.

F. Reformulação Curricular:

-No primeiro semestre de 1986 foram produzidos e impressos 18 documentos, dos quais 9 voltados para as várias áreas curriculares do 1º grau e 9 voltados para as várias matérias componentes do núcleo comum do 2º grau. (A discussão dos

documentos, envolveu, em 1986 20.000 pessoas).

-Durante o segundo semestre foram distribuídos 200 mil exemplares de cada documento para o primeiro grau, sendo que os documentos para o 2º grau variou entre 12 e 200 mil exemplares, conforme a disciplina.

G. Realização de Estudos e Pesquisas:

-Reorganização técnica da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

-Subsídios para formulação de uma política para implementar um atendimento diferenciado à população escolar de baixa renda (Fundação Carlos Chagas).

-Avaliação dos Três anos de municipalização de construções escolares no estado de São Paulo (Fundação de Economia de Campinas).

-Projeto de Reorganização Administrativa da Secretaria de Educação (Fundação de Desenvolvimento Administrativo).

-Estudos sobre os mecanismos de Transferência de decisão para o poder local e os investimentos municipais em

Educação (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo).

-Estudo técnico sobre as diferenças interestaduais de salários dos professores da rede oficial de ensino de 1º e 2º graus (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

-Atendimento diferenciado à população escolar de baixa renda (Fundação de Economia de Campinas).

-O ensino agrícola de 2º grau no Estado de São Paulo (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo).

-Mobilização Social para alfabetização de jovens e adultos (Instituto de Ação Cultural).

Diante dos dados apresentados acima fica a indagação: o que levaria um governo estadual, num país como o Brasil, cuja atenção à educação sempre foi irrelevante, dedicar tal montante de investimento em produção intelectual? Essa indagação torna-se ainda mais relevante quando se constata a grande atenção dada ao setor de cursos de aperfeiçoamento e reciclagem quando a tradição brasileira sempre foi voltada para questões ligadas à rede física. Ou por outro lado, que razões levariam uma série de intelectuais de renome a colaborar com o governo?

Essas respostas não podem ser obtidas antes de se ter uma visão global do trabalho e da secretaria de Educação

durante toda gestão do governo Montoro. Deve-se salientar, entretanto, que não interessa no momento julgar a validade e o desempenho dos projetos, mas apenas apresentar o montante e o caráter da produção, o que faz a CENP (Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas), o principal alvo de estudo, visto que este era o principal órgão responsável pela produção intelectual da secretaria.

2.A produção da CENP

Sem a pretensão de analisar ou julgar o resultado do trabalho da Secretaria de Educação durante o governo de Franco Montoro, deve-se ressaltar aqui, que em relação a produção intelectual é possível reconhecer uma mudança substancial tanto no aspecto qualitativo como quantitativo. Em outras palavras, o que se quer dizer é que durante este governo se assiste uma mudança nas temáticas e nas abordagens de problemas educacionais, assim como um aumento da produção de material de apoio e pesquisa. Isso revela, entre outras coisas, a tentativa de mudar, pelo menos em nível de proposta, a forma de tratar os problemas educacionais, haja vista, a preocupação com a alfabetização, com o ensino noturno e principalmente com a reforma curricular(128).

Ao se analisar as publicações da CENP, comparando-se o material produzido durante o governo Montoro com seu antecessor Paulo Maluf e com seu sucessor Orestes Quercia, é possível constatar que em relação ao governo Maluf há uma mudança

de temas e problemas priorizados, na medida que começa a aparecer com freqüência, publicações tratando de assuntos que até então, eram praticamente ignorados. Durante o governo Maluf, as publicações da CENP, eram em grande parte, voltadas para edição de relatórios de reuniões e coletâneas de documentos, assim como para questões menos relevantes como ginástica rítmica e taquigrafia.

Nas publicações da CENP, durante o governo Montoro, começa a aparecer com freqüência textos tratando de questões como ensino noturno, fracasso escolar, educação e realidade brasileira, alfabetização em classes populares, escola pública, educação supletiva, etc.

E claro que alguns temas são comuns em ambos os períodos, como por exemplo "propostas curriculares" e "educação pré-escolar". Entretanto, deve-se lembrar que o tratamento dado aos temas comuns são em geral diferentes. As propostas curriculares na fase Maluf tinham muito mais um caráter de guia curricular, sempre voltadas para orientação do professor em relação aos conteúdos tradicionalmente tratados pelas escolas. Já as propostas curriculares da fase Montoro tinham um caráter de estudo com vista à mudança do conteúdo e de seu tratamento, aparecendo, portanto, como rompimento a partir de novos fundamentos filosóficos e pedagógicos.

Essa tentativa de reforma curricular que gerou a publicação de uma série de textos e propostas fundamentais em

novas bases, não significa que se reverteu em prática, nem mesmo que foi sustentada pela secretaria durante todo o governo. Algumas delas, especialmente as de língua portuguesa e história, sofreram grande resistência do professorado, de grupos políticos e até mesmo da imprensa. Nesse sentido afirma Luis Antônio Cunha que "a grande imprensa paulista iniciou uma série de violentos editoriais e matérias sobre a proposta curricular. O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo denunciaram o ensino pretendido por essas disciplinas como resultados de uma iniciativa deliberada da Secretaria de Educação de utilizar a escola pública para promover a luta de classes e/ou para deteriorar o conteúdo de ensino, já tão empobrecido" (129).

Em relação ao tratamento dado à questão da educação pré-escolar e da alfabetização deve-se notar que na fase Maluf, havia, frequentemente um enfoque ressaltando a questão da educação compensatória ao passo que na fase Montoro começa a predominar o enfoque na linha piagetiana.

Enfim, é possível constatar, através das publicações da CENP, que a equipe de Montoro renova, apresentando novas formas de tratamento dos problemas, assim como demonstrando preocupação com novos temas. Veja abaixo, a tabela comparativa:

visto que no governo Montoro a CENP edita em torno de 397 volumes referentes a 201 títulos, com uma média anual de 50,2 títulos e 99,2 volumes, ao passo que na fase Maluf a publicação atinge 272 volumes referentes a 184 títulos somando uma média anual de 48 títulos e 68 volumes. Veja a tabela abaixo:

TABELA 4.5

NUMERO DE VOLUMES E TITULOS PUBLICADOS PELA CENP ENTRE 1979 E 1988

	Maluf				Montoro				Quércia			
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988		
Número anual de títulos	56	40	48	40	43	43	61	54	27	34		
Número anual de volumes	83	63	71	55	52	183	74	88	96	100		
total de títulos	184				201				61			
total de volumes	272				397				196			
Média anual de títulos	40				50,2				30,5			
Média anual de volumes	68				99,2				98			

Fonte: catálogo analítico das publicações CENP

Os dados numéricos são suficientemente reveladores do aumento quantitativo de publicações durante a fase Montoro. Entretanto eles se tornam ainda mais relevantes quando se constata, por exemplo, que na fase Quércia a maioria das publicações são referentes à legislação e conteúdo curricular, sendo que quase totalmente reedições da fase anterior.

3. Em Busca de Mudança.

Os dados aqui apresentados, apesar de estarem restritos apenas a números e não possibilitar um exame qualitativo da produção intelectual da Secretaria de Educação durante o governo Montoro, demonstra a preocupação deste governo em romper com a prática até então prevalecente. A incorporação de uma nova equipe, com novos nomes, que em grande parte nunca tinha colaborado com o governo, mas que se destacava pelo trabalho que exercia nas universidades e centros de pesquisas, introduziu um novo enfoque no tratamento da educação e uma forte preocupação com a reciclagem do professor.

As informações obtidas mostram um envolvimento muito grande da secretaria com as universidades e centros de pesquisas e consequentemente com intelectuais academicamente reconhecidos, demonstrando com isso uma intenção de romper a continuidade do trabalho burocrático rotineiro para buscar no meio acadêmico a fonte científica e a credibilidade necessária para iniciar um novo trabalho. As propostas que até então eram consideradas "alternativas", "marginais" ou meramente "acadêmicas" passam a ser ouvidas e incorporadas pelo governo.

Os debates realizados não só pelo Fórum de Educação, mas também pelos cursos promovidos pela CENP, através do Projeto Ipê, se faziam com a presença de grandes intelectuais

da USP, UNICAMP, PUC e UNESPs. Os cursos se realizavam sob a orientação dos melhores professores disponíveis nessas universidades nas diversas áreas de conhecimento, sem contar a presença de intelectuais vindos de outros estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro, destacando aqui o trabalho de Neidson Rodrigues e Luiz Antônio Cunha.

O estado abria-se para os setores progressistas das universidades (na sua maioria críticos do regime militar) para que as propostas, até então orientadoras apenas de experiências alternativas, se transformassem em subsídios da política educacional oficial do governo estadual.

E a partir dessa nova postura que se propõem novos projetos, especialmente o Ciclo Básico e as novas propostas de reforma curricular.

Os debates são transformados em programas de TV e rádio e em documentos impressos. As novas propostas ou idéias chegavam às escolas através da TV e de uma farta produção de textos e subsídios, transformando nomes como Dermeval Saviane populares entre os professores da rede pública. A preocupação em intruduzir novas idéias e apresentar novas bibliografias tornou o professor mais próximo do mundo acadêmico.

O volume de trabalho realizado através de reuniões e cursos demonstra o interesse da equipe do governo Montoro em inverter o sinal, assumindo as propostas até então consideradas

alternativas e transformando as grandes universidades e os grandes intelectuais em sustentação de legitimidade e credibilidade do trabalho.

Sobre a eficácia dos cursos e o grau de aproveitamento e adesão dos professores em relação às novas idéias e aos novos projetos nada se pode dizer por hora. Entretanto, é possível dizer que em período nenhum o governo estadual produziu material tão farto e tão rico como este, assim como envolveu tantos professores no processo de discussão. Talvez a lição deixada tenha sido a de que as mudanças não se restringem apenas ao pedagógico e que o professor, mais do que aliado, pode ser talvez o maior impedimento, seja por resistência política, seja por deficiência de formação profissional.

CONCLUSÃO

Os anos de governo Montoro, como foi em geral os primeiros anos de Nova República, representaram uma espécie de nostálgismo, marcado pela busca de se reeditar na década de 80 o que se vivera na década de 60. No fundo, os governos peemedebistas dos anos 80 pareciam (não de modo explícito) querer dar continuidade ao populismo pré-golpe militar. Era a volta das lideranças que foram afastadas da arena política durante o período de autoritarismo. Entretanto, essa reedição não daria conta de reviver os movimentos populares como no pré 64. Apesar de ainda preponderar a concepção de que as mudanças deveriam passar pelo Estado (para alguns através de conquistas junto ao Estado de Direito, para outros através de tomada do Estado transformando-o em socialista), a realidade se mostrava distinta do período anterior.

Muitas concessões ocorreram durante os governos estaduais a partir de 83 e federal a partir de 85. Entretanto, o passar dos anos foi mostrando que as conquistas políticas em pouco alteraram a estrutura sócio-econômica, não dando conta de equalizar de modo mais justo as diferenças sociais. Com isso, as divergências começaram a ocorrer, rompendo especialmente a unidade do agrupamento peemedebista (principal protagonista do processo) e tornando evidente o caráter conservador da transição conciliada ocorrida pela composição política liderada pelo PMDB

dentro dos limites estabelecidos pelo projeto de abertura política implementado pelos militares.

A euforia peemedebista, marcada pelo retorno de grandes líderes ao poder e pela presença de grandes intelectuais e artistas nas alas governistas, garantia o tom mudancista da transição, mas não conseguia resolver os graves problemas nacionais, demonstrando não ser suficiente apenas a substituição do governo militar pelo civil.

De qualquer forma, interessa aqui demonstrar que o governo Montoro não conseguiu fugir à regra da tradição política brasileira de "mudança pelo alto" ou "mudança antecipada", via instrumentos de cooptação e conciliação. E especialmente demonstrar que o "sucesso" desse processo fundou suas bases não só na cooptação de setores caudatários do poder, mas especialmente de intelectuais de renome. Como resultado desse processo, o governo Montoro marca sua gestão pela busca de uma mudança na relação com a sociedade civil, evitando o confronto e fazendo crer que as mudanças históricas desejadas estavam em curso, que bastava apenas esperar que o Estado as realizasse, já que naquele momento o Estado se colocava como protagonista do processo, procurando resgatar, através da política da descentralização, a democracia perdida.

Assistia-se no governo Montoro, o germe do que viria ser o governo peemedebista na esfera federal, apesar das debilidades e contradições que marcaram com mais intensidade a

equipe de Brasília, na medida que estava permeada por representantes de outros partidos, inclusive remanescente da ditadura, tornaram-se comuns, a época, ataques de representantes do próprio PMDB ao governo Sarney sob acusação de que este não representava e não governava pelo partido, haja vista as frequentes mudanças ministeriais. Isso tudo ocorria, entretanto, apesar do excessivo poder que assumiu o principal líder do PMDB, o deputado Ulysses Guimarães, que acumulava os cargos de presidente do partido, presidente do Congresso Nacional, substituto do Presidente da República, e presidente da Assembléia Constituinte.

Nesse sentido, o governador Montoro, apesar de notável opositor do regime militar, destacou-se como importante negociador político aos moldes peemedebistas, tendo no episódio Diretas-Já, importante papel na liderança dos governadores estaduais e ainda como um dos responsáveis pelo lançamento da candidatura de Tancredo Neves à presidência da República.

Mas, além de hábil negociador político, o governador Montoro procurou ao longo de seu governo trazer para as fileiras do poder, importantes lideranças políticas e intelectuais. Notabilizou-se ainda, pela tentativa de desenvolver uma política de descentralização que no fundo significava a busca de estabelecer nova relação com a sociedade civil. Nessa relação era atribuído ao Estado um papel diferente daquele que prevaleceu no período militar, que caracterizava-se por uma relação vertical

e unilateral em relação a sociedade, que por sua vez não era ouvida nem mesmo chamada a participar das decisões. A política da descentralização e participação procurava desobstruir os canais de representação da sociedade civil, segundo o espírito da social-democracia cristã porém com duas características fundamentais que traduziam a essência da democracia proposta:

a) Por um lado o paternalismo, marcado pela crença de que a mudança, apesar de estar fundada na participação da comunidade, não poderia prescindir do Estado, que no limite portava-se como protagonista do processo. Isso, conseqüentemente, impedia a organização autônoma da sociedade civil, já que as diversas instâncias da sociedade passavam a manter relações diretas com o Estado, seja através do caráter legal ou oficial que era atribuído aos movimentos, seja através das lideranças, que muitas vezes mantinham vínculos com o poder.

b) Por outro lado, o romantismo originário das bases cristãs e populistas da proposta de Democracia Participativa, em que prevalecia a crença implícita ou explícita de que nenhuma mudança é válida sem a participação popular e de que a participação do povo está engendrada por uma pureza inerente à sua natureza.

Porém, o governo Montoro demonstrou seus traços de política conciliatória e cooptativa não só com a incorporação dos segmentos sociais que tradicionalmente agiram em consonância com a política peemedebista, ou com os segmentos descontentes dos setores anteriormente instalados no poder, especialmente os grupos caudatários, mas também em relação a grupos organizados na órbita de outros partidos, especialmente o PT. A relação do

de que os que controlam o sistema político devem ter meios para comprar ou de alguma forma incorporar grupos fora da arena política, de tal forma que sejam estabelecidos critérios de dependência entre eles. Assim, o governo Montoro na condição privilegiada de experimentar, antes do governo federal, a legitimidade do governo civil escolhido pelo povo, podia trazer para seus quadros não só representantes peemidebistas como os setores esclarecidos e independentes, excluindo-se apenas os setores que iam se aglutinando ao PT, partido este que nascia como reação ou resistência à forma conciliada pela qual vinham ocorrendo as mudanças.

Com isso, o governo tinha meios suficientes para atrair ou cooptar grande parte dos setores progressistas da sociedade civil. O governo pôde contar, direta ou indiretamente, com a colaboração de importantes expoentes da intelectualidade. E esta era atraída para dar credibilidade às ações governamentais e garantir legitimidade popular. A credibilidade era obtida pela própria respeitabilidade moral e técnica dos intelectuais ligados às universidades e entidades conceituadas. A legitimidade vinha pela possibilidade de se reeditar ou traduzir os projetos originários da sociedade civil, transformando-os finalmente em orientadores da ação governamental.

Através da intelectualidade, o governo tenta assimilar o discurso acadêmico fazendo com que o Estado ao apropriar-se dos projetos originários fora de sua esfera passe a utilizar a mesma linguagem e apropriar-se da luta que até então

era exclusiva da sociedade civil. Os representantes do Estado aos poucos passam a se confundir com os representantes da sociedade civil, já que muitos que até então eram conhecidos pela atuação profissional ou política fora do Estado possam ser vistos junto à equipe governamental.

A especial importância dada pelo governo Montoro aos intelectuais serviu por um lado para garantir o tom mudancista do discurso governamental e ao mesmo tempo dar-lhe credibilidade enquanto proposta assim como junto à sociedade civil. Por outro lado, a participação ativa do intelectual não só como burocrata mas como expoente ativo da sociedade permitia suprir o vazio tradicionalmente existente entre o social e o político no Brasil, transformando assim os intelectuais em mediadores indispensáveis.

A presença de grandes intelectuais, e a incorporação por parte do governo de discursos e projetos que até então significaram ameaça e questionamento, permitia que os traços da política conciliatória, que implementava uma transição sem grandes rompimentos, fossem obscurecidos pelo caráter avançado dos projetos. Assim os projetos, que eram originários de instituições acadêmicas ou intelectuais conceituados, possibilitavam identificar o governo com propostas inovadoras, mesmo que estas não atingissem a prática. O grau de sofisticação dos projetos, apesar dos limitados resultados práticos, obtinham grande reconhecimento em amplos setores.

Assim, as novas idéias que passavam a habitar o governo, sustentado por instituições de grande renome, permitiam muitas vezes uma dissimulação dos conflitos através de um consenso alcançado no plano dos ideais inovadores, fundados nas promessas de mudanças. As promessas ou elaboração de explicações a respeito dos problemas ocorriam de maneira a obter um alto grau de sucesso, em razão das dificuldades impostas na possibilidade de avaliar ou checar o discurso intelectual governamental, expresso pelos porta-vozes oficiais ou não.

A Secretaria de Educação expressou como nenhuma outra, esta utilização do aparato intelectual para legitimar-se e obter consenso. Os documentos e cursos produzidos em grande volume, apresentados no capítulo anterior, são a demonstração da grande dedicação do governo nesse setor. Os resultados obtidos, apesar das propagandas oficiais no final do governo, ainda são objeto de estudo.

Enfim, a ambiguidade dos intelectuais enquanto setores dominados das classes dominantes, aliada à fragilidade das organizações sociais e políticas, fez do governo Montoro um grande exemplo, em nível estadual, de como a prática conservadora da política de conciliação e cooptação pode obter sucesso através das credenciais obtidas da intelectualidade, prorrogando assim o acirramento das contradições fundamentais da sociedade brasileira.

NOTAS

INTRODUÇÃO

- (1) BOURDIEU, Pierre... Questões de Sociologia. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1983, p.56
- (2) OLIVEIRA, Francisco de. "Alves de Arribação: A Migração dos Intelectuais" in Revista Lua Nova. vol.2, nº3, out./dez 1985,p.20
- (3) IANNI, Otávio.. Sociologia da Sociologia. S.Paulo, Ed. Atica, 1989, p.78

CAPITULO I

- (4) A luta contra o analfabetismo na década de 20 ou as reivindicações por escola pública, obrigatória e gratuita na década de 30 pelos "pioneiros", podem ser ouvidas ainda hoje nos discursos de oposição ou nos do próprio governo. Dados oficiais apresentados pelo IBGE são suficientes para demonstrar o fracasso da política educacional e/ou social. É curioso como o governo apresenta dados assustadores sobre analfabetismo, evasão escolar e tantos outros problemas, e simultaneamente tabelas demonstrativas do crescimento quantitativo de escolas e matrículas. Normalmente os números são jogados segundo interesses do momento e raro serem analisados de forma comparativa ou de modo mais global. Admite-se o fracasso da escola ao mesmo tempo que vangloriam feitos e realizações.
- (5) Sobre o Fracasso do processo de industrialização como corretivo dos desequilíbrios sociais no Brasil, afirma João Manuel que "a industrialização ou se abortara, ou quando tivera êxito, não trouxera consigo nem a libertação nacional, nem, muito menos, a liquidação da miséria. Com isto uma pergunta ficava no ar: por que a história teria tomado outro curso, desfraldando esperanças que pareceram outrora tão bem fundadas? A resposta, no plano teórico, consistiu, sabemos todos, na formulação das teorias da dependência, que nasceram, assim, para enfrentar a questão da não industrialização nacional". (MELLO, João Manuel Cardoso. Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. mimeo, UNICAMP, 1975, p.
- (6) "O primeiro congresso do PRP (Partido Republicano Paulista) afirmava em 1873 o princípio da autonomia regional, de acordo com o qual cada estado deveria tratar dos problemas da escravidão de acordo com suas possibilidades e condições próprias de substituição do escravo pelo trabalhador livre, com o devido respeito pelos direitos de propriedade". (SWARTZMAN, SIMON. Bases do Autoritarismo Brasileiro. 3a ed.. Rio de Janeiro, Campus, 1988 p.111
- (7) Referindo-se as transformações econômicas e sociais ocorridas a partir de 1915, afirma Jorge Nagle que "o mais manifesto

resultado das transformações sociais foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)". NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. EPU/MEC, São Paulo, 1974, p.99)

- (8) Vale lembrar a importância dos movimentos populares como Canudos, Contestado e outros, assim como das organizações clandestinas da sociedade, que segundo Simon Schwartzman "vão das poderosas máquinas de política urbana ao crime organizado, passando por associações locais de todo tipo, e sem que as fronteiras entre elas se definam com clareza." Lembra ainda o autor os comportamentos não regulamentados e ilegítimos, mas aceitos como a economia informal, o jogo do bicho, as religiões populares, o contrabando, etc. (SCHWARTZMAN, ob. cit., p.16)
- (9) Entende-se por "radicalismo liberal" as críticas fulminantes dos liberais aos antigos regimes aristocráticos, tendo-se por maior exemplo o jacobinismo. Cabe lembrar, entretanto, que o "radicalismo liberal" na maioria das vezes não ultrapassou o limite do discurso.
- (10) "Em nome da necessidade de corrigir as distorções quantitativas e qualitativas da rede de ensino, diante da 'incompetência' dos agentes escolares, não faltaram 'técnicos' da educação que oferecessem a dirigentes incompetentes e indiferentes ao campo da educação, teorias mirabolantes para a melhoria da escola" (WARDE, Mirian J. "A Formação do Magistério e Outras Questões" in MELLO, Guiomar Namó de. (org.) Educação e Transição Democrática. São Paulo. Cortez/Autores Associados, 1986, p.83)
- (11) SAVIANE, Dermeval. "Análise Crítica da Organização Escolar Brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71" in Educação: do Senso Comum a Consciência Filosófica. São Paulo, Cortez/Autores associados, 1980, p. 147
- (12) Afirma Luiz Antônio Cunha em "O golpe na Educação" que a "participação do MEC no orçamento da União, que oscilou entre 8,5% e 10,6% no período 1960-1965, desceu para a metade desses níveis nos anos 70, chegando a 4,3% em 1975. O descaso do Estado para com a educação, acentuado pela ditadura, fez com que o Brasil se convertesse num dos países que relativamente menos aplicam no setor" (p.51,52). E ainda mais à frente: "Não acredite o leitor nas falsas idéias de que taxas elevadas de iletrados são características irremovíveis dos países latino-americanos e subdesenvolvidos. Países como Haiti, a Guatemala, Honduras, El Salvador, Bolívia e República Dominicana têm taxas de analfabetismo superiores às do Brasil. Por outro lado, o México,

o Equador, a Venezuela, a Colombia, o Panama e o Paraguai tem menos analfabetos, em termos relativos ao tamanho da população. E há países latino-americanos e subdesenvolvidos como o nosso que sem nada parecido com o Mobral, somente com a organização de uma escola suficiente, conseguiram reduzir o número de analfabetos a níveis bem baixos: o Chile(8%), a Argentina(6%) e o Uruguai (5%)". (CUNHA, Luiz Antônio. O golpe na Educação. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989, p.60.)

- (13) Afirma Jacques Ellul que o "homem moderno só sabe pensar por números e quanto maior é o número, mais fica satisfeito" e que "está despojado de seu julgamento, se não está fixado antecipadamente, oscila ao acaso, obedecendo não ao seu julgamento, mas à lei dos grandes números".(ELLUL, Jacques. A Técnica e o Desafio do Século. p.281)
- (14) Esta afirmativa não significa a alienação completa da Comunidade ou mesmo sua incapacidade de pressionar o poder público, mas que em termos de Políticas Públicas a sociedade é obrigada a investigar a realidade com dados oferecido pelo próprio governo o que muitas vezes impossibilita uma avaliação exata dos fatos.
- (15) SCHWARTZMAN, ob. cit., p.149
- (16) TRINDADE, Helgio. "Bases da Democracia Brasileira: lógica do Liberal e Praxis Autoritária (1812/1945)". in LAMOUNIER, Bolivar (org.). Como Renasçam as Democracias. São Paulo, ed. Brasiliense, p.46. A questão chave proposta por Trindade é "entender por que o liberalismo brasileiro, instalando-se de forma quase permanente no campo político, não evolui, salvo em momentos transitórios e de forma limitada, numa direção democratizante".
- (17) LAMOUNIER apud SILVA, Ignia C. Orientações Participativas e Descentralizadoras, Uma (In) Viabilidade na Estrutura Administrativa do Ensino de 1o Grau. Tese de Mestrado, FE UNICAMP, 1989, p.11.
- (18) COUTINHO, Carlos Nelson. in IANNI, Octávio. Sociologia da Sociologia. São Paulo, Ed. Atica, 1989, p. 75.
- (19) Não se quer dizer aqui que os períodos autoritários são substancialmente iguais aos períodos considerados democráticos.
- (20) RODRIGUES, José Honório. Conciliação e Reforma. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965, p.14.
- (21) LAMOUNIER, ob. cit., p.106
- (22) CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975, 165.
- (23) FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. R. de Janeiro, Ed. Globo, 1987.

- (24) DUARTE, Nestor. A ordem Privada e a Organização Nacional. Companhia Editora Nacional, col. Brasileira, vol. 172.
- (25) Acredita ainda o autor que "os cortes entre Estado, sociedade (e, acrescenta-se, economia) - por mais que se queira justificá-los, em méritos de um rigor analítico - antes confundem do que esclarecem. Por certo, reduzir cada um desses planos ao outro resulta em igual equívoco; a 'debilidade' da sociedade civil por si só não explica a forma do estado ou do regime político, da mesma forma que da análise destes últimos não decorre a explicação de como e porquê a sociedade civil se diferencia e se organiza em maior ou menor grau". (CARDOSO, Fernando Henrique. ob. cit., p.167)
- (26) "O que é o Estado? Nos países latino-americanos não se tem seguido respostas se não as dicotomias já referidas: um 'aparelho' controlado pelo estamento burocrático, ou, no pólo oposto 'o comitê executivo' das classes dominantes. Sendo ambas as características simplistas e insatisfatórios, os analistas ficam girando como mariposas em foco de lanterna de pilha" (CARDOSO, ob.cit, p.174)
- (27) SCHWARTZMAN, Simon. "Representação e Cooptação na Política do Brasil", in Revista DADOS no p.10
- (28) Idem p.11
- (29) Idem p.11 e 12
- (30) SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988, p.37
- (31) Idem p.37
- (32) CARDOSO, ob. cit., p.166
- (33) A sugestão proposta aqui não nega as contribuições de S. Schwartzman, quando ressalta o peso do Estado na política nacional, mas procura um enfoque dialético que leve em consideração estes aspectos complementares e contraditórios entre o Estado e interesses locais.
- (34) DEBRUN, Michel. A Conciliação e Outras Estratégias. S.Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, p.72.
- (35) Idem p.76
- (36) Idem p.73
- (37) Idem p.137
- (38) FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1986. p.63
- (39) Idem p.65

- (40) Idem p.65
- (41) "Se a reforma agrária é uma premissa histórica do desenvolvimento capitalista diferenciado e sustentado, por exemplo, por que as classes burguesas a excluem de sua órbita de atividades criadoras?" Idem p.66
- (42) Idem p.70
- (43) Chama atenção Florestan Fernandes para o fato de que "o que espanta ao estudioso de história não é que semelhante processo social exista e se repita. É que ele se tenha alterado tão pouco da época do colonialismo direto até hoje. Ao se modernizar, conciliação preserva sua estrutura e suas funções mais antigas arcaicas.
- (44) IANNI, Otávio. Sociologia da Sociologia, o pensamento sociológico brasileiro. 3ª ed, S.Paulo, Ed. Atica, 1989. p.77
- (45) Idem p.78
- (46) Idem p.79
- (47) Idem p.80
- (48) Idem p.81
- (49) ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. p.139
- (50) COUTINHO, Carlos Nelson. "Os Intelectuais e a Organização da Cultura" in Revista Temas de Ciências Humanas, nº10, 1981.
- (51) Idem, p.96
- (52) Durante a Colônia "não tínhamos parlamento, nem partidos políticos, nem um sistema de educação que fosse além das escolas catequese; não tínhamos sequer o direito de imprimir livros ou publicar jornais".(idem p.98)
- (53) Idem p.98
- (54) Idem p.99
- (55) Uma boa análise sobre a produção intelectual a serviço do poder no período de 1945 a 1977 está em IANNI, Otávio. "Modelos Políticos brasileiros" in Cadernos de Pesquisa 2 - Tudo História. AUPHIB/Brasiliense, 1978.

CAPITULO II

- (56) Segundo Alfred Stepan a "distensão" política começou num momento em que "não havia de modo algum, pressão suficiente, tanto da sociedade civil como da sociedade política, sobre os militares

para forçar uma abertura"(p.43). Foi uma iniciativa do governo Geisel sob a inspiração do General Golbery do Couto e Silva. Mas apesar da iniciativa do governo, num momento em que os adversários armados estavam destruídos, o processo de abertura ocorreu segundo a dialética da concessão, por parte do regime, e da conquista por parte da sociedade."(p.57) Isso significa que apesar da distensão ter ocorrido por iniciativa do governo e sob seu controle, ela foi assumindo novos contornos de acordo com as pressões exercidas pela sociedade civil com o passar dos anos. (STEPAN, Alfred. Os militares: Da abertura à Nova República. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986.) Mas, por outro lado afirma Wefort que "quando se quer entender porque o Estado tomou a dianteira na transição, não se pode esquecer que, depois de 1968, a sociedade civil brasileira foi reduzida à impotência, fragmentada no extremo limite (...). O 'terror do Estado' reduziu muitos liberais - ao seu mínimo denominador comum de seres humanos desprotegidos e amedrontados".(WEFORT, Francisco. Por que Democracia? São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985. p. 93).

- (57) Ao definir o objetivo de sua proposta de governo, Montoro indicava sua orientação básica: "o sentido geral desta proposta é democratização da administração estadual. Para tanto é necessário promover a descentralização do processo decisório, estimular a participação da população nas questões de seu interesse e valorizar a criação de empregos como critério de ação política-administrativa".(PEDROSO, Leda Aparecida. Democracia, Política e administração Educacional. Dissertação de Mestrado, FE UNICAMP, 1991).
- (58) Idem p.33
- (59) Idem p.55-60. Acrescenta ainda essa autora que "acreditava-se na época, que a volta ao 'Estado de Direito' por si só, acabaria não apenas com o autoritarismo, mas também instalaria a democracia e poria fim às desigualdades sociais e econômicas"(Idem p.56)
- (60) Idem p. 70
- (61) Idem p.80
Afirma Montoro "O homem contemporâneo começa a tomar consciência de que não é apenas um espectador passivo na história, mas seu agente. E o que se pode denominar consciência da história.Trata-se, como diz Pierre Antoine, de 'uma transformação prodigiosa, uma atitude completamente nova do homem a respeito de sua própria história. O homem já não acredita na fatalidade, mas toma em suas mãos a própria história, procurando fazê-la e dominá-la. E nisso sobretudo, que a história se tornou consciente. Essa consciência não se limita a algumas elites, mas a amplia progressivamente a todos os setores da vida social"(MONTORO, André Franco. "Participação: De-senvolvimento com Democracia" S.P. Nossa Editora, 2ª ed, 1991).
- (62) MONTORO, ob. cit., p.20

(63) Idem p.26

(64) "É importante que segmentos cada vez mais amplos da população passem da posição de espectadores passivos das decisões governamentais à de participantes ativos das medidas que atendam a suas necessidades. Nesse sentido, deve ser assegurada a participação de representantes da sociedade civil - empregados, empresários, usuários, consumidores ou setores semelhantes - nos órgãos colegiados ou conselhos da administração direta e indireta, sempre que esses órgãos se ocupem de matéria de interesse específico daqueles setores. Essa experiência, já empreendida no governo de São Paulo e em outras administrações, vem se mostrando altamente positiva para o interesse público e o benefício da população". MONTORO, ob. cit., p.61)

(65) SILVA, Ignia Caetana. Orientações Participativas e Descen-
tralizadoras. Uma (in)viabilidade na Estrutura Adminis-trativa do
Ensino de 1o Grau. FE UNICAMP, Tese de Mestrado, 1989, p.12

(66) Deve-se esclarecer que o PMDB, como partido único de oposição durante longo período da ditadura militar, acolheu diversas tendências ideológicas clandestinas, como por exemplo os Partidos Comunistas. Essas tendência, em grande parte, se preservaram no partido após a reforma partidária em que o MDB se tornou PMDB, em meio a um quadro, a partir desse momento, pluripartidário.

(67) Apud PRANSTRETTTER, Jane Shirley Escodro. A Participação como
Essência do Processo de Descentralização e Municipalização de
Educação de 1o Grau, Um Estudo de Caso. Tese de Mestrado. FE UNICAMP, 1989, P.64

(68) Apud PRANSTRETTTER, ob. cit., P.41

(69) Apud PRANSTRETTTER, ob. cit., p.70

(70) Apud PRANSTRETTTER, ob. cit., p.72

(71) Apud PRANSTRETTTER, ob. cit., p.75

(72) "Descentralização significa transferir a autoridade de um nível mais elevado de governo para um nível mais baixo. Aqui a descentralização não se confunde com desconcentração, vez que nesta, o que se transfere é a capacidade de agir em nome de algum superior e não a autoridade propriamente dita. Para White, no processo de descentralização 'importa a transferência da autoridade, seja legislativa, judiciária ou administrativa, de um nível mais alto do governo para um inferior". (SILVA, ob. cit. p.37)

(73) PRANSTRETTTER, ob. cit., p.29

(74) PEDROSO, ob. cit., p.6

(75) SILVA, Ignea. ob. cit., p.101

- (76) PEDROSO, ob. cit., p.262
Ainda segundo Leda A. Pedroso, no "Documento No1" "o que se reclama, de um governo que pretende representar os interesses do povo, é a clara formulação de uma política de educação que ordene providências e racionalize os gastos educacionais a partir de rumos cuja fixação reflita a discussão ampla e a participação ativa, como convém ao regime democrático".(idem p.263) O documento trata ainda de outros aspectos importantes, como a burocracia da educação, a autonomia da escola, a degradação social e profissional do magistério, a remuneração do professor.
- (77) Sobre as polêmicas suscitadas pelo "Documento No1", vale a pena ver Leda Aparecida Pedroso, ob. cit., p.262 a 293.
- (78) CUNHA, Luiz Antonio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo, Cortez, 1991, p.196.
- (79) Com isto Montoro inaugurava uma nova relação com as entidades de classe. Contrariamente ao governo Maluf que dificultou de todas as maneiras a atuação das entidades, o que fazia, por exemplo, que a APEOESP fosse obrigada a fazer suas cobranças de contribuições através de carnês, com o governo Montoro as Contribuições passaram a ser descontadas no Holerith. Essa facilidade de cobrança juntamente com a possibilidade de afastamento remunerado dos dirigentes de entidades demonstrava uma nova relação em que o governo admitia a legitimidade das associações representativas.
- (80) Idem p. 202
- (81) ALMEIDA, Maria Tereza de Macedo. Descentralização da Administração do Ensino Público em Unidades: A transformação das Delegacias de Ensino em Unidades de Despesas. O caso de Mogi Mirim. FE UNICAMP, Tese de Mestrado, 1989. p.3
- (82) PEDROSO, Leda Aparecida. ob. cit., p.356. Mas apesar das críticas da UNDIME, que foi criada em 1986 por indução do próprio Ministério da Educação, na época ocupado pelo PFL, ela reivindicava a municipalização da merenda, como parte da tese do fortalecimento do "poder local" ou do "poder popular". (Sobre a plataforma de reivindicações da UNDIME ver CUNHA, ob. cit., p. 413).
- (83) Idem p.344
A APEOESP, apesar de favorável à eleição de diretores, era contra a municipalização do ensino, especialmente no aspecto financeiro chamava a atenção para a desmobilização da classe (devido à atuação em regiões) e os problemas financeiros gerados pela falta de recursos, ou a defasagem na transferência desses recursos.
- (84) PEDROSO, ob. cit., p.333
- (85) Idem p.

- (86) O GCAAP instituído em 1976 tinha por função "realizar verificações sistemáticas ou eventuais nas unidades administrativas da Secretaria, bem como informar sobre desvios na execução dos Planos e suas causas; averiguar o desempenho das Associações de Pais e Mestres nas diferentes áreas de atuação"(PEDROSO, ob. cit., p. 250)
- (87) Deve-se esclarecer, entretanto, que o projeto de ciclo Básico já estava em gestação na CENP antes e independente da Documento nº 1, mas que ganhou força após a apresentação deste documento.
- (88) CUNHA, ob. cit., p.199
- (89) Entrevista à Leda A. Pedroso, ob. cit., p.258
- (90) CUNHA, ref. Barreto e Alves, ob. cit., p. 200
- (91) GARCIA, Marco Aurélio. "Dezoito Meses de Governo Montoro" in Revista Novos Estudos. CEBRAP. nº10, Outubro de 1984.p.4
- (92) Esses últimos chamados por Francisco de Oliveira de "Aves de Arribação"
- (93) Especialmente o documento intitulado: "As 12 Batalhas do Governo Montoro"
- (94) SILVA, Ignia Caetana. ob. cit., p.101
- (95) "Na formulação orçamentária, recuperam-se os mecanismos imperiais tão caros ao ministro Delfim Neto. Elaboração também solitária da proposta, estudada na competência técnica da seus formuladores, que priva a Assembléia Legislativa, submetida aos mecanismos de decurso de prazo, de um exame substantivo da proposta que orientará investimentos e políticas públicas do Estado".(GARCIA, ob. cit., p.6)
- (96) SILVA, Ignia. ob. cit., p.5
- (97) ALMEIDA, ob cit., p.20
- (98) Idem, p.21. Apesar de Maria Tereza Almeida estar analisando o problema da criação de unidades de Despesa durante o governo Quercia, sua reflexão crítica sobre a eficácia da política de descentralização não se remete exclusivamente ao governo Quercia.
- (99) CUNHA, ob. cit., p.199
- (100) PEDROSO, ob. cit., p.374
- (101) Idem, p.376
- (102) Idem, p.411 e 412

CAPITULO III

- (103) "O espírito de conciliação tem origem antiga. Data dos primeiros contatos luso-indígenas. Quando os portugueses chegaram ao Brasil calcula-se em um milhão e quinhentos mil o número de indígenas que aqui viviam, divididos em numerosos grupos tribais e lingüísticos. Os portugueses pensaram, a princípio, como escreveu Caminha em sua saborosa carta, que 'a esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos'. E começaram logo nos primeiros dias, aquele método de dissolução cultural com que pensava, amansá-los".(RODRIGUES, José Honório. Conciliação e Reforma no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965. p.23). Mas na história política brasileira a palavra conciliação "celebrizou-se no Império, com o Gabinete Paraná -1853-, que 'conciliou' conservadores e liberais (O Marquês de Paraná, aliás, resumia candidamente essa política das elites: a 'conciliação', quero dizer, esse sossego do espírito, essa calma das paixões')". (BENEVIDES, Maria Vitória. "A Conversa Mole da Política" in Revista Lua Nova. vol.1, nº1, abril-junho/1984. Brasiliense/CEDEC.p.15)
- (104) LOWY, Michel. Para Uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários. São Paulo, Lech Livraria Editora, 1979. p.01
- (105) BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1983, p.56.
- (106) PECAULT., Daniel. Os Intelectuais e a Política no Brasil. São Paulo, Ed. Atica, 1990, p.09
- (107) LOWY, ob. cit., p.2
- (108) LOWY, ob. cit., p.2. Prossegue ainda o autor analisando a proximidade ou cumplicidade entre a "intelligentsia" e a pequena burguesia, de onde é recrutada a maioria dos intelectuais.
- (109) PECAULT. ob. cit., p.10
- (110) Na década de 20 tornou-se famoso o livro de Miguel Couto "No Brasil só há um problema nacional: A Educação do Povo", em que a ignorância era vista como causa de todas as crises.
- (111) PECAULT, ob. cit., p.75
- (112) Idem p.69
- (113) Publicação oficial ligada ao DIP, sendo então, importante fonte de produção ideológica do regime.
- (114) PECAULT, ob. cit., p.104
- (115) Idem p.184

- (116) Idem p.184
- (117) PECAULT, ob. cit.,262
- (118) Em 68 (ano da reforma do ensino superior), "o CFE autorizou a abertura de 118 cursos, dado que contrasta de forma significativa com as 33 autorizações concedidas no ano de 67. E no período entre 68/72 que ocorre de forma acentuada a expansão privatizada que atingiu 25% ao ano, caindo esta cifra para 14% no período 72/76(...)O crescimento percentual do ensino privado deu-se simultaneamente à diminuição das verbas públicas para o ensino e para a pesquisa. De um total de 907 instituições de ensino superior, nos dias atuais, 850 são instituições privadas, em sua maioria escolas isoladas..." (MARTINS, Carlos Benedito. "Privatização: A Política do Estado Autoritário para o Ensino Superior" in Cadernos CEDES no5,1987).
- (119) PECAULT, ob. cit., 271
- (120) Idem p.274
- (121) Idem p.282
- (122) Nesse caminho de convergência o Papel de Fernando Henrique Cardoso e do CEBRAP foram importantes. O CEBRAP servia, por um lado, como ponto de encontro e por outro lado, como esforço à reflexão da conjuntura política. Fernando Henrique, no combate ao marxismo dogmático, aparece como tradutor que fala alternativamente a linguagem marxista e a linguagem não-marxista" (PECAULT, ob. cit. p.295-299)
- (123) Idem p.305
- (124) SOARES, Gláucio Ary Dillon. Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984,p.38
- (125) Ainda antes da eleição de 1982 afirmava Luis Carlos Bresser Pereira: "é preciso reconhecer que, através desses anos, o PMDE foi-se constituindo em uma alternativa válida de poder no Brasil, na medida em que evitava qualquer radicalização de esquerda. A fusão com o PP foi um passo importante nesse sentido. Hoje o PMDE é um partido multiclassista, de massas, que congrega os setores progressistas da burguesia e das classes médias assalariadas, além de amplos setores contingentes de trabalhadores. Ora, a existência de uma alternativa válida de poder é uma condição essencial para que o regime militar autoritário seja superado, fazendo com que, afinal, na dialética entre a abertura e a redemocratização, a balança, afinal, penda no sentido da redemocratização." (PEREIRA, Luis Carlos. Pactos Políticos Do Populismo à Redemocratização. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p.121)

CAPITULO VI

- (126) Através dos dados coletados nesta pesquisa foi possível um levantamento de 276 nomes de intelectuais e técnicos que serviram ou estiveram ligados ao governo, seja direta ou indiretamente. A lista, entretanto, não traduz o grau de adesão ou oposição do intelectual ao governo, mas apenas revela o volume de envolvimento de intelectuais e instituições com o governo. Veja a relação de nomes no Anexo II.
- (127) Teleposto: escola que servia como posto para realização dos cursos, onde os professores se reuniam para assistirem os programas e discutirem os textos, sob a coordenação de um monitor.
- (128) Só ao nível da reforma curricular a CENP publicou durante o governo Montoro, com reedições nos governos seguintes, em torno de 300 volumes.
- (129) CUNHA, ob. Cit. p. 212
- (130) Apesar das poucas pesquisas referentes ao alcance prático das novas propostas do governo Montoro, deve-se destacar que em relação a proposta do Ciclo Básico especificamente, muitas pesquisas foram realizadas nas grandes universidades, assim como pela própria secretaria de educação. Entretanto, se essas pesquisas são ricas em dados estatísticos, elas não são capazes de revelar o resultado qualitativo da prática baseadas na proposta do CB.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Tereza de Macedo. Descentralização da Administração do Ensino Público Estadual. Tese de Mestrado, Faculdade de Educação UNICAMP.
- ARELALO, Lizete Regina Gomes. A Descentralização da lei 5692: Coerência ou Contradição?. Tese de Mestrado, Faculdade de Educação, USP, 1980.
- BARRETTO, Elba Sá. "Revendo os Marcos Teóricos de Análises da Política Educacional - O Aporte das Políticas Públicas". mimeo.
- BELLO, José Maria. História da República. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- BEISEGEL, Rui. "Ação Política e Expansão da Rede Escolar", in Pesquisa e Planejamento no 8, dez.1964.
- BENEVIDES, Maria Vitória. "A Conversa Mole da Política" in Revista Lua Nova no 1, abril/junho 1984, Brasiliense/CEDEC.
- BERGER, Manfredo. Educação e Dependência. São Paulo, Difel, 1984.
- BOTTOMORE, Thomas B. As Elites e a Sociedade, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1983.
- BURDEAU, George. O Estado. Publicações Europa-América, 1970.
- CAETANA, Ignea Orientações Participativas e Descentralizadoras- Uma (In) Viabilidade na Estrutura Administrativa do Ensino de 1o Grau. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1989
- CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, João Manoel. Capitalismo Tardio: Contribuição à Revista Crítica da Formação e desenvolvimento da Economia Brasileira mimeo, UNICAMP, 1975
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento JK/JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

- COUTINHO, Carlos Nelson. "Os Intelectuais e a Organização da Cultura" in Revista Temas de Ciências Humanas, no10, 1981.
- COVRE, Maria de Lourdes. A Fala dos Homens: Análise do Pensamento Tecnocrático. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CUNHA, Luis Antônio. A Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- CUNHA, Luis Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo, Cortez, 1991. (Coleção Biblioteca de Educação. V.17).
- CUNHA, Luis Antônio. O Golpe na Educação. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.
- CUNHA, Luis Antônio. "O Milagre Brasileiro e a Política Educacional" in Revista Argumento no2, nov.1973.
- DEBRUN, Michel. A Conciliação e Outras Estratégicas. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983
- DEMARTINI, Pedro Paulo. "Projeto Ipê, Uma Experiência de Atualização e Aperfeiçoamento de Professores Alfabetizadores por Multimeios". in Revista Tecnológica Educacional. R. Janeiro, V. 19:45-48 jul/out 1990.
- DUARTE, Nestor. A Ordem Privada e a Organização Nacional. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Col. Brasileira, vol.72.
- ELLUL, Jacques. A Técnica e o Desafio do Século. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1987.
- FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1986.
- FOGAÇA, Azuete. Educação e Desenvolvimento. Tese de Mestrado, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1990.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, Cortez, 1968.
- FREITAG, Bárbara. Política Educacional e Indústria Cultural. (Coleção Polêmicas do nosso Tempo), São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987.
- GARCIA, Marco Aurélio. "Dezoito Mezes de Governo Montoro" in Revista Novos Estudos. CEBRAP, no10, outubro de 1984.
- GARCIA, Pedro Benjamin.. Educação: Modernização ou Dependência? Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- GOMES, Maria Angela Castro. "O redescobrimento do Brasil" in

- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo, Ideologia e Poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. col. Biblioteca Tempo Universitário no76, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Universitário, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. "Participação Política" in CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estevão. Política e Sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978
- IANNI, Octávio. Sociologia da Sociologia: O Pensamento Sociológico Brasileiro. São Paulo, Atica, 1989.
- IANNI, Octávio. "Modelos Políticos Brasileiros" in Tudo é História, Cadernos de Pesquisa 2, AUPHIB/Brasiliense, 1978.
- LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- LAFER, Celso. O Sistema Político Brasileiro. (Col. Debates). São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975
- LAMOUNIER, Bolivar e ROUQUIE, Alain. Como Renascem as Democracias. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- MALUF, Rui Tavares. "Padrão de Intervenção Social do Governo do Estado de São Paulo (1982-1986) e Construtores de Indicadores Sociais de qualidade" (Relatório Final). NEPP/UNICAMP, 1987.
- MARCONDES FILHO, Ciro. O Capital da Notícia. São Paulo, Editora Atica, 1989.
- MARTINS, Carlos Benedito. "Privatização: A Política do Estado Autoritário para o Ensino Superior" in Cadernos CEDES no5, São Paulo, Cortez, 1987
- MARTINS, Carlos Estevão e CRUZ, Sebastião C. Velasco e. "De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na Pré-História da Abertura" in Sociedade e Política no Brasil Pós 64, por SORJ, Bernardo e outros, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MANFREDI, Silva Maria. Política e Educação Popular. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981
- MERCADANTE, Paulo. A Consciência Conservadora no Brasil. Rio de

- Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980.
- MONTORO, André Franco. Participação: Desenvolvimento Com Democracia. São Paulo, Editora Laser Press, 1991
- MONTORO, André Franco. Ideologia em Luta: Resposta ao Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Ed. Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1966
- MONTORO, André Franco. As Doze Batalhas do Governo Montoro, S.Paulo, 1987
- MORIN, Edgar. Para sair do Século XX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo, EPU/MEC, 1974.
- NAGLE, Jorge. "A Educação na Primeira República" in História Geral da Civilização Brasileira, por Boris Fausto (org). São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Aves da Arribação: A Migração dos Intelectuais" in Revista Lua Nova no3, vol.2, out/dez 1985.
- ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1968.
- PALMA, João Cardoso. "A Política Educacional em São Paulo" in Revista Educação Municipal no2, Set.1988.
- PASSETTI, Edson. "Estado Novo: A Estatização da Sociedade" in Projeto História no6, São Paulo, Editora da PUC-SP, 1985.
- PECAULT, Daniel. Os intelectuais e a Política no Brasil. São Paulo, Ed. Atica, 1990.
- PEDROSO, Leda Aparecida. Democracia, Política e Administração Educacional. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1991
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, Pactos Políticos do Populismo à Redemocratização. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. A Implicação Financeira da Municipalização do Ensino do 1o grau. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1989.
- PRANSTRETER, Jane Shirley Escodro. A Participação como Essência do Processo de Descentralização e Municipalização da Educação do 1o Grau: Um Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1989.
- PROJETO IPE/86 - Relatório. CENP/S.E.

- RESENDE, Paulo Edgar. "Localismo, Capital e Estado no Brasil" in Projeto Historia no5, São Paulo, Editora da PUC-SP, 1985.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. Introdução à História da Educação Brasileira. São Paulo, Cortez e Moraes.
- RODRIGUES, José Honório. Conciliação e Reforma. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1973). Petrópolis, Ed. Vozes, 1990.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Sessenta e Quatro: Anatomia da crise. São Paulo, Editora Vértice, 1986.
- SANTOS FILHO, José Camilo. "Federalismo, Poder Local e Descen-
tralização: suas concepções e Inter-relações", 1988, mimeo.
- SAVIANE, Dermeval. Educação: Do Senso Comum à Consciência Fi-
losófica. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1980.
- SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de
Janeiro, Ed. Campus, 1988.
- SCHWARTZMAN, Simon. "Representação e Cooptação na Política do
Brasil". in Revista Dados no7, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. ATPCE. centro de Informação
Educativa. Percentuais de Evasão, Retenção e Aprovação dos
Alunos do Ciclo Básico Segundo as Delegacias de Ensino/Rede Na-
cional. S.Paulo, 1985-1986.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. ATPCE. A Implantação do Ciclo
Básico - Avaliação do Primeiro Ano. São Paulo, 1985.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. CENP. Catálogo das Publicações
CENP. São Paulo, 1990.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. "Relatório 1983-1986" mimeo.
Biblioteca NEPP/UNICAMP.
- SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Ed. Atica, 1981.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. Colégio Eleitoral, Convenções Parti-
dárias e Eleições Diretas. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.
- STEPAN, Alfred. Os Militares: Da Abertura à Nova República Rio de
Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- TAVARES, José Nilo. "Educação e Imperialismo no Brasil" in
Revista Educação e Sociedade no7/Set. 1984.
- TRINDADE, Hégio. "Bases da Democracia Brasileira: Lógica do
Liberal Praxis Autoritária (1812-1945)" in LAMOUNIER, Bolívar

(org.). Como Renascer as Democracias. São Paulo, Ed. Brasiliense.

VELOSO, Mônica Pimenta. "Cultura e Poder Político, Uma configuração do campo Intelectual". in OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo, Ideologia e Poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

VIEIRA, Evaldo. Estado e Miséria Social no Brasil. São Paulo, Cortez.

VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira (1964-1984). Col. Guerra e Paz, São Paulo, Ed. Moderna, 1985

VIEIRA, Paulo Reis. Em Busca de uma Teoria da Descentralização. Rio de Janeiro, FGV, 1971.

WARDE, Miriam. "A Formação do Magistério e outras Questões" in Educação e Transição Democrática por MELLO, Guiomar Namó (org.), São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

WEFFORT, Francisco. Por que Democracia? São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

ANEXO II

Os 276 nomes de intelectuais citados abaixo foram levantados em pesquisa realizada com as principais publicações dos órgãos ligados a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Os nomes encontrados estão direta ou indiretamente ligados aos seguintes órgãos, de acordo com o número apresentado em seguida de cada nome: (1) CENP - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; (2) Forum de Educação; (3) ATPCE - Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional; (4) Jornal Educação Democrática; (5) COGSP - Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo.

Akiko Oyafuso 1,5

Alda Terzinha Beraldo 1

Alfredina Nery 1

Alfredo Paesani 2

Amélia Bittencourt 1

Ana Luisa Vieira de Mattos 1

Ana Maria Quadros 1

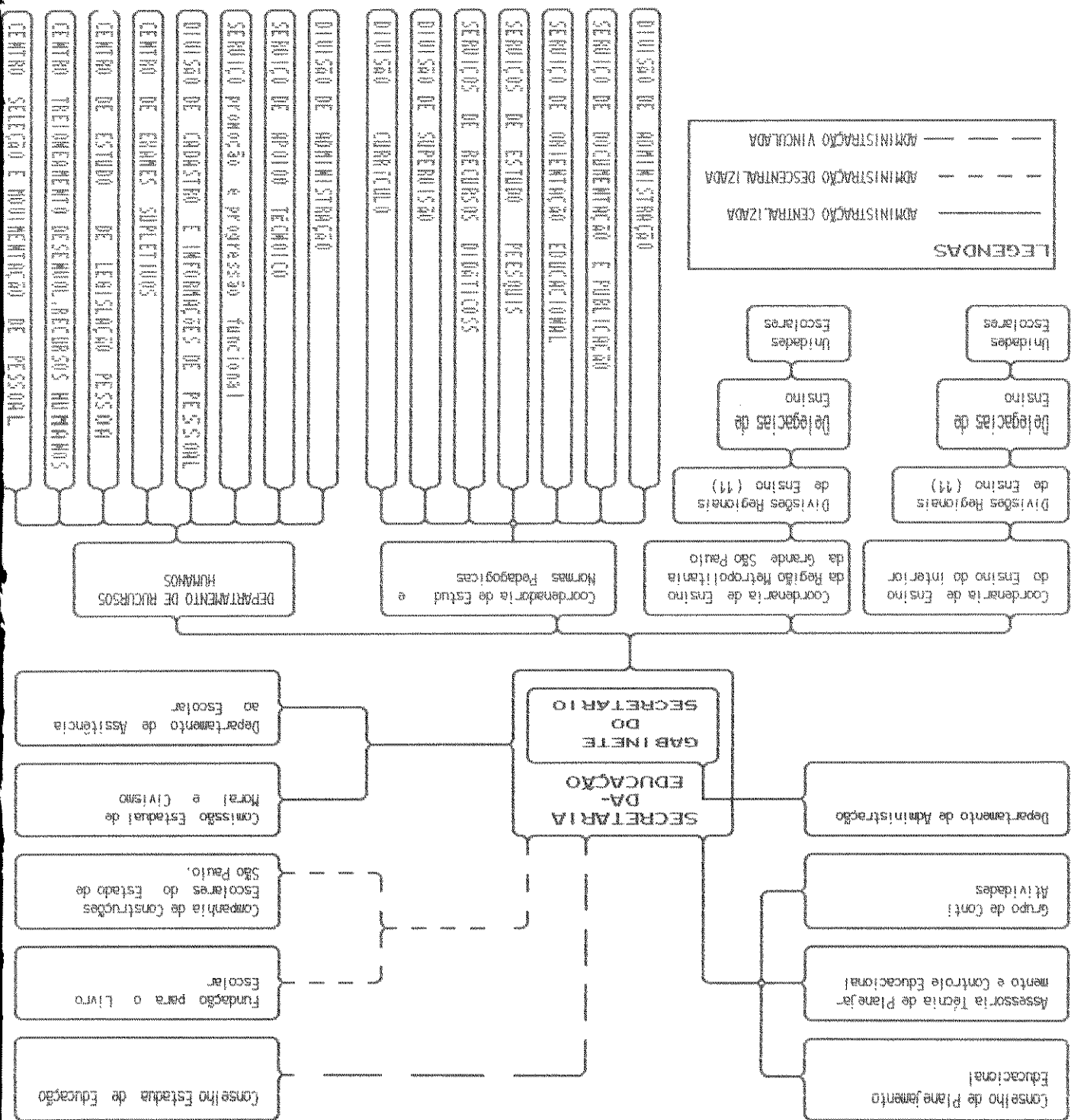
Angela Maria Martins 1

Angelisa Maffei Jorge 3

Anna Fani A. Carlos 1

Anelice Maria Müller de Carvalho 1

Antônio Carlos da Ressureição Xavier 2



Antônio Godoy Domingues 2
Antônio Miguel 1
Aparecida Barco Soler Huet 1
Aparecida Kopcak 2
Aparecida Neri de Souza 1
Arlete Marques da Silva 2
Audite B. Giroto 1
Beatriz Lipsky 1
Beatriz Ribas Castellani 1
Bernadete Angelina Gatti 3
Beverly Cerqueira Marin 1

Caetano E. Plastino 1
Caio Graco da Silva 2
Carlos Lorena 2
Carlos Walter P. Gonçalves 1
Carmem Silva Vidigal Moraes 2
Cecília Hanna Mate 1
Cecília Vasconcelos Lacerda Guaraná 2
Celestino Alves da Silva Jr. 2
Célia Pezzolo de Carvalho 1
Célio Benevides de Carvalho 2
Celso de Souza Machado 1
Cheila G. Pereira 2
Celso João Ferretti 3
Celso Monteiro da Silva 5
Celso Ruy Beiseguel 2
Clarilza Prado de Souza 1,2
Claudia Pereira Vianna 3

Claudio Benvindo Barbosa 2
Cleiton de Oliveira 2
Conrado Silva 1
Corina Maria O. Geraldi 2
Cristina Bruschini 1
David Willian Carraher 1
Dea Ribeiro Fenelen 1
Dermeval Saviane 2
Dirce de Barros 1
Dirce Spedo Rodrigues 3
Dolair Augusta Gallari 2
Eddy Rosseel 1
Edmur Monteiro 2
Edna Mancini Lapa 1
Eduardo Alcântara de Vasconcelos 2
Eduardo Guimarães 1
Elba Siqueira de Sá Barreto 1,2,3
Elias Humberto Alves 1
Ellero Gualtieri Gonçalves 1
Elza Ferreira Lobo 3
Elza Nadai 2
Elye Escandarie Bluneme Guerra 1
Eni Pulcinelli Orlandi 1
Eny Marisa Maia 1,3
Ester Grossi 1
Fanny Abramovich 1
Fayga Ostrower 1

Flávio José da Silva 1
Francisco Aparecido Cordão 2
Francisco Caravanti 2
Franklin Leopoldo e Silva 1
Ghisleine Trigo Silveira 1
Gil Sodero de Toledo 1
Gilbeto Luis Azevedo Borges 1
Gilmar Carneiro 2
Graça Aparecida Cicillini 1
Graziela Guidugh 1
Guimar Namó de Mello 1
Gumerindo Milhomem Neto 2
Hebe Guimarães Leme 3
Helena Gernigniani Peterossi 2
Heloisa Kaoru H. Tolentino 1
Heloisa Maria Cintra Torres de Carvalho 1
Henrique Carneiro 2
Henrique Rattner 2
Hermes Zanetti 2
Hilário Fracalanza 1
Hiroyuki Hino 1
Iara Glória Areias Prado 4
Iris Barbieri 2
Isaias Pessotti 1
Ivan A. do Amaral 1
Ivani Martins 1
Ivone Daré Rabello 1
Izair da Costa Lizzetto 1

Jacques Velloso 2

Jair Baida 1

Jair de Andrade 2

Jesus Aparecido Ribeiro 1

Jêthero Cardoso de Miranda 2

João Antonio Felício 2

João Cardoso Palma Filho 1,4

Jocelina F. Teixeira 2

Joel Maritins 2

José Graziano da Silva 2

Jorge Nagle 2

José Cerchi Fusari 5

José Jakubovic 1

José Júlio Lozano 2

José Leôncio de Almeida Coelho 1

José Oscar de Almeida Marques 1

José Pereira de Queiroz Neto 1

José Rui Ribeiro 2

José Willian Vesentini 1

Katia Maria Abud 1

Katia Metran Saita 1

Kumik Uehara 1

Lenice Gusman 1

Lia Rosemberg 3

Liliane de B. Vaz Guimarães 1

Lisete Regina Gomes Arelaro 1

Lucia Araujo Marques 1

Lucia Maria L. Browne Rego 1
Lupercio Oliveira Terra 2
Luiza Alonso da Silva 2
Luis Carlos Cagliari 1
Luiz Carlos Tartari 1
Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto 2
Lydia Bechara 1
Lydia Lamparelli 1
Magalena Freire 1
Mandoel F. G. Seabra 1
Manhucia P. Liberman 1

Marciano de Araujo Neto 2
Marcia Helena M. Ferraz 1
Marcos Antonio da Silva 1
Margarida Cecilia Correa N. Rocha 1
Maria Amélia Azevado Goldeberg 2
Maria Antônia Alba Celani 1
Maria Antonieta M. Antonacci 1
Maria Antonio da Silva
Maria Aparecida Aquino 1
Maria Aparecida de Lima Grande 2
Maria Aparecida Neves Blandy 1
Maria Aparecida Perini 1
Maria Aparecida Segado 2
Maria Beatriz Ribeiro 1
Maria Cândida Sandoval Camargo Pereira 2
Maria Carolina Alves Santos 1
Maria Christina Almeida 3

Maria Cecilia Sanzogno 2
Maria Cristina da Silva Leme Gonçalves 3
Maria de Fátima Camargo 1
Maria de Fátima C. de Oliveira 1
Maria do Socorro Carlos Vidigal 3
Maria Emilia Ferreira Cascão 1
Maria Inês Silveira Bueno 3
Maria Inês S. Durigan 3
Maria Helena Peixoto Camargo 1
Maria José Brandão Machado 2
Maria Leila Alves 1,2
Maria Luiza da Cunha Santos Roxo 1
Maria Luiza Ferreira Figueira 1
Maria Luiza Lopes M Santos 1
Maria Machado Malta Campos 3
Maria Nilde Mascellani 2
Maria Pontes Sposito 2
Maria Sabina kundann 1
Maria Salete Machado 2
Maria Thereza P. Stetner 1
Marilena Chauí 2
Marília Claret G. Duran 1
Mario Lacerda 2
Mario Roberto Sasai 5
Marion Lucia de Toledo 1
Marisa Del Cioppo Elias 1
Marisa Ramos Barbieri 1

Marisia Margarida S. Buitoni 1
Marizabel Souza Prado Ribeiro 1
Marlene Beatriz P. Cortese 2
Marlene Shimora Goldenstein. 3
Mariley Simoes Flórida Gouveia
Marnici Fortunado 2
Marta Cândida D. Reis 1
Mauro Weintranb 1
Miguel Gonzales Arroyo 2
Milton Meira do Nascimento 1
Miriam Bizzochi 3
Miriam Celeste F. D. Martins 1
Miriam Warde 5.4
Mirian Reinez Franco Bruno 1
Moacir Gadotti 2
Myriam Krasilchik 1
Natalina Aparecida Laguna Sicca 1
Neide Gaudenci de Sá 2
Nelio Parra 2
Nelly Robles Bacelar 4
Nelson Paulieri Sabino
Newton A. P. Bryan 2
Newton Balzan 1
Newton R. Olliveira 2
Neyde Eisenhower 1
Nilson José Machado 1
Nilton Francisco Allonso 1
Nirce Pereira de Souza Gadioli 1

Nobuko Kawashita 1,2
Octavio Ianni 1
Olga Kackow 1
Orleide Alves Ferreira 2
Oscar Lamounier Godofredo Jr. 2
Osmar de Figueiredo 2
Oswaldo Porchat Pereira 1
Oswaldo Vieira do Nascimento 2
Oswaldo Silva Jr. 4
Paulo de Tarso 2
Paulo Meksenas 1
Paulo Nathanael 2
Paulo Renato Costas Souza 2
Pedro Paulo Demartini 1
Pedro Pereira do Nascimento 2
Perseu Abramo 2
Raif Nassar Peccioli 1
Ramon Américo Vasques 1
Regina Cândida Ellero G. Gonçalves 1
Regina Célia Bega dos Santos 1
Regina Leite Garcia 1
Regina Lucia de Mota 1
Regina Machado 1
Regina Maria Ferraz Elero Ivamoto 1
Regina Maria Pavanello 1
Roberto Barbosa 1
Roberto Carvalho 4

Roberto Maria Netto 1
Rodolfo Ilari 1
Rogerio Cerqueira Leite 2
Rosa Pavoni Pimont 1
Rosalia Dubsky Savio 2
Rubem Alves 2
Salma Nicolau 1
Samir Curi Messerani 1
Sandra Lencini 1
Sandra Maria C. Paoli 2
Sara Pain 1
Saul Sipel 1
Seleida de Oliveira Baptista 1
Sérgio Hadadd 2
Shoko Kimura 1
Sidney de Lello Courtoque 1
Silvia Carlos da Silva Pimentel 2, 3, 4
Silvio Ernesto Batusanschi 2
Sirio Possenti 1
Solon Borges dos Reis 2
Sueli Cotrim Tenca
Telma Weizs
Teresa Roserley Beubauer da Silva 3
Tereza Layr da Silveira Galvanini 3
Terezinha Nunes Carraher 1
Valdir Lima 1
Valdir Sarubbi 1
Vera Eloisa Guidetti de Amarin Garcia 1

Vera Maria Vedovelo de Britto 1
Vera Regina P. Marcondes 5
Waldemir Pirre y Longo 2
Wilma Rosa Canonalo 2
Wilson Carlos de Toledo 2
Wolfgang Leo Maar 2
Wulf Wolkoff Neto 2
Yara Lucia Esposito 3
Yná Andrighetti 2
Yvonne Felice Gonçalves 1
, Zeila de Brito Fabri Demartini 2
Zenilde Eid Marciano 1
Zita de Paula Rola 1
Zoraide Duarte Pierossi 1
Zuleide Ferras G. de Andrade 5